UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA E GEOGRAFIA

MARIA JOSÉ COSTA

Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar

NATAL

2005

MARIA JOSÉ COSTA

Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, área de concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob a Orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes.

NATAL

2005

MARIA JOSÉ COSTA

Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley
Universidade Federal de Pernambuco
Convidada

Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro

Aqueles trabalhadores rurais que têm as mãos calejadas pelo cabo da enxada e que "regam" a terra diariamente com o suor do seu trabalho e aos geógrafos que ao longo do tempo contribuíram para fazer da ciência geográfica uma espécie de janela para compreensão do mundo.

AGRADECIMENTOS

[...] nisto que se buscara
pelas estrelas,
com febre e lágrimas,
e que era a vida.

(Trecho extraído do poema Realização da Vida de Cecília Meireles).

O processo de elaboração de uma Dissertação de Mestrado assemelha-se à complexidade da formação que é peculiar ao próprio ser humano, constituído a partir de pequenas células que se juntam para originar o todo, mais especificamente, o corpo humano. Pois bem, embora uma Dissertação tenha o nome de um só autor, somos conscientes de que sozinha não conseguiríamos chegar até o final. Foram vários os caminhos trilhados e neles havia muitas pedras, que foram sendo deixadas para trás porque tivemos alguém com quem contar de forma direta ou indireta. *A todos vocês (pessoas e instituições) que ajudaram na construção deste trabalho gostaria de expressar sinceros agradecimentos.*

Primeiramente, à minha mãe, *Antônia* e ao meu pai, *Francisco,* pelos importantes ensinamentos da vida transmitidos, pelos longos anos de trabalho e dedicação despendidos para possibilitar aos filhos o que a vida não lhes deu: instrução escolar. Nesse contexto, insiro meus irmãos *José*, *Assis* e *João Paulo,* pelo incentivo, convivência e compartilhamento de experiências familiares importantes para a vida.

De forma especial, à minha Orientadora e Professora *Rita de Cássia da Conceição Gomes*, que, em meio à sua exagerada carga de trabalho, conduziu a orientação de

forma séria e participativa, sempre presente em todas as fases de elaboração do trabalho com muita responsabilidade, apontando caminhos a seguir e até mesmo realizando orientações nos finais de semana em sua residência. *Confesso que sentirei muitas saudades do nosso convívio acadêmico, pois aprendi muito com você, mas também sentirei falta das nossas conversas informais, nossas viagens e por que não dizer do "setor terciário".*

Com carinho ao meu namorado *Luiz Carlos*, pela companhia indispensável e que soube pronunciar palavras de otimismo em alguns momentos de angústia na fase de elaboração do trabalho e por também ter dado uma significativa parcela de contribuição com seus indispensáveis conhecimentos da Informática.

À minha companheira de orientação *Rosana França* que, com paciência e cumplicidade, desde o momento em que nos tornamos colegas de disciplinas, tornou-se agente importante para a consolidação do trabalho, seja compartilhando leituras, participando de Congressos, colaborando na pesquisa de campo e me socorrendo na confecção de mapas e gráficos.

Às minhas inesquecíveis professoras da Graduação em Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), "Campus" de Caicó, *Eugênia Dantas*, *Graça Lago* e *Ione Diniz*, que fizeram parte da minha vida acadêmica, deixando muitas recordações dos seus ensinamentos fundamentais para meu "crescimento geográfico" dando asas à imaginação, me fazendo acreditar que sonhar é preciso mesmo que a dureza da realidade insista em dizer o contrário.

Aos ex-alunos e amigos da Graduação e Pós-Graduação em Geografia, pela demonstração de amizade e pela ajuda na realização da pesquisa de campo aplicando formulários nos Assentamentos Rurais durante os finais de semana em algum lugar do território potiguar.

Dentre eles, destaco a participação de *Gracileide*, *Isabelle, Janny, João Matias, Luiz Eduardo, Marcelo, Márcio, Mariluce, Rafaela, Rosa, Rosana e Wagner*. *Valeu pela força, sem o trabalho de vocês não teria sido possível compreender tantas coisas acerca dos Assentamentos e assentados.*

À "*Seu Maninho*", motorista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), por sua brilhante participação, nos conduzindo aos Assentamentos em sua inseparável "kombe" sempre com muita paciência, disposição e alegria, mesmo aos lugares mais longínquos do Estado, em estrada cheia de lama, fizesse chuva ou sol, até quando estávamos perdidos no meio do mato e no "restaurante matagal".

Aos homens e mulheres *sujeitos da pesquisa*, pela colaboração e receptividade, recebendo-nos em suas residências e compartilhando suas vidas através das entrevistas e conversas informais, e a todas as *lideranças dos Assentamentos* que foram entrevistadas. Sem a ajuda deles não teria sido possível a elaboração deste trabalho.

De modo caloroso, aos assentados que residem no *Assentamento Seridó*, localizado no meu município de São José do Seridó, por ter sido o primeiro passo de pesquisa sobre Assentamentos Rurais que realizei quando ainda estava na Graduação e dentre os assentados destaco os meus tios *Josefa Eduarda e João Gregório*, moradores do referido Assentamento, por terem me feito conhecer de perto esse Assentamento.

Ao apoio dos meus familiares de maneira geral (avós, tios e primos), especialmente as primas filhas do senhor Neneco Costa que residem em Natal, pela acolhida inicial em sua residência: *Marinete, Auxiliadora, Madalena, Sandra, Maria do Céu e Keyre.*

A todos que fazem parte da *Secretaria de Assuntos Estudantis (SAE),* principalmente da assistência estudantil, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) pela oportunidade de morar na Residência de Pós-Graduação, e aos Colegas que lá residem com os quais compartilhei boas experiências de convivência coletiva, em especial aos meus amigos *"Geógrafos seridoenses*": *Alberani, José Alves, Luiz Eduardo, Márcio, Otoniel e Suelly.*

A todos os Colegas que tivemos a oportunidade de conhecer no Mestrado em Geografia pelas experiências compartilhadas durante as disciplinas, principalmente aos que também foram *Colegas de Graduação* em Caicó e dividiram o sonho de um Mestrado e àqueles que conhecemos posteriormente como é caso de *Alexandre, Ednardo* e *Tavares,* dentre outros.

A colaboração no Exame de Qualificação dos Professores *Aldo Dantas* e *Irene Paiva* pelas sugestões feitas para o aprimoramento do trabalho.

Aos órgãos públicos e outras entidades onde estivemos fazendo levantamento de dados secundários imprescindíveis para nossa pesquisa como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (*INCRA*), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (*IBGE*), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (*MST*) *e* Comissão Pastoral da Terra do Oeste do RN (*CPT OESTANA).*

À *UFRN* enquanto instituição pública, responsável pela nossa Graduação e Pós-Graduação em Geografia e pelo acervo bibliográfico da Biblioteca Central "Zila Mamede" *(BCZM*) e bibliotecas setoriais. Ao Diretor do *CCHLA* pela liberação do transporte nos finais

de semana para realizarmos a pesquisa de campo e pelo espaço físico concedido para estudo na sala 427.

Ao *Departamento de Geografia da UFRN*, "campi" de Caicó e Natal, pela infra-estrutura proporcionada para a realização dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, respectivamente, e pela experiência que tive como professora substituta. De modo especial a todos os que fazem parte do *Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGE)*, principalmente aos *Professores* das disciplinas cursadas e aos Secretários *Ricardo* e *Márcia* por tantas declarações digitadas.

Nada disso teria importância sem a força maior que vem de *DEUS*, que se manifesta em toda nossa vida nos dando saúde, coragem e perseverança para enfrentar os desafios cotidianos que ainda estão por vir.

"TERRA"

Me oculto no teu ventre
TERRA
Me encontro, homem no teu grito
TERRA
E TERRA
C
O
E trago o meu grito de fato
TERRA
Aqueles que não têm
TERRA
TERRA
Aqueles que pretendem
ter
ter ra
Não morrerão sem
TERRA
Martelo.
O ferro funde o ferro:
Forja,
assim como...
Trabalho,
e amo,
aro a terra,

Custo a acreditar.
Na posse da tua terra
Semeando plantando
não podes trabalhar

malditarinjustaes (ta) trutura.
Mas sei
mas sei
e saberei

Do rei são amigos três
o que tem e não faz
o que faz porque tem
o que tem e quer mais.
O primeiro
grileiro
tem domínios feudais
O segundo
grileiro
tem incentivos fiscais
O terceiro
grileiro
tem favores oficiais

Ave Maria, rogai por nós.
Ave Maria, rogai por nós.

Trabalhador perseguido
pela doença abatido
tem três favores reais:
trabalho escravo ao grileiro,
Miséria pro seu terreiro
e terra nunca mais.

(Eugênio Alberto Lyra Silva,, advogado baiano de um STR, assassinado no final da década de 1970).

RESUMO

Compreende um estudo feito acerca dos principais aspectos da Reforma Agrária e dos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte. Para tanto se fez necessária inicialmente uma investigação sobre a origem da concentração fundiária brasileira passando pela doação de Sesmarias, Lei de Terras, Estatuto da Terra e I Plano Nacional de Reforma Agrária, bem como dos Movimentos Sociais de luta pela terra surgidos desde o século XIX: Canudos, Contestado, Cangaço, Ligas Camponesas e MST. Desenhando a luta pela terra no Rio Grande do Norte, resgatamos os elementos componentes dos primeiros indícios de Reforma Agrária e formação de Assentamentos Rurais no Estado. Na tentativa de desvendar a situação atual dos Assentamentos, investigamos alguns aspectos concernentes às condições de vida dos assentados, que é marcada por inúmeros problemas que vão desde a falta d'água até à precariedade da infra-estrutura e presença de serviços, sobretudo com relação à educação e saúde. Para tanto trabalhamos inicialmente com base em diversas leituras bibliográficas, levantamento de dados junto a órgãos oficiais e algumas entidades diretamente envolvidas com a Reforma Agrária no RN. Utilizamos também a pesquisa de campo em 27 Assentamentos de diferentes Microrregiões do Estado que constou da aplicação de entrevistas junto às lideranças desses Assentamentos e aplicação de formulários com as famílias assentadas que resultou num maior conhecimento acerca da realidade dessas áreas que integram a Política de Reforma Agrária.

Palavras - chave: Assentamentos Rurais. Reforma Agrária. Latifúndio. Luta pela terra.

ABSTRACT

It understands a study made concerning the main aspects of the Agrarian Reform and the Agricultural Nestings of the Rio Grande do Norte. For in such a way an inquiry became necessary initially on the origin of the Brazilian agrarian concentration passing for the donation of Sesmarias, Land Law, Statute of Land and Ith National Plan of the Agrarian Reformation, as well as of the Social Movements of fight for the land appeared since century XIX: Canudos, Contestado, Cangaço, Ligas Camponesas and MST. Drawing the fight for the land in the Rio Grande do Norte, we rescue the component elements of the first indications of the Agrarian Reform and formation of Agricultural Nestings in the State. In the attempt to unmask the current situation of the Settlements, we investigate some concerning aspects to the conditions of life of the seated ones, that it is marked by innumerable problems that go since the lack of water until the a precariousness of the infrastructure and presence of services, over all with relation to the education and health. For in such a way we work initially on the basis of diverse bibliographical readings, together data-collecting the official agencies and some directly involved entities with the Agrarian Reform in the RN. We utilized also the research of field in 27 Settlements of different Microregions of the State that consisted of the application of interviews together to the leaderships of these Settlements and application of forms with the seated families who resulted in a bigger knowledge concerning the reality of these areas that integrate the Politics of the Agrarian Reform.

Key - words: Rural Settlement. Agrarian Reform. Latifundium. Fight for Land.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 –	Agrovila do Assentamento Lagoa do Sal, em Touros (à direita) e local que sinaliza a morte do agricultor assassinado (à esquerda)	76.
FIGURA 02 –	Primeiro Assentamento do RN organizado pelo MST: PA Marajó, em João Câmara	82.
FIGURA 03 –	Vista parcial do acampamento Maria da Paz, em João Câmara, março de 2003	96.
FIGURA 04 –	Plantio de mamão irrigado no Assentamento Vale do Lírio, em São José de Mipibu	107.
FIGURA 05 –	Algumas formas de abastecimento d'água existente em diversos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): São Pedro, em Pedra Preta, Potengi, em Serra Caiada, Primeira Lagoa e São Sebastião em Ceará-Mirim	124.
FIGURA 06 –	Formas de abastecimento d'água encontrada no Assentamento Barbaço, em Japi/Monte das Gameleiras: açude (à direita) e construção de cisterna (à esquerda)	125.
FIGURA 07 –	Dessalinizador do Assentamento Seridó, em São José do Seridó	126.
FIGURA 08 –	Algumas habitações existentes em diversos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): Seridó, em São José do Seridó, Monte Alegre, em Upanema, São Sebastião, em Ceará-Mirim e Santa Clara II, em Cerro Corá	129.
FIGURA 9 –	Residências de Assentamentos de Mossoró: Solidão (à direita) e Hipólito (à esquerda)	130.
FIGURA 10 –	Residências com antena parabólica nos Assentamentos Boa Vista, em Lajes/Jandaíra (à direita) e Sítio de Góis, em Apodi (à esquerda)	133.
FIGURA 11 –	Estabelecimentos de ensino existentes em alguns Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): Paraná, em Itaú, unidade de ensino infantil e escola do Potengi, em Lagoa de Velhos respectivamente, e escola do Santa Clara II, em Cerro Corá	138.

FIGURA 12 – Postos de saúde dos Assentamentos Espinheiro (à direita) em Bento Fernandes e Potengi (à esquerda), em Lagoa de Velhos 142.

FIGURA 13 – Áreas de lazer existentes nos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): campo de futebol no Boa Vista, em Lajes/Jandaíra, quadra de esportes do São Pedro, em Pedra Preta, praça do Antônio Conselheiro, em São Miguel do Gostoso; clube de festas do Zabelê, em Touros e casa de farinha do São Sebastião, em Ceará-Mirim 149.

FIGURA 14 – Praça do Assentamento Hipólito, em Mossoró 151.

FIGURA 15 – Igreja Católica do Assentamento Barbaço, em Monte das Gameleiras (à direita) e Igreja Evangélica do Assentamento São Sebastião, em Ceará-Mirim (à esquerda) 152.

FIGURA 16 – Representações de manifestações religiosas em Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (da direita para esquerda): capelinha no Assentamento Santa Clara II em Cerro Corá, cemitério no Assentamento Primeira Lagoa, em Ceará-Mirim e imagens no Assentamento Ronda, em Tangará 153.

FIGURA 17 – Tipos de Comércio existente nos Assentamentos Rurais do RN: mercearia (à direita) no Assentamento São Sebastião, em Ceará-Mirim e bar (à esquerda) no Assentamento Zabelê, em Touros 153.

FIGURA 18 – Algumas associações dos Assentamentos Rurais do RN: Assentamento Potengi (à direita), em Serra Caiada e Assentamento Boa Vista (à esquerda), em Lajes/Jandaíra 159.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 –	Violência no campo, no Brasil: assassinato de trabalhadores rurais no período de 1980-2001	59.
GRÁFICO 02 –	Número de famílias assentadas no Brasil em diferentes períodos	67.
GRÁFICO 03 –	Distribuição de Assentamentos Rurais por município, no RN, no período de 1987-2002	84.
GRÁFICO 04 –	Assentamentos Rurais do RN criados pelo INCRA, no período de 1987-2002	87.
GRÁFICO 05 –	Origem dos Assentamentos do RN	95.
GRÁFICO 06 –	Tempo de duração do acampamento na terra	95.
GRÁFICO 07 –	Articulação principal dos Assentamentos Rurais do RN, na atualidade	99.
GRÁFICO 08 –	Atividade econômica principal desenvolvida nos Assentamentos Rurais do RN	100.
GRÁFICO 09 –	Principal produto agrícola cultivado nos Assentamentos Rurais do RN	101.
GRÁFICO 10 –	Principal tipo de rebanho existente nos Assentamentos Rurais do RN	102.
GRÁFICO 11 –	Entidade principal responsável pela assistência técnica, nos Assentamentos Rurais do RN	103.
GRÁFICO 12 –	Principais tipos de cultivos irrigados praticados nos Assentamentos Rurais do RN	106.
GRÁFICO 13 –	Naturalidade dos assentados do RN	111.
GRÁFICO 14 –	Tempo de moradia das famílias nos Assentamentos do RN	112.
GRÁFICO 15 –	Local de moradia anterior ao Assentamento das famílias assentadas, no RN	112.
GRÁFICO 16 –	Número de pessoas por famílias nos Assentamentos	114.

GRÁFICO 17 – Faixa etária das famílias assentadas do RN 115.

GRÁFICO 18 – Ramo de atividade principal dos assentados do RN 115.

GRÁFICO 19– Local de trabalho principal dos assentados do RN que trabalham fora do Assentamento 117.

GRÁFICO 20 – Renda mensal familiar da população assentada do RN 119.

GRÁFICO 21 – Parentes que contribuem com a renda mensal das famílias assentadas do RN 120.

GRÁFICO 22 – Fonte de abastecimento d'água principal existente nos Assentamentos Rurais do RN 123.

GRÁFICO 23 – Número de cômodos por domicílio nos Assentamentos Rurais do RN 131.

GRÁFICO 24 – Principais bens de consumo existentes nas residências das famílias assentadas do RN 132.

GRÁFICO 25 – Níveis de ensino das escolas existentes nos Assentamentos Rurais do RN 137.

GRÁFICO 26 – Escolaridade dos assentados entrevistados 139.

GRÁFICO 27 – Número de filhos de assentados do RN freqüentando escola 140.

GRÁFICO 28 – Principais programas do Governo Federal que os assentados do RN estão inseridos 141.

GRÁFICO 29 – Destino do lixo produzido pelas famílias assentadas do RN 144.

GRÁFICO 30 – Principais tipos de áreas de lazer existentes nos Assentamentos Rurais do RN 148.

GRÁFICO 31 – Tipo de comércio existente nos Assentamentos 155.

GRÁFICO 32 – Local principal de realização de compras pela população assentada do RN 156.

GRÁFICO 33 – Principais problemas enfrentados pelos assentados do RN 156.

GRÁFICO 34 – Sede ocupada pelas associações dos Assentamentos Rurais do RN 159.

GRÁFICO 35 – Principais partidos políticos citados pelos assentados do RN com filiação partidária 160.

GRÁFICO 36 – Comparação entre o número de associações e agrovilas dos Assentamentos Rurais do RN 164.

GRÁFICO 37 – Partidos políticos citados pelas lideranças dos Assentamentos do RN que possuem filiação partidária 165.

GRÁFICO 38 – Ocupação principal das mulheres nos Assentamentos pesquisados no RN 167.

GRÁFICO 39 – Principais motivos apontados pelos assentados do RN que assinalam melhorias na qualidade de vida 169.

GRÁFICO 40 – Opinião dos assentados entrevistados sobre a Reforma Agrária 174.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC – Associação de Apoio às Comunidades do Campo
ÁPICE – Cooperativa Multidisciplinar de Assessoria a Empreendimentos Sustentáveis
ASA – Articulação do Semi-Árido
ASG – Assistente de Serviços Gerais
ASVALI – Associação Vale do Lírio
BCZM – Biblioteca Central Zila Mamede
CARITAS – Cáritas Brasileira
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó
CERSEL – Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos no Brasil
COOP - Cooperativa
COOLAGOA – Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova
COOPERMIX – Cooperativa Mista de Consultores Ltda
COOPERVIDA – Cooperativa de Assessoria e Serviços múltiplos ao Desenvolvimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CPT OESTANA – Comissão Pastoral da Terra do Oeste do RN
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPRAER – Empresa de Planejamento Agropecuário e Extensão Rural
ENS. FUND. – Ensino Fundamental
FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FOCAMPO – Fórum do Campo Potiguar
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERN – Instituto de Terras do Rio Grande do Norte
JAC – Juventude Agrária Católica
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAISA – Mossoró Agroindustrial S/A
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
O. GOV. –Órgãos Governamentais
ONG – Organização não-governamental
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PA – Projeto de Assentamento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL – Partido da Frente Liberal
PIN – Programa de Integração Nacional
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PP – Partido Progressista
PPGE – Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Socialista Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSF – Programa de Saúde da Família
PT – Partido dos Trabalhadores
SAE – Secretaria de Assuntos Estudantis
SAR – Serviço de Assistência Rural
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEAPAC – Serviço de Apoio as Pequenas Comunidades do Campo
SERTÃO VERDE – Cooperativa de Profissionais do Sertão Potiguar para a Agricultura Familiar
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
TECHNE – Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar
TERRA LIVRE – Cooperativa de Assessoria Técnica e Gerencial para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar
TERRA VIVA – Cooperativa de Trabalho para a Agricultura Familiar do Oeste Potiguar
UDR – União Democrática Ruralista
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAR – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	22.
2	**AS BASES DE FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA**	33.
2.1	BREVE HISTÓRICO DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA E DA LUTA DOS TRABALHADORES PELO SEU ACESSO	33.
2.2	A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO A PARTIR DE 1964	52.
2.3	A FORMAÇÃO DO MST E SUA ATUAÇÃO NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	64.
3	**FRAGMENTOS DA LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO POTIGUAR**	69.
3.1	UM RESGATE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NO RN	69.
3.2	A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NORTE-RIO-GRANDENSES	85.
4	**A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO RN**	94.
4.1	O PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS	94.
4.2	ASPECTOS POPULACIONAIS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS	110.
4.3	CONDIÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS E PRESENÇA DE SERVIÇOS	120.
4.3.1	**Eletrificação e iluminação pública**	121.
4.3.2	**Abastecimento d'água**	122.
4.3.3	**Condições de moradia**	128.

4.3.4 **Acesso à comunicação** 134.

4.3.5 **Educação e Saúde** 136.

4.3.6 **Áreas de socialização como elemento de cidadania** 148.

4.4 A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ASSENTADOS 158.

4.4.1 **A mulher nos Assentamentos** 165.

4.5 A REFORMA AGRÁRIA NA FALA DOS ASSENTADOS 168.

5 **ATENTANDO PARA O QUE SE LÊ E O QUE SE VÊ: UM BOM MOTIVO PARA NÃO CONCLUIR** 176.

REFERÊNCIAS 183.

APÊNDICES 193.

1 INTRODUÇÃO

Indubitavelmente a questão da terra no Brasil constitui-se num campo de estudo importante, sendo a Reforma Agrária apenas um dos elementos da Questão Agrária. Esta se constitui numa Política Pública – de caráter institucional – cujo responsável pela sua realização é o Estado. Ao contrário do que possa parecer, tal questão não ocorre isoladamente, está relacionada com questões de ordem política e urbana, dentre outras. Os problemas do campo refletem questões mais amplas da Sociedade. A miséria, por exemplo, faz-se presente tanto no meio urbano quanto no rural. Essa discussão feita anteriormente por diversos estudiosos no âmbito da Academia e dos Movimentos Sociais nos dá uma base imprescindível para entendermos o contexto de surgimento dos Assentamentos, que são capazes de imprimir mudanças na organização do espaço.

É tomando como referência os conceitos de território e de espaço que devemos abordar a formação de Assentamentos Rurais no Brasil e no RN. Para tanto, devemos levar em conta os diversos atores envolvidos na questão, como o Estado, a Igreja e os Movimentos Sociais, analisando as mudanças que esses Assentamentos provocam no espaço e entendendo que eles apresentam elementos importantes para compreender a dinâmica social, política e econômica de uma determinada Região.

Desse modo, entendemos ser interessante a discussão sobre as mudanças que são implementadas no espaço a partir da atuação de Movimentos de luta pela Reforma Agrária como nos é apresentada por Germani e Santos (2002, p.322) quando fazem a seguinte afirmação:

> A geografia, sem dúvida, oferece conceitos e instrumentos importantes para o entendimento da reforma agrária no Brasil. Dentro desta perspectiva, os movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), devem ser analisados enquanto agentes sociais que, a partir das suas estratégias de luta e resistência, juntamente com a atuação de Estado, estão provocando mudanças na organização espacial do campo brasileiro, ou seja, eles são agentes produtores do espaço geográfico.

Como observamos na afirmação anterior, os conceitos de "espaço" e "território" são importantes para a interpretação do que ocorre no espaço agrário brasileiro, a partir da análise dos Assentamentos Rurais, entendidos como processos sociais complexos. Sendo assim, faz-se mister entendê-los numa perspectiva conceitual. É preciso lembrar que "território" e "espaço" possuem uma dimensão teórica e uma dimensão prática que se complementam.

Esses conceitos são importantes porque a Reforma Agrária no Brasil vem sendo impulsionada a partir da luta pela terra encabeçada pelos Movimentos Sociais desde o século XIX, ou seja, desde Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e, principalmente, a partir do MST, que surgiu no final do século XX. Por sua vez, esses Movimentos utilizam-se indiretamente dessas categorias conceituais como condição para a formação e implementação de suas ações. Por esse caráter de agente modelador do espaço e do território em suas diferentes dimensões, os Movimentos Sociais de luta pela terra são denominados de "socioterritoriais" e "socioespaciais". Para exemplificar, podemos dizer que as ações do MST imprimem transformações de cunho social, econômico e político na estrutura fundiária, conquistando, também, frações do território. As ocupações têm se configurado como uma forma de resistência contra o descaso do Estado frente à questão da Reforma Agrária, trazendo à luz problemas sociais mal resolvidos, tais como a permanência do latifúndio e da pobreza rural.

A Reforma Agrária é uma discussão mais ampla e complexa que antecede a constituição dos Assentamentos Rurais no Brasil, daí a necessidade de fazermos uma rápida explanação acerca das diferentes concepções sobre essa questão, que fundamentam esta análise. Vejamos, a respeito disto, a posição de Alentejano (2002, p.19), que enfoca a realidade do País:

> [...] existem duas correntes ideológicas do debate sobre a reforma agrária no Brasil. Um grupo considera os assentamentos rurais como sinônimo de reforma agrária e ao analisá-los elogiam ou criticam a reforma agrária em curso no Brasil; um segundo vê nos assentamentos uma política pública menos radical e abrangente que a reforma agrária e ao analisá-los busca apontar potencialidades e limites do processo em curso no Brasil.

Já para Romeiro (2002, p.131) a Reforma Agrária diz respeito a uma discussão atual que tem o sentido de *"*ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial".

Sobre essa diferença, quanto ao entendimento da concepção acerca dessa questão, Teles (1999, p.30) vai afirmar:

> Enquanto para o Estado a reforma agrária passa somente por uma política de implantação de assentamentos rurais, não lhe cabendo nada mais fazer, para o MST a reforma agrária vai mais além, devendo atender não somente a necessidade de terra para se trabalhar, mas também condições para garantias do bem estar social.

O termo "Assentamento**"** vem sendo muito utilizado ultimamente, fazendo-se necessário esclarecer sua origem, que está relacionada ao contexto de surgimento da Reforma Agrária ocorrida na Venezuela em 1960, quando na ocasião o termo foi incorporado ao vocabulário jurídico e sociológico, posteriormente se difundindo para os demais países.

Baseando-se no esclarecimento anterior, faz-se necessário elencar os tipos de Assentamentos segundo a classificação dos autores supracitados. De acordo com a origem, os Assentamentos Rurais podem ser classificados em cinco tipos: projetos de colonização; reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; criação de reservas extrativas e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis e programas de Reforma Agrária via desapropriação por interesse social, que são os que predominam no RN e são objeto deste estudo.

O processo de luta pela Reforma Agrária e consequentemente a formação dos Assentamentos Rurais são marcados pela emergência de disputas entre latifundiários e trabalhadores. Assim sendo, tomamos de empréstimo a afirmação feita por Fernandes (2001, p.61) quando sinaliza para a importância da questão do território no contexto dos Assentamentos:

> [...] o território se caracteriza por relações de poder, constituído pelos conflitos entre sem-terra e latifundiários. O latifúndio é o lócus para analisar a (re) organização territorial para o assentamento. Consideramos as ações (ocupação de terra, de agências bancárias, as caminhadas), como os principais elementos de reivindicação e conquista de assentamentos.

Desse modo, fica clara a importância que tem o entendimento das categorias "território" e "espaço" na nossa investida, já que os Assentamentos, em sua formação, podem ser considerados territórios que imprimem mudanças socioterritoriais.

A constituição dos impactos socioterritoriais compreende desde o processo de organização dos Movimentos Sociais, partindo dos primeiros trabalhos de base nas comunidades, até à consolidação das famílias assentadas. Os estudos objetivam identificar as principais mudanças ocorridas no período posterior e anterior à implantação do Assentamento. As

principais mudanças são identificadas através da análise de geração de renda e acesso à educação, ou seja, elaboram-se as dimensões e os indicadores dos impactos a partir da organização das famílias no interior do Assentamento. Isto porque mudanças são implementadas no território por meio das ações dos agricultores e do Estado, levando a uma reformulação da estratégia espacial.

Essas mudanças citadas são implementadas por outros atores, como é o caso do Estado, entendido como um agente produtor e modelador do espaço. Pode-se dizer que no contexto atual da Reforma Agrária, representado pelo INCRA, o Estado vem tornando-se o principal comprador de terras, muitas vezes pagando um preço superior ao do mercado. Isto foi possível constatar em nossas pesquisas preliminares realizadas em alguns Assentamentos, principalmente no município de Mossoró. Ao considerar tal perspectiva, resgatamos Fernandes (1999, p.227) quando afirma que:

> Frente a essa realidade, a reforma agrária é deturpada e, lentamente, cresce a perspectiva de uma reforma imobiliária. Assim, alguns latifundiários chegam mesmo a incentivar as ocupações, garantindo a infra-estrutura como forma de agilizar a desapropriação. Desse modo, a expropriação é pervertidamente convertida em ato de compra e venda, o que chamamos aqui de mercantilização da expropriação e da desapropriação da terra. Além de concentrar e reter especulativamente a terra, latifundiários no Brasil ainda sonegam os impostos incidentes sobre elas.

Essa ação mencionada que se estabelece no espaço agrário no Brasil é diretamente influenciada pela lógica contraditória do Capitalismo, e isto está materializado no forte poder de quem detém a terra em detrimento de quem nela deseja trabalhar. Esse processo complexo e desigual também pode ser evidenciado pela análise da modernização da agricultura no País (com o consumo de máquinas, adubos, equipamentos e outros), que está se expandindo, mas não de forma generalizada, por todas as Regiões do País.

Ainda é possível identificar esse desenvolvimento contraditório do Capitalismo se avaliarmos a eliminação gradativa das "barreiras" que "separavam" as unidades campo/cidade e rural/urbano. Isto pode ser identificado através da presença do trabalhador assalariado no campo e da manifestação de parte da luta dos Movimentos Sociais, nas cidades, pelas passeatas públicas e ocupações de órgãos governamentais. Podemos, com isso, dizer que anteriormente os problemas urbanos eram vistos de forma dissociada do campo e hoje se reconhece o fato de que as mudanças ocorridas no campo se refletem de certa maneira nas cidades, como é o caso do impacto causado por alguns Assentamentos Rurais nas áreas onde são criados.

Essas mudanças na relação cidade/campo descritas anteriormente exprimem de certa forma a dinâmica do espaço expressada pela Reforma Agrária. Neste sentido, abordamos os Assentamentos Rurais como nosso objeto de estudo esclarecendo que a nossa preocupação com os desdobramentos da Política de Reforma Agrária teve início durante a Graduação em Geografia (iniciada em 1998 no 'Campus' de Caicó), e veio consolidar-se a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de campo para a disciplina "Organização do Espaço", quando na oportunidade resolvemos investigar o Assentamento Seridó, localizado no município de São José do Seridó (RN), por ser até então o único Assentamento do INCRA existente na Microrregião do Seridó.

Tendo a oportunidade de ingressarmos no Mestrado em Geografia da UFRN, resolvemos nos debruçar sobre este tema, ampliando nossa proposta de trabalho para a realização de um estudo dos Assentamentos Rurais em âmbito estadual sob a responsabilidade do INCRA com o objetivo maior de analisar como se dá a espacialização da Reforma Agrária no RN, dessa maneira na tentativa de realizar uma leitura geográfica dessa questão no Estado, que tem por significado a apreensão dos principais problemas vivenciados pelos

assentados, discutindo o papel da Reforma Agrária na construção e desenvolvimento da cidadania.

Baseando-se na afirmação anterior, faz-se necessário fazer esse estudo geográfico da Reforma Agrária potiguar, tendo em vista que a Geografia enquanto ciência preocupa-se com o estudo da dinâmica espacial, desvendando seus desdobramentos e considerando os Assentamentos e seus atores envolvidos e as condições espaciais onde estão inseridos. Mediante o exposto, partimos do pressuposto de que a Reforma Agrária implementada no RN, até o presente, possui caráter de uma política compensatória, não respondendo, portanto, às demandas reais de reprodução social dos assentados, constituindo-se, assim, numa política que não permite aos assentados fazerem valer a sua cidadania, tendo em vista que dos Assentamentos visitados a pobreza se coloca como algo evidente.

Nessa direção, buscamos investigar desde aspectos como localização, origem do processo de desapropriação e Assentamento das áreas reformadas, à realidade socioeconômica dos assentados, analisando a infra-estrutura dos Assentamentos e a organização dos assentados e com isso tentar compreender quais os fatores que interferem no desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos (PAs). Além do mais, devemos considerar que essa Política de Reforma Agrária é espacializada, geralmente, sem levar em conta o quadro geoambiental das áreas a serem desapropriadas, as quais formarão, futuramente, os Assentamentos. A avaliação dessas condições é importante porque permite a relação da localização com a oferta de recursos hídricos, dentre outros aspectos que poderão interferir no desenvolvimento destes.

Para tanto fizemos uso de procedimentos metodológicos diversificados. Inicialmente utilizamos como fonte de pesquisa, vasta leitura bibliográfica sobre o assunto. Também buscamos dados secundários e informações sobre os Assentamentos pesquisados, junto às instituições oficiais como o INCRA e o IBGE. Pesquisamos também em outras

organizações envolvidas com a Reforma Agrária no RN como MST e CPT – OESTANA. Acrescenta-se ainda que durante o período de construção da dissertação buscamos participar de alguns eventos como reuniões, palestras e seminários promovidos pelo INCRA, MST, e pela Igreja, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e UFRN que discutiam sobre a Reforma Agrária e os Assentamentos Rurais no Rio Grande do Norte.

A pesquisa de campo constou de um levantamento preliminar do maior número possível de Assentamentos, com vistas a uma breve caracterização destes, procurando conhecer-lhes os diferentes cenários. Foram visitados preliminarmente 46 dos Assentamentos do INCRA existentes no Estado nos seguintes municípios: Baraúna, Bento Fernandes, João Câmara, Macaíba, Mossoró, São José de Mipibu, São José do Seridó, São Miguel do Gostoso, e Touros. Essas visitas ocorreram no período de dezembro de 2002 até junho de 2003.

Com base nessas visitas e em informações colhidas junto a órgãos oficiais, escolhemos, dentre os 232 projetos (Apêndice C e E) de Assentamentos Rurais do INCRA, criados no RN até 2002, Assentamentos com realidades bastante diferenciadas das mais diversas Microrregiões do Estado, de maneira a formar uma idéia bastante representativa da realidade estadual. Para escolha dos Assentamentos investigados, optamos por critérios, tais como: maior ou menor número de famílias, e outros de ordem subjetiva, relacionados a aspectos produtivos, históricos e socioeconômicos marcantes desses Assentamentos que os destacavam dos demais no contexto estadual, sendo também a questão da acessibilidade levada em consideração.

Essa foi a documentação direta da pesquisa que consistiu de trabalho de campo nos Assentamentos, através de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, baseada em formulários semi-estruturados (com perguntas abertas e fechadas), direcionados para as lideranças dos Assentamentos e as famílias, com dados relativos aos assentados. Durante a pesquisa de campo, foi realizado um registro fotográfico que ajudou na construção de uma análise da

realidade das áreas reformadas. Esses instrumentos de coleta começaram a ser aplicados a partir do período de julho de 2003 até abril de 2004.

Desse modo, selecionamos 27 Assentamentos (Apêndice D) para a pesquisa de campo, obedecendo aos critérios estabelecidos. Nestes, foram pesquisados cerca de 30% das famílias em cada um deles, significando, em termos absolutos, a aplicação de 1.014 formulários. Nesses formulários estavam postas questões referentes a aspectos gerais dos Assentamentos a partir de entrevistas com lideranças das associações comunitárias existentes nos diversos Assentamentos, ao todo foram 38 lideranças. Na nossa compreensão, o número de Assentamentos escolhidos foi suficiente para atingirmos o objetivo proposto, que era de compreender a realidade da população assentada e do Assentamento como um todo. Sendo importante considerar que os Assentamentos do Estado são marcados socioterritorialmente por grande heterogeneidade no que se refere a localização, presença de infra-estrutura produtiva e social, existência de recursos hídricos, dentre outros aspectos, daí porque todas as Microrregiões foram investigadas, com o intuito de conhecer as mais diversas realidades.

Os formulários (Apêndice A e B) procuraram contemplar questões como: origem dos assentados (experiência anterior dos assentados para fazer uma possível relação com o desenvolvimento dos sistemas de produção), processo de formação dos Assentamentos (como se deu o acesso à terra: houve ou não um processo de mobilização social), acesso à água, localização, infra-estrutura, condições socioeconômicas, dentre outras, para verificar as diferenciações internas.

Procurando entender à realidade dos Assentamentos a partir desse conjunto de dados e informações colhidos mediante as respostas dadas pelas lideranças e famílias assentadas no momento das entrevistas e aplicação dos formulários, construímos uma série de figuras, quadros e tabelas que auxiliam nessa análise.

A temporalidade escolhida para efeito deste estudo compreende o período de 1987 a 2002. Esta é importante porque permitirá avaliar a evolução da criação de Assentamentos no Rio Grande do Norte criados pelo INCRA, desde a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que no RN ocorreu a partir de 1987, até Assentamentos mais atuais.

O trabalho foi então estruturado em 3 capítulos. O 1º faz um resgate histórico da questão da terra no Brasil retomando a formação do latifúndio e a luta pela terra, enfocando desde as capitanias hereditárias, passando pela doação de Sesmarias e Lei de Terras, discutindo as principais medidas implementadas pelo Estado acerca da Reforma Agrária no país a partir do período militar, como é caso do Estatuto da Terra e do I PNRA até o surgimento das revoltas camponesas como Canudos, Contestado, Cangaço e dos Movimentos Sociais como as Ligas Camponesas e o MST.

Já no 2º capítulo trabalhamos com alguns elementos expostos anteriormente mas voltando-se para a realidade norte-rio-grandense, investigando os principais aspectos da luta pela terra e atuação dos Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte. Discutimos também alguns aspectos relacionados à Reforma Agrária e à formação dos Assentamentos.

A construção do 3º capítulo baseou-se em formulários aplicados (1.052) e nas entrevistas com 38 lideranças e 30% das famílias assentadas de 27 PAs do Estado. Dentre os aspectos investigados, destacamos a origem dos Assentamentos, os aspectos produtivos, a infra-estrutura e os serviços neles existentes. Os resultados nos dão suporte para analisar as condições de trabalho, produção e sobrevivência que são oferecidos aos assentados pelo Poder Público, conhecendo os principais problemas da população assentada.

A maior parte dos entrevistados da nossa pesquisa foram pessoas do sexo feminino, pois do total de entrevistados 62% são mulheres e 38% são homens. Isso se explica pelo fato da mulher passar mais tempo em casa, mesmo que nossa pesquisa tenha ocorrido nos finais de

semana, geralmente os homens estavam fora, seja trabalhando no roçado ou porque tinham ido à feira, o que sugere a falta de diversidade de atividades específicas para as mulheres nos Assentamentos, a ser vista com mais detalhes no decorrer do trabalho.

Assim sendo, procuramos mostrar os principais fatores responsáveis pela existência, no território brasileiro, de uma estrutura fundiária concentrada tecida ao longo do tempo e que deixou à margem parcela considerável da população sobretudo a de condições financeiras precárias, que indignada com esta situação se organizou de tal modo que o resultado foram importantes Movimentos Sociais de luta pela terra.

Esse panorama nacional terá seus reflexos no Rio Grande do Norte, estado também marcado pela existência de latifundiários e trabalhadores sem terra que almejam à Reforma Agrária. Esta, quando é alcançada por alguns, que estão nos Assentamentos Rurais, não oferece condições satisfatórias de sobrevivência, exigindo que o Poder Público entenda que, além de terra, a população assentada, precisa da efetivação dos direitos básicos da cidadania, tais como saúde e educação, para, a partir daí, ser instaurado um país melhor para todos que nele habitam.

2 AS BASES DE FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA

- Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
- É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
- Não é cova grande,
é cova medida ,
é a terra que querias
ver dividida.

João Cabral de Melo Neto.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA E DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS PELO SEU ACESSO

A epígrafe acima deixa implícita a questão do acesso à terra no Brasil, que, como veremos a seguir, desencadeou uma luta, primeiramente pela terra e, posteriormente, pela Reforma Agrária. Como a elite dominante vem se apropriando da terra no Brasil, ao longo do tempo, resultou na formação dos latifúndios existentes até os dias atuais, deixando muitas pessoas excluídas desse processo, privilegiando apenas parte da população.

Dois aspectos dessa realidade podem ser destacados dentre tantos outros pela sua importância. Um diz respeito à estrutura fundiária, que se apresenta de forma bastante concentrada, resultante de um conjunto de medidas que reflete a estrutura política do país e tem suas raízes históricas muito mais distantes. O outro refere-se à atuação do Estado,

principalmente a partir de 1964, quando foi promulgado o Estatuto da Terra. São esses dois fatores que abrirão os caminhos da nossa leitura.

Isso posto, poderíamos arriscar dizer que a problemática social e política existente no campo originou-se com a própria formação do território brasileiro, isto é, desde os primeiros momentos quando a Coroa Portuguesa decidiu colonizar o Brasil, instituindo o sistema de Capitanias Hereditárias como instrumento de posse, como forma de assegurar o domínio da Coroa portuguesa sobre a Colônia.

Durante o governo de Martim Afonso de Souza, a Coroa cria a Lei de Sesmarias, a fim de viabilizar o acesso à terra para fins de exploração econômica. Ainda no século XVI, mais precisamente em 1531, foram feitas doações de grandes extensões de terras a pessoas que vinham de Portugal para o Brasil, embora, mas para receber essas terras fosse necessário ter alto poder aquisitivo e possuir escravos, além de responsabilizar-se pelos custos com o seu cultivo. Considerando as exigências da Lei de Sesmarias, podemos afirmar que a doação destas mesmas foi marcada por uma intensa diferenciação qualitativa e quantitativa nas suas concessões, o que sugere o início de um processo de expulsão dos menos abastados do processo produtivo então existente.

As Sesmarias que foram objeto de doações na faixa litorânea e também em áreas interioranas passaram a cultivar como produto principal a cana-de-açúcar, além de outros tipos de exploração econômica. Algumas delas permaneceram abandonadas, tornando-se o que hoje chamamos de “latifúndio improdutivo”. Embora fossem estabelecidos limites para o tamanho dessas sesmarias, tais limites nunca foram respeitados.

Foi esse processo histórico que formatou a questão da terra no Nordeste, nesta Região estavam as pessoas de maiores posses, que iriam montar os engenhos para o beneficiamento da cana-de-açúcar. Alguns indivíduos usavam estratégias para aumentar o tamanho do latifúndio a receber. Podemos assinalar que tal procedimento se assemelha às

ações dos grileiros, que atuam nesse processo. É o que nos informa Silva (1980, p.15) ao se referir aos sesmeiros:

> [...] não se satisfazendo com uma sesmaria, pediam outras em nome da mulher e filhos, independente da idade desses últimos. Sesmarias também foram doadas a cidadãos como prêmio pelos seus feitos militares. Dessa forma, em espaço relativamente curto, principalmente as costas do Brasil foram inteiramente divididas em imensos latifúndios, quase não restando mais terras sem dono.

Esse sistema de doação de terras durou até o ano de 1822, quando foi suspenso pelo Príncipe Regente, sendo que o país ficou durante 28 anos inteiramente sem nenhuma forma de regulamentação da terra até o surgimento da chamada Lei de Terras que só vai ocorrer a partir de 1850.

Mesmo com a grande lavoura ocupando grandes extensões ainda existiam terras devolutas desocupadas, o que exigia mecanismos que dificultassem ainda mais o livre acesso à terra por parte das camadas menos favorecidas da população. Dessa forma, restringia-se o acesso à terra somente àqueles que tivessem condições de pagar. Desde então, os trabalhadores livres, índios, e escravos alforriados ficaram impossibilitados de adquirir terras por não terem os recursos necessários para pagar por elas ou arcar com as despesas judiciais para legalizá-las. Ao estudar a relação das terras devolutas com a Lei de Terras, Martins (1983, p.42) nos mostra que:

> A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e o Estado era controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da escravatura a um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudesse mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro.

A Lei de Terras irá provocar inúmeras mudanças na forma de acesso à terra, que será através da compra, beneficiando as pessoas de maior poder aquisitivo e transferindo a renda capitalizada do escravo para a terra. Será também em meados do século XIX que, devido às pressões inglesas, ocorrerá a proibição do tráfico negreiro, pois havia interesse da Inglaterra em expandir seu mercado consumidor, já que a Revolução Industrial estava sendo iniciada. Em Martins (2000, p.94), fica evidente a relação da proibição do tráfico com os interesses dos grandes proprietários:

> O fim da legalidade da escravidão no Brasil não foi fundamentalmente resultado de uma luta dos escravos e sim de uma luta das classes dominantes, sobretudo dos liberais exaltados, para que os grandes proprietários de terra fossem, eles sim, libertados do ônus econômico e das irracionalidades econômicas do cativeiro.

A partir daí, ocorreram mudanças nas relações de trabalho no cultivo do café, originadas com a crise do comércio de escravos a partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi proibido. Desde então, as fazendas de café necessitavam de outra mão-de-obra para trabalhar nos cafezais. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi marcada por problemas de adaptação dos imigrantes porque ainda estava presente no fazendeiro a mentalidade escravocrata.

Essa cessação do tráfico fez com que os preços dos escravos se elevassem, provocando uma crise nesse tipo de comércio, desencadeando, posteriormente, o processo de substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café. A imigração desses trabalhadores ocorreu no Brasil, sobretudo de 1886 a 1914, e as relações de trabalho das quais eles fizeram parte

ficaram conhecidas como o regime de colonato. Segundo assinala Martins (1998, p. 18 - 19) sobre essa relação de trabalho:

> Ele não pode ser definido como um regime assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou como se verá em detalhe mais adiante, pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar.

Ainda sobre as relações de trabalho no regime de colonato Martins (1998, p. 35) assegura: "Com a instauração do regime de colonato, o trabalho coletivo do eito seria substituído pelo trabalho familiar, mediante o pagamento de uma importância em dinheiro para cada mil pés de café tratados. Cada homem adulto cuidava de dois mil cafeeiros".

Os cafeicultores, porém, precisavam de um respaldo legal para impedir a posse da terra para esses imigrantes, já que os latifundiários tinham o controle da economia nacional. Pode-se dizer que a Lei de Terras, apoiada pelos barões do café, expressava os interesses dos fazendeiros e comerciantes da época.

Com essa Lei, o Brasil redefine o acesso à propriedade da terra que institucionalizou, em nível jurídico-político, a propriedade privada da terra. O domínio territorial é transferido do Estado para particulares. Aos que já possuíam terras, foi dado um prazo para que registrassem suas posses, sendo realizado em 1854 e ficando conhecido como "registro paroquial". A partir de então, as terras não registradas e legitimadas eram consideradas devolutas e deveriam ser devolvidas à União.

A referida Lei determinou que a única forma de obter propriedades seria por meio da compra realizada através do dinheiro e que os lotes deveriam ser vendidos publicamente,

com pagamento à vista e preços mínimos fixados anteriormente. Quanto à mudança desse controle do Estado sobre a propriedade territorial, a partir da Lei de Terras, ainda fomos buscar em Martins (2000, p.136) a sua explicação:

> Com isso, transferia seus direitos e suas responsabilidades sobre o uso da terra aos proprietários privados e entregava ao mercado a dinâmica da distribuição e redistribuição da terra. O Estado abria mão de arrecadar sem indenização terras não utilizadas por seus senhores – abria mão de seu senhorio sobre o território.

As mudanças provocadas a partir da promulgação da chamada Lei de Terras contida na afirmação anterior nos fazem refletir sobre as conseqüências históricas da estrutura fundiária concentrada que desencadeou uma realidade social marcada pela intensa pobreza, fazendo emergir os Movimentos Sociais de luta pela terra de forma mais intensa a partir do final do século XIX e princípio do século XX, quando surgiram as primeiras revoltas no campo. Segundo Facó (1980, p.13), esses conflitos sociais serão impulsionados pelo descaso da classe dominante do País para com as condições miseráveis de sobrevivência da população. Ou seja:

> A situação dos pobres do campo no fim do século e mesmo em pleno século XX não se diferenciava daquela de 1856. Era mais do que natural, era legítimo que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma "saída" nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos "fanáticos" em torno de beatos e conselheiros, sonhando a conquista de uma vida melhor. E muitas vezes lutando por ela a seu modo, de armas nas mãos. Eram eles o fruto da decadência de um sistema sócio-econômico que procurava sobreviver a si mesmo.

Essa breve descrição feita anteriormente sobre o cotidiano da população que vivia no campo nos serve de suporte para entendermos a relação existente entre a grande

propriedade e a revolta popular expressada na participação dos movimentos surgidos em defesa da luta pela terra.

O grande proprietário monopolizava a terra enquanto a população pobre que vivia no campo e com graves problemas de caráter social e econômico apresentava precárias condições de vida com baixos salários, principalmente no interior nordestino. Dentre os problemas dessa população, destacamos o alto índice de analfabetismo, o que a tornava vulnerável à influência da religião ou das seitas surgidas nas comunidades rurais, pois muitas vezes era a única ideologia que tinham para acreditar.

Esse quadro de referência do processo de acesso à terra seria, então, o responsável pelo surgimento das lutas e movimentos realizados no campo, como forma de protesto encontrada pela população pobre e expropriada para o enfrentamento da situação excludente a que estavam submetidos.

Movimentos de luta como Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916) são apontados como as primeiras lutas camponesas de grande porte ocorridas no Brasil. Tais Movimentos apresentavam um caráter messiânico ancorado nas injustiças cometidas pelos grandes proprietários e no desejo de seus integrantes possuírem suas próprias terras. Já a elite dominante da época era contrária ao surgimento desses Movimentos, rotulando-os como uma insurreição de fanáticos e caracterizando-os como um surto de banditismo ou fanatismo religioso para tirar-lhes sua importância social.

Sobre Canudos a imprensa escrita registrava que o principal objetivo era lutar contra a implantação da República sendo favorável à volta da monarquia, não mencionando a questão da concentração da terra existente na mão dos coronéis, pois essa população lutava de certa forma por uma mudança na estrutura agrária do País. Considerando todas essas contradições, faz-se muito oportuna a declaração de Martins (2000, p. 108):

> [...] a luta de Canudos foi em grande parte uma luta camponesa, mas não foi diretamente uma luta pela terra, que lá não tinha o menor sentido. Canudos foi uma guerra religiosa, em que os moradores tiveram como algozes o Estado e a Igreja. [...] Sobretudo, por um e por outra Canudos era considerado um perigo político e um perigo religioso.

Desse modo, como nos indica a citação mencionada, a Guerra de Canudos simbolizou um desdobramento das disputas entre coronéis sertanejos e o governo. Esse Movimento tinha um caráter messiânico, já que seu líder, o beato Antônio Conselheiro, e seus seguidores (a maioria camponeses sem-terra) fizeram peregrinação por alguns estados do Nordeste, até se estabelecerem numa fazenda do sertão baiano, à margem do rio Vaza Barris, denominada "Canudos", onde se formou um grande povoado denominado de "Belo Monte", que segundo Martins (1983, p.53) "chegou a ter mais de trinta e cinco mil habitantes e de cinco mil casas". Acusados de monarquistas, foram combatidos pelo exército de 1896-1897, com cerca de 5 mil mortos.

Encerrava-se o século XIX com essa guerra contra os camponeses e iniciava-se o século XX com outro conflito. Tratava-se da região fronteiriça entre os estados do Paraná e Santa Catarina, mais precisamente em Campos Novos, no período de 1912 a 1916. Essa área estava em litígio pelos dois estados e era marcada pela extração de erva-mate, principal atividade econômica para as pessoas nela localizadas, por posseiros e pequenos proprietários que criavam gado e possuíam terras sujeitas à disputa judicial. Na área, outras atividades econômicas tiveram início, como a construção de ferrovias em 1908 e a exploração da madeira para fins industriais, desapropriando as famílias que ali já residiam, o que causou revolta na população atingida. Para que esse projeto de colonização acontecesse, era necessário que os antigos posseiros fossem expulsos dessas terras, o que

teve início em 1911, posteriormente desencadeando a revolta dos camponeses expropriados.

Para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, supervisionada pelo engenheiro Achilles Stengel, o Governo brasileiro fez a concessão de terras, cedendo 9 km de cada lado da estrada, que já era ocupada anteriormente pelos referidos posseiros, para a empresa norte-americana Brazil Raiway Company, que no Brasil era comandada por Percival Farquhar. Como lembra Queiroz (1981, p.69), a atuação dessa empresa não estava limitada a esse empreendimento:

> [...] além da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaúcha, geria a Sorocabana, possuía vultosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira Mamoré, obtinha os direitos da Vitória – Minas, dirigia a Port of Pará no extremo norte e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, dispunha de armazéns frigoríficos e industriais de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc.

Com o objetivo de explorar as terras adjacentes à estrada para especulação e venda de lotes, aquela empresa criou uma nova companhia a ela subordinada. Tratava-se da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, tornando-se também uma grande companhia madeireira. Queiroz (1981, p.74) era levado a considerar que: "Por outro lado, a Lumber loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que dali tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários". Além desta, há registro de outras companhias colonizadoras e de que essas firmas estrangeiras atuavam em conjunto com coronéis da área.

Essa série de acontecimentos é apontada como o fator principal que originou a chamada "Guerra do Contestado", se dando a partir da revolta desses posseiros que trabalhavam

com agricultura e foram expulsos de suas terras por aquela empresa juntamente com a luta dos operários que ficaram desempregados após o término da construção da ferrovia.

A questão da expropriação e dos limites entre os dois estados mantinha a população agitada, como nos assevera Queiroz (1981, p.69), quando afirma que esses acontecimentos "levaram também a que se familiarizassem com o manejo das armas e as técnicas militares muitos sertanejos".

Juntando-se a esse acontecimento de construção da ferrovia, devemos apontar que parte da literatura existente sobre esse fato nos informa o líder do Contestado, José Maria, e seus seguidores saíram do Estado de Santa Catarina e seguiram em direção ao Paraná para acampar numa comunidade de posseiros denominada "Irani", contribuindo assim para o acirramento do conflito.

Esse acampamento dos seguidores de José Maria foi interpretado pelos paranaenses como uma invasão do Estado por catarinenses, fato que agravou a questão judicial já existente de disputa pela terra e também política dos limites da área. Posteriormente, mediante conflitos, o grupo se desloca para a região de Taquaruçu (SC). Esse Movimento terminou contabilizando um total de cerca de 3 mil mortos, e também pode ser apontado como tentativa de luta regionalizada contra o domínio do latifúndio.

Segundo observa Queiroz (1981, p.249 - 250), quando escreve sobre os motivos desencadeantes da Guerra do Contestado relacionando com os anseios da população por terras:

> [...] mais ali do que em qualquer outra parte do Brasil porque, entre outros motivos, se assistia à entrega de lotes a colonos estrangeiros. Esta aspiração coletiva se chocava com a organização social e política representada pelos coronéis, a qual não apenas negava os meios institucionalizados de satisfazer às necessidades da massa sertaneja, como até privava da terra muitos que já a possuíam.

Somos conhecedores de que existem opiniões divergentes acerca da relação do Contestado com a questão da luta pela terra, mas referindo-se aos movimentos messiânicos encontramos em Facó (1980, p.8) a relação desses movimentos com o monopólio da terra:

> Tiveram, esses inúmeros surtos de "fanatismo" e de cangaceirismo, as suas causas internas e externas. As condições internas que os geraram vamos encontrá-las, precisamente e antes de tudo, no monopólio da terra, cujas origens remontam aos tempos coloniais com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias e a subseqüente concessão das sesmarias, as quais deram origem aos latifúndios atuais. Estes constituem, de há muito, ao lado do domínio imperialista em ramos básicos da economia do país, um dos grandes obstáculos ao nosso pleno desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

A luta do Contestado, assim como Canudos, pode ser considerada também como uma luta messiânica, já que os participantes desse Movimento acreditavam no retorno dos mortos, que, juntamente com José Maria (personagem que desencadeou o Movimento e era um curandeiro que usava ervas para "medicar" a população local), iriam constituir o Exército Encantado de São Sebastião.

Os conflitos citados anteriormente apresentam suas peculiaridades, mas se caracterizam pelo embate entre a religiosidade popular e a religião oficial dominante da Igreja. A ideologia presente nesses Movimentos passou a ser chamada de "fanatismo", devido o caráter religioso e místico. Seus adeptos, que eram moradores pobres da zona rural, passaram a ser chamados de "fanáticos" e o Catolicismo passa a repudiar esse misticismo.

Além desses Movimentos citados anteriormente, está inserido no contexto de luta pela terra o Movimento do Cangaço ocorrido no sertão nordestino, marcado por fortes disputas pela terra e pela hegemonia comercial. Facó (1980, p.37), estudioso dos Movimentos messiânicos e sertanejos ocorridos no final do século XIX e início do século XX, entende

que tanto o Cangaço quanto os grupos de fanáticos se caracterizaram como formas de insubmissão ao poder dos fazendeiros. Em seu livro "Cangaceiros e Fanáticos", o autor define esses personagens da seguinte maneira:

> O Cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra – uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal.

Esse tipo de "banditismo", como também ficou conhecido o Cangaço, se espalhou por vários lugares do Nordeste, embora o Cangaço tenha sido o mais famoso. Entende-se este como uma forma encontrada pelos trabalhadores para se revoltar contra o latifúndio, mediante o inconformismo com a vida de miséria e fome a que eram submetidos pelos proprietários de terra. Para outros agricultores que não ingressavam nesse Movimento, uma alternativa era migrar para a Amazônia ou para São Paulo devido às constantes secas.

Ainda segundo Facó (1980, p.29), essas eram as formas de reação encontradas pela população do campo para lutar contra a fome e a miséria agravadas num período de seca. Tal reação manifestava-se de dois tipos:

> [...] através da formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéa formação de seitas de místicos – fanáticos – em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de sua desgraça.

Acrescenta-se que a origem do banditismo sertanejo estava relacionada aos conflitos de famílias pela terra, na vingança e nos chamados crimes de honra. O Cangaço difundiu o banditismo social através de seus bandos de cangaceiros que agiam atacando fazendas e

realizando saques nos comércios, podemos citar nomes como Antônio Silvino e Virgulino Ferreira, conhecido como o "Lampião".

Hobsbawm (1978, p.22) também definiu o banditismo social quando ele analisou o fenômeno na Europa destacando: "o banditismo é uma forma bastante primitiva de protesto social organizado, talvez a mais primitiva que conhecemos".

Como características dos que ingressam no banditismo social, o autor citado considera como sendo: "o homem decidido, que não se dispõe a suportar as dificuldades tradicionais do plebeu numa sociedade de classes – pobreza e submissão – pode escapar delas tanto juntando-se aos seus opressores, servindo-os, como revoltando-se contra eles" (HOBSBWM, 1978, p.22).

Outros Movimentos de menor porte ocorreram pelo País, com outras conotações e referentes ao Messianismo. Poderíamos mencionar a peregrinação ocorrida em Juazeiro (CE) com a morte de Padre Cícero em 1934; a Revolta conhecida como "Pau de Colher", ocorrida no sertão baiano em 1938; a Revolta do Catulé (MG), a Revolta de Dona Noca (no interior do Maranhão, em 1951). Também se inserem nesse contexto as revoltas que ficaram conhecidas como "Caldeirão" e "Pedra Bonita".

Essas revoltas, embora menos expressivas, podem ser consideradas como exemplos de movimentos com a conotação em comum de se constituir uma ameaça à propriedade territorial, mesmo aquelas baseadas no Messianismo. Acrescentamos ainda a Guerrilha do Porecatu (ocorrida em 1950, entre a divisa dos estados de São Paulo e Paraná) e Trombas e Formoso (que correspondia a uma área de dez mil quilômetros quadrados ao Norte de Goiás), ocorrida entre os anos 1950 e 1960, tendo implantado um território livre dominado por camponeses.

Apesar dessas lutas regionalizadas ocorridas anteriormente, o movimento camponês só organizou-se, efetivamente, em meados do século XX, com o surgimento das Ligas Camponesas, que tiveram uma dimensão nacional, difundindo pelo Brasil as pressões dos trabalhadores rurais nesse período. O processo de formação das Ligas Camponesas teve início no Engenho "Galiléia" (localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE), no final da década de 1940 e início da década de 1950, contra a alta dos preços dos arrendamentos. O referido engenho foi desapropriado com base na Lei do Inquilinato respeitando os direitos dos parceiros, arrendatários e moradores que aí trabalhavam.

Os camponeses desse Engenho se organizavam em torno da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que tinha como um dos objetivos a constituição de um auxílio funerário e era uma espécie de sociedade civil de direito privado com jurisdição para todo o Estado, desempenhando um papel fundamental no Movimento Social Agrário do Brasil, entre 1955 e 1964.

A SAPPP era constituída por moradores, pequenos proprietários, arrendatários (chamados de "foreiros") que pagavam ao proprietário "uma renda da terra em forma de aluguel anual (foro) e se dedicavam à produção de subsistência, através do cultivo de uma lavoura branca, vendendo o seu pequeno excedente na própria região da Zona da Mata" (AZEVEDO, 1982, p.60).

No período de 1948 e 1954, foram poucas as associações que resistiram, envolvendo-se em conflitos entre posseiros e grileiros em várias partes do País. Desse período podemos citar importantes mobilizações como: a 1ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em setembro de 1953, nos estados de São Paulo, Paraíba e Ceará; o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais em Limoeiro e a 2ª Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em São Paulo, ambos ocorridos em 1954.

Essa organização dos trabalhadores vai contribuir para que o proprietário da terra pertencente ao Engenho "Galiléia", que se chamava Oscar Beltrão, ameace com represálias policiais o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros do Engenho. A partir daí, esses foreiros resistem, negando-se a desistir da SAPPP, não aceitando o aumento do foro nem a ordem de despejo. A assessoria jurídica era prestada pelo advogado Francisco Julião, que passa a representar judicialmente o interesse dos foreiros.

Em 1950, promovendo encontros em âmbito nacional, em favor do debate sobre a Reforma Agrária, o PCB lançou um documento intitulado *Manifesto de Agosto,* no qual definia sua linha de atuação em relação aos problemas do campo. Esse documento teve sua divulgação por meio da promoção de encontros que esse Partido realizava nas diversas regiões do País, com o objetivo de expandir suas idéias partidárias, dentre elas, a discussão a respeito da questão agrária brasileira. Em 1954, o Partido Comunista cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), formada por integrantes das Ligas e dos Sindicatos, com o propósito de coordenar as associações camponesas então existentes. Ressaltamos que, em 1963, tem-se a origem da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

É importante mencionar a realização do Congresso de Salvação do Nordeste, ocorrido em Recife, no período de 20 a 27 de agosto de 1955, quando foi feito o texto final da Carta de Salvação do Nordeste que incluía a Reforma Agrária como uma de suas reivindicações.

Após a realização desse Congresso, as Ligas organizaram, em Recife, em setembro de 1955, o I Congresso Camponês de Pernambuco, presidido por Josué de Castro e com a participação de cerca de 3 mil camponeses. Segundo Azevedo (1982, p.69), a importância desse evento foi "a consolidação inicial do movimento camponês através das Ligas e representa a primeira grande manifestação de massa em apoio à luta dos foreiros do Engenho Galiléia".

Essas mobilizações dos trabalhadores promovidas a partir desses congressos foram importantes no avanço da discussão em defesa de uma melhor distribuição de terras no Brasil, de modo que em 1960 ocorreu a desapropriação do Engenho "Galiléia". A partir daí, começam a ocorrer mudanças políticas e ideológicas nas Ligas, que culminará em diversas contradições internas e em sua ruptura com o PCB, que até então se configurava como o seu principal articulador.

A ULTAB realiza em novembro de 1961, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que vai marcar as divergências internas de entidades envolvidas na luta pela Reforma Agrária. O desencadear dessa ruptura ocorre tendo em vista que, enquanto as Ligas defendiam a tese da Reforma Agrária radical "na lei ou na marra", as propostas do PCB eram de dirigir uma ação prioritária entre os assalariados rurais e uma reforma agrária com outra conotação. Com isso, quem passa a ter a hegemonia da organização política dos camponeses são os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs).

No período de 1960 a 1962, as Ligas tiveram grande visibilidade nacional quando incorporaram uma reflexão mais completa do processo político e do próprio papel a ser desempenhado pelo campesinato, segundo seus ideólogos, nas lutas sociais do País organizadas em 13 estados brasileiros e coordenadas por um Conselho Geral.

No final de 1962, aprofundaram-se dissensões internas e Julião é expulso do comando. Esses fatos vão desencadear a desorganização das Ligas na maioria dos estados a partir de 1963. Até mesmo em Pernambuco, nesse período a direção do Movimento reorienta-se, tratando não só de conflitos em torno da posse da terra, mas de outras questões relacionadas ao trabalho dos assalariados rurais, tais como: pagamento do 13º salário, aumentos salariais e férias remuneradas. O processo de luta das Ligas Camponesas foi marcado por violência, como o assassinato de várias lideranças e trabalhadores rurais.

Anteriormente mencionamos a importância desempenhada pela Igreja Católica como um agente de apoio à luta pela Reforma Agrária no Brasil. Uma de suas ações mais marcantes pode-se destacar o lançamento da primeira pastoral preocupada com a situação do campo no Brasil. Porém é preciso esclarecer que, apesar da Reforma Agrária constituir-se num objeto comum em discussão e defesa pela Igreja e pelo PCB, ambos apresentavam divergências no entendimento acerca da questão, que se expressava na forma de luta encabeçada por esses agentes de mediação que seguiam uma linha de pensamento próprio.

Entende-se que a concepção da Igreja era diferente do PCB e como exemplo podemos citar que na década de 1950 aquela lança um documento a favor da Reforma Agrária, mas com base anticomunista. Trata-se da Carta Pastoral assinada por Dom Inocêncio, bispo de Campanha (MG), expondo que "a Igreja reconhecia o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento, que supostamente lançariam os pobres do campo nos braços dos comunistas nas cidades de destino, como Rio e São Paulo" (MARTINS, 2000, p.95).

A partir de 1960, a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) toma uma posição mais determinada em relação à questão fundiária no País, passando a atuar de forma mais evidente em defesa da Reforma Agrária. Esse processo de evidenciará com maior ênfase a partir do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em meados dos anos 1970, consideradas como espaços de socialização política que permitiram a recriação e a organização camponesa e com isso a expansão da luta pelas regiões do País. Como marco do posicionamento da Igreja a favor da Reforma Agrária, podemos citar o ano de 1973, quando através de documentos como *Ouvi os clamores do meu povo* e *O grito das Igrejas,* lançados no Nordeste e em Goiânia, começa a fazer denúncias mostrando a insatisfação dos lavradores e atuando no conflito contra o Estado.

Em 1975, surgiu a Comissão Pastoral da Terra, que se tornou a articuladora dos movimentos camponeses durante o Regime Militar. E também da década de 1970 o surgimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para atuar especificamente nos conflitos de terra da Amazônia. No final do Governo Militar (1964 - 1984), pelo que consta nas reportagens e trabalhos já publicados sobre essa época, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam constantemente trabalhadores rurais, posseiros, peões, agentes pastorais e lideranças sindicais, na tentativa de restringir o avanço do movimento camponês, que estava apoiado na CPT. Insere-se nesse contexto a ocorrência de assassinatos de advogados, padres e bispos envolvidos com a mobilização social e política desses agricultores, como é o caso do advogado baiano Eugênio Alberto Lyra Silva do STR de Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa.

Acrescenta-se ainda o lançamento, em 1980, através da CNBB, do documento intitulado *Igreja e problemas da terra* que vai ser de fundamental importância para o maior engajamento da Igreja na luta dos trabalhadores do campo. Nessa perspectiva, a Igreja se mostra contrária à concentração da propriedade apoiada pelo Estado, questionando as conseqüências que tal concentração traz para a camada mais pobre da população.

Enquanto as discussões e reivindicações sobre Reforma Agrária tornavam-se evidentes, encabeçadas por setores da Classe Média urbana, setores católicos e uma parcela política de integrantes da esquerda, as elites políticas temiam a possibilidade de ocorrer no Brasil algo semelhante ao que acontecera em outros países com a implantação do Socialismo ou do Comunismo, como é o caso da Revolução Cubana (1959), que teve fortes repercussões na América Latina e também no Brasil, sendo entendida como um exemplo a ser seguido pelas lideranças do campo, o que causava a apreensão da elite dominante.

Contudo o Estado vem elaborando diversos projetos de lei desde a década de 1950 referentes à Reforma Agrária, além de incluir nas diferentes Constituições (1934, 1946,

1988) texto e artigos referentes à propriedade da terra. Dos diversos governos que já passaram pela Presidência da República, por sua vez, também elaboraram medidas administrativas, legislações e decretos sobre essa questão, que, entretanto, não são, efetivamente, postas em prática.

Desde a campanha de Jânio Quadros, em 1960, pelo menos o debate acerca da Reforma Agrária vinha ocorrendo, colocando-se em pauta a questão da desapropriação por interesse social, de certa forma questionando-se o direito de propriedade e dos proprietários de terra. Após a renúncia de Jânio em 1961, os conflitos rurais e urbanos se avolumaram. Por isso, o Presidente João Goulart acreditava que para a realização de uma Reforma Agrária fazia-se necessário unir trabalhadores do campo e da cidade.

Durante esse Governo, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963), interpretando muitos conflitos fundiários como trabalhistas, concedendo aos trabalhadores rurais alguns direitos até então facultados aos trabalhadores urbanos, como férias, registro profissional, décimo terceiro salário etc. Após o decreto da desapropriação de áreas improdutivas, o Presidente foi deposto em março de 1964, com os militares enfraquecendo a luta pela Reforma Agrária. Sobre esta questão, vejamos a opinião de Martins (2000, p.98):

> Desde 1964, justamente em face dos impasses políticos resultantes da questão agrária, que levaram ao golpe, o Estado brasileiro criou um aparato institucional para administrar a questão fundiária, de modo a que ela não comprometesse os planos nacionais de desenvolvimento que a tem como um dado secundário.

Esse entrave na mudança da estrutura fundiária pode ser explicado, em parte, pela reação autoritária e violenta das classes dominantes, impedindo que o direito de propriedade da terra estivesse relacionado ao seu aproveitamento produtivo. Há um descompasso entre os

anseios dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária e a forma como esta vem sendo encaminhada pelo Estado, pois não atende às reivindicações dos agricultores que vão além da distribuição de terras.

A Reforma Agrária deve ser entendida como um processo mais amplo, que vai além da aquisição de terra, incluindo também condições que permitam nela se trabalhar com dignidade, tais como: a assistência técnica, crédito rural diferenciado, pesquisa agropecuária e atividades de promoção social como o acesso à saúde e educação, fazendo com que o agricultor seja inserido na sociedade.

No contexto da Reforma Agrária, é imprescindível analisar o papel que o Estado tem tido na sua elaboração e execução enquanto política pública. Depois da Lei de Terras, o Estatuto da Terra foi o mais importante documento ligado à questão fundiária do Brasil. Vamos discutir o papel do Estado a partir de 1964, daí porque privilegiamos esta Lei como uma referência importante, por entender que ela configurou-se como um marco sobre a Reforma Agrária no Brasil.

2.2 A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO A PARTIR DE 1964

O Estado brasileiro a partir de 1964 assume uma postura ainda mais repressiva com as mobilizações dos trabalhadores em luta pela Reforma Agrária, perseguindo as organizações de trabalhadores e censurando o debate político sobre a questão, dessa forma enfraquecendo a luta pelo acesso à terra tanto pela ação da polícia quanto pelos atos de proprietários, em decorrência da Ditadura Militar iniciada com o Marechal Castelo Branco

no poder. Para ilustrar isso, regatamos o Movimento das Ligas Camponesas que teve suas últimas organizações desfeitas a partir do Golpe Militar. Em vez de investir de fato no avanço da Reforma Agrária no País os militares criaram grandes projetos agropecuários, sobretudo na Amazônia, estimulados pela Política de Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), aumentando a violência de jagunços e pistoleiros, a mando de latifundiários e grileiros, contra índios e posseiros nessa região.

Com isso, podemos dizer que a Reforma Agrária não era vista como uma necessidade para o desenvolvimento do capital. A partir de 1964, com o Golpe Militar os problemas fundiários se agravaram e o debate sobre a Reforma Agrária sofreu um retrocesso. A Ditadura simbolizou a aliança entre terra e capital no plano político-econômico, pois foi imposta uma forte repressão policial e militar aos que defendiam a Reforma Agrária. Foram oferecidos incentivos fiscais para que os capitalistas das empresas urbanas se tornassem proprietários de terras privilegiando o modelo agro-exportador. Os Governos militares reforçaram o projeto de modernização agrícola, que ocorreu de forma desigual voltada para a agricultura de exportação. As políticas desenvolvidas não privilegiaram a produção familiar contribuindo, ainda mais, para o avanço do êxodo rural.

A partir de 1964 também foram criados órgãos responsáveis pela realização das atividades relativas à Reforma Agrária, como a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), transformado em INCRA na década de 1970, que até os dias atuais ainda é o órgão governamental responsável pela promoção, execução e controle da Reforma Agrária, atuando através das Superintendências Regionais, vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Além da criação dos referidos órgãos no período do Golpe também consta a aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro 1964) pelo Congresso

Nacional. De acordo com essa Lei, "considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade". Em Oliveira (2001a, p.28), encontramos explicações sobre o intuito dos militares com a aprovação dessa Lei: "promover justiça social sem o toque vermelho dos partidos comunistas". Dessa forma, a Reforma Agrária era colocada "no papel" e o poder repressivo dos militares tentava desmobilizar a população que lutava por terra.

Pode-se dizer que essa Lei foi amplamente criticada por uma camada da sociedade devido à sua ineficácia em resolver o problema das pessoas sem acesso à terra no Brasil. Seguindo os princípios, preconizados pela Lei, entendemos que quando estes não estivessem sendo atendidos a terra deveria ser desapropriada, mas nem sempre isso ocorre no País, já que as leis são elaboradas pelos políticos e estes se configuram como grandes latifundiários, não desejando que a Reforma Agrária saia do papel.

Se colocado em prática, o Estatuto da Terra teria se constituído num poderoso instrumento estatal na agilização dos procedimentos necessários à execução da Reforma Agrária.

Vejamos a crítica de Martins (1983, p.93) sobre os reais propósitos da referida Lei:

> O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.

Além do Estatuto da Terra, o Governo Federal lançou mão de outras estratégias, fazendo-se necessário discutir como se deu a política de distribuição de terras na Amazônia. A ocupação dessa região teve um caráter de fronteira agrícola nas décadas de 1950 e 1960 encabeçadas por fazendeiros que se apropriavam das terras devolutas.

A partir da década de 1970, o Estado passa a ter uma preocupação quanto à questão da ocupação da Amazônia, liberando incentivos fiscais e créditos especiais para grandes projetos agropecuários, além da implementação de um projeto de colonização voltado para pequenos agricultores e trabalhadores sem-terra, estimulando assim o processo migratório para a região a partir desse período. Vale destaque a célebre frase do general Médici quando visitou o semi-árido nordestino fortemente castigado pelas secas em 1970: "proclamou que era preciso destinar a Amazônia sem homens para os homens sem terra do Nordeste*"*. A colonização implementada na Região amazônica causa polêmica até hoje. Para muitos, ela foi realizada com o objetivo de desviar para a Amazônia os problemas agrários que estavam ocorrendo no Nordeste.

A colonização da Amazônia dirigida pelo INCRA foi feita de forma efetiva de 1970 a 1974. A princípio com colonos vindos do Nordeste, muitos dos quais dadas as dificuldades existentes pela falta de estrutura, abandonaram seus lotes. Além disso, a capacidade de controle do INCRA não deu conta do fluxo populacional de migrantes, surgindo Assentamentos sem nenhuma assistência aos colonos, no final da década de 1970 e início de 1980. Dessa maneira, os resultados desse projeto de colonização foram parciais, pois o contingente populacional incorporado neles não contemplou a demanda de famílias que se direcionou para a área e não foi capaz de resolver os conflitos de terra existentes na Amazônia entre grileiros, posseiros, seringueiros e indígenas.

Partindo da afirmação anterior e da forma como o INCRA conduziu o processo de colonização na Amazônia e a Política de Reforma Agrária no Período Militar pode-se dizer que essa questão ficou relegada a segundo plano, pois ainda não foi capaz de promover um ampla redistribuição de terras, preferindo-se manter a estrutura agrária concentrada.

Com esse tipo de colonização, os Governos Militares estabeleceram uma política de desenvolvimento agropecuário baseado em incentivos financeiros e projetos de

colonização, principalmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste, atendendo aos interesses do empresariado brasileiro e do exterior, que recebiam várias extensões de terra, contribuindo assim para a concentração fundiária. Também é resultante desse período o assentamento da população que possuía terras e foi desapropriada para a construção de barragens, tendo em vista que muitas usinas hidrelétricas foram construídas, afetando diversas famílias, que se mobilizaram posteriormente, criando o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Paralelo à formulação desse projeto de colonização, também foram organizados vários programas de desenvolvimento regional pelo Estado, na maioria relacionados à questão da terra e voltados para o desenvolvimento agrícola. Tais programas foram aplicados não só na Amazônia como em outras regiões. Dentre eles, poderíamos citar o Programa de Integração Nacional (PIN - 1970) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA -1971). Considerando todas essas peculiaridades, faz-se muito oportuna a declaração de Bursztyn (1985, p.27) sobre os objetivos do PIN:

> O primeiro deles, aliás parecia inspirar-se em pontos levantados pelo GTDN, ao propor que o excedente de mão-de-obra nordestina deveria ser canalizado rumo à Amazônia, onde o Estado procurava organizar uma nova zona de expansão e o trabalho ainda era o fator mais escasso.

Grande parte dos fazendeiros que se instalaram na Amazônia utilizou financiamento do PROTERRA para desenvolver a atividade pecuária em suas terras. A execução desses Programas, porém, apresentou muitas falhas, não se revertendo numa melhoria significativa das condições de vida da população e nem conseguindo atingir as metas almejadas e apresentando uma reduzida ação fundiária de distribuição de terras. Evidenciaremos essa questão em Becker (1998, p.32):

> Os projetos recentes de colonização oficial se iniciaram com o PIN, prevendo-se a sua localização numa faixa de 100 km de cada lado de cada rodovia federal. Foram concebidos num esquema de urbanismo rural a ser implantado nas áreas de vazio demográfico: lotes de 100 ha seriam distribuídos aos colonos que teriam numa rede hierarquizada de núcleos urbanos-rurópolis, agrópolis e agrovilas - a base para sua organização.

Como podemos observar os dois Programas acima descritos não apresentaram a eficácia proposta. Diante disse o Estado aumentou essa ação programada, criando em meados da década de 1970 o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Projeto. A estratégia adotada por esses Programas visava ao investimento de recursos para algumas áreas do interior do Nordeste, sendo que essas áreas deveriam ser integradas à agroindústria.

A criação do POLONORDESTE estava baseada na idéia de desenvolvimento polarizado, formulado por Perroux a partir de 1950, que foi adaptada para esse contexto. Esse Programa constituiu-se um instrumento de planejamento financiado, em sua maioria, com recursos do Banco Mundial destinados para irrigação em áreas consideradas atrasadas, a partir de pólos rurais selecionados para concentração das ações governamentais, centralizados por núcleos urbanos de pequeno porte, que investiriam em "pequenos negócios" para dinamizar a economia local. Dentre os objetivos deste Programa, estava a tentativa de conter o êxodo rural. Para Bursztyn (1985, p.110), "a fixação do homem à terra e a modernização da economia eram, portanto, a meta do POLONORDESTE".

Nesse contexto está inserido o Projeto "Sertanejo", que se trata de um crédito fundiário criado em 1976 com o intuito de amenizar os efeitos das secas nos estabelecimentos rurais selecionados, que viriam constituir-se em pólos de desenvolvimento. Os beneficiados com esse Projeto mantinham estreita relação com os perímetros irrigados do DNOCS e com as áreas contempladas com o POLONORDESTE.

Algumas de suas atuações consistiam na construção de estruturas destinadas à irrigação, como barragens e açudes para seus beneficiários, incluindo pequenos e médios proprietários, além dos produtores sem terra e grandes proprietários.

O Projeto "Sertanejo" foi concebido como um instrumento capaz de transformar a estrutura agrária através da modernização da produção agrícola e pecuária, de subsídios creditícios para obras de infra-estrutura, habitação, custeio de produção, além de financiar o pagamento de dívidas anteriores com prazo de 20 anos, objetivando assegurar a permanência da população no campo e no interior.

Esse Projeto apresentou limitações na oferta de serviços, pois suas equipes técnicas não foram suficientes para fazer o atendimento adequado nas propriedades, apesar do apoio ao fortalecimento do Cooperativismo. Além disso, os gastos com sua implantação foram muito elevados e as metas planejadas não foram atingidas na sua totalidade.

Fazendo uma análise do papel desempenhado por esses Programas, Bursztyn (1985, p.29) coloca:

> Os programas especiais de desenvolvimento inserem-se no quadro em que o Estado visa a criar novas formas de acumulação de capital (e de legitimidade) ao mesmo tempo que as antigas são preservadas. A estratégia tem sido a da transformação localizada de 'unidades camponesas' em 'agricultura capitalista', sem afetar a estrutura arcaica circundante.

Uma das conseqüências resultantes da implementação dessa série de programas especiais de desenvolvimento regional foi o aumento do montante das linhas de crédito rural subsidiado vislumbrado a partir da década de 1970, concedendo empréstimos destinados à Agropecuária. Mas uma parcela desses recursos não é destinada aos objetivos propostos inicialmente, beneficiando grandes proprietários em detrimento dos pequenos

produtores e concentrando benefícios em determinadas áreas. Pode-se dizer que a maior preocupação desses Programas era com a modernização da Agricultura.

Como vimos, tais Programas não resolveram os problemas existentes no campo no Brasil e por isso instituições como a Igreja Católica, o Sindicato e os Partidos de esquerda continuavam trabalhando com a organização desses trabalhadores que estavam engajados na luta pela Reforma Agrária durante o Regime Militar. Dentro da Igreja, merece destaque a importância da CPT, que se tornou uma articuladora dos Movimentos Sociais de luta pela terra, responsável também pela denúncia da violência praticada contra os trabalhadores, e das CEBs que contribuíram para a organização social destes.

O trabalho da CPT se baseia na corrente progressista da Igreja Católica conhecida como Teologia da Libertação, que relaciona os ensinamentos religiosos à realidade social na qual os trabalhadores estão inseridos, assumindo, dessa forma, também uma postura pedagógica. O objetivo central da CPT era assessorar os trabalhadores e despertar reflexões e questionamentos sobre a situação de desigualdade social em que se encontravam, dando apoio às suas lutas e desenvolvendo um trabalho de formação das bases.

Essa importância das CEBs é ressaltada por Fernandes (1999a, p.73), quando afirma que "as pessoas se reuniam para aprender por meio do método *ver, julgar e agir.* As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta associação era o espírito de igualdade". Estas se constituíram como espaços pedagógicos de socialização e reflexão crítica frente à classe política dominante.

De acordo com a CPT, durante a Ditadura foram registrados os índices mais elevados de conflitos, envolvendo a disputa por terra, contabilizando assassinatos de trabalhadores pelos jagunços dos latifundiários e pela polícia, principalmente na década de 1980 (Gráfico 01), quando tivemos o aumento das ocupações de terra e da violência redimensionando a

atuação dos Movimentos Sociais no campo. A repressão camponesa ocorrida no período militar consistia na perseguição de trabalhadores rurais, lideranças sindicais e até mesmo grupos políticos de esquerda que apoiavam os camponeses.

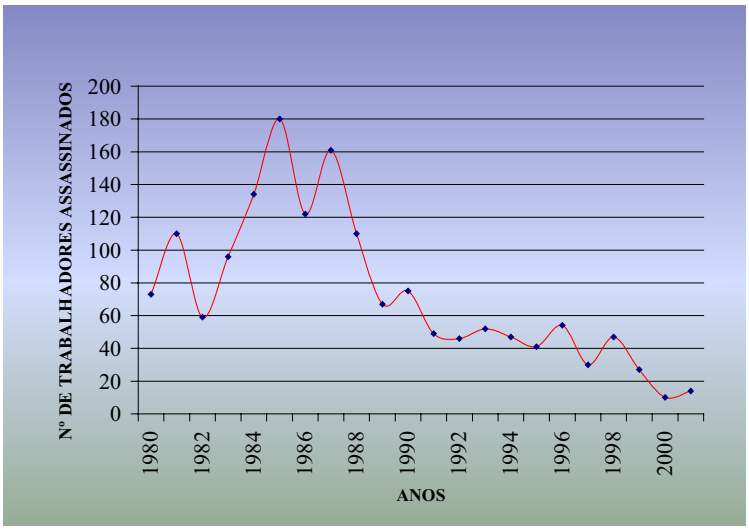


Gráfico 01 – Violência no campo no Brasil: assassinato de trabalhadores rurais no período de 1980 – 2001.
Fonte: Elaborado a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, Ouvidoria Agrária Nacional (INCRA).

Como vimos acima, até meados da década de 1980, que corresponde ao final da Ditadura Militar, quando tivemos o aumento das ocupações de terra e da violência redimensionado à atuação dos Movimentos Sociais, o País foi marcado por um intenso período de violência no campo, o que continua até os dias atuais. Esses dados podem ser atribuídos à expansão cada vez mais acentuada nos anos da década de 1970 das relações capitalistas de produção no campo, quando houve um agravamento da questão agrária brasileira, pois o meio rural sofreu profundas alterações com a mecanização e a industrialização de alguns setores agrícolas. Essa modernização expropriou trabalhadores rurais, contribuindo para o crescimento do trabalho assalariado no campo, como o do bóia-fria.

Nesse contexto social e político de luta pela terra, podemos citar uma importante Organização de luta pela terra com a formação da CONTAG, em 20 de dezembro de 1963, reconhecida legalmente em 31 de janeiro de 1964 pelo Decreto nº 53.517 como uma entidade sindical articuladora, de âmbito nacional, apoiada pela Igreja. Essa Confederação foi a única organização de trabalhadores rurais que resultou após o Golpe Militar. Sua linha de atuação estava voltada para a organização e o fortalecimento interno das entidades sindicais vinculadas.

Vale ressaltar a importância do 4º Congresso Nacional da CONTAG ocorrido no início da Nova República, quando foi anunciado publicamente o I PNRA aprovado pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, com metas ambiciosas de resolver os inúmeros conflitos pela posse da terra no País. O PNRA previa a desapropriação de 43.090 milhões de hectares de terras e o assentamento de 1,4 milhões de famílias em cinco anos. Para elaborar e implantar esse Plano, o Governo de José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), que depois foi extinto. Com o processo de redemocratização do País e consolidação da atuação dos Movimentos Sociais, o Estado passa a colocar em pauta algumas demandas do campo, mas sem atendê-las integralmente.

Foi a partir da década de 1980 que o debate sobre a Reforma Agrária ganhou mais expressividade, mas, mesmo assim, o I PNRA não foi colocado em prática na sua totalidade. Segundo Oliveira (1998, p.532), apenas 10% das metas definidas neste foram cumpridas pelo INCRA - MIRAD. Nesse período, esse baixo índice de cumprimento de metas deve-se à grande luta política travada entre as forças conservadoras (proprietários de terra) e as progressistas, que defendiam a Reforma.

Nesse processo de luta política, os latifundiários criaram, em agosto de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR) liderada por Ronaldo Caiado, que, na verdade, constitui uma organização de fazendeiros, apoiados por políticos, que se opõem à Reforma Agrária,

defendendo antes os interesses dos latifundiários em manter a estrutura agrária do País concentrada. Essa organização foi viabilizada após um leilão de gado realizado em Goiânia para arrecadar recursos, com a finalidade de coordenar nacionalmente a ação desses latifundiários contra a Reforma Agrária. A partir da criação da UDR, segundo Oliveira (2001a, p.43), foram descobertas que "denúncias de participação da UDR nos processos de expulsão e morte de trabalhadores no campo passaram a ser constantes". Parece-nos que fica evidente que essa organização utilizava "todas as armas" possíveis contra a Reforma Agrária.

Além disto, podemos apontar vários fatores que contribuíram para o fracasso na condução e execução da Reforma, como: a falta de integração inter e intra-institucional; as constantes mudanças de direcionamento político-partidário; a instabilidade no quadro de pessoal do INCRA, a falta de vontade política no momento em que o País estava passando por um processo de redemocratização e as lutas dos trabalhadores tornaram-se mais constantes.

No período de vigência do I PNRA (1985-1989), foram criados Programas para a área rural voltados para a Reforma Agrária, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), merecendo sua contextualização. O PROCERA, que iniciou suas atividades na segunda metade da década de 1980, constitui-se numa linha de crédito de médio e longo prazo voltado para o financiamento de atividades produtivas e instalações de infra-estrutura tecnológica nos lotes e Assentamentos, representando uma das principais fontes de recursos de crédito rural para as famílias assentadas. Em 1996, surgiu um novo programa dessa natureza: trata-se do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dividido em 4 linhas de crédito (A, B, C e D), sendo que a linha A está voltada para os assentados tendo substituído o PROCERA em 1999.

Posterior a José Sarney, veio o Presidente Fernando Collor, que desenvolveu uma política de Reforma Agrária menos expressiva em relação ao Governo anterior. Num período pós-*impeachment,* o Vice-Presidente de Collor, Itamar Franco, ao assumir o Governo também deu continuidade à lógica dos Governos anteriores, apenas com algumas desapropriações e Assentamentos. Para que não fiquem dúvidas sobre esta questão, resgatamos Oliveira (2001a, p.104) que nos coloca alguns dados:

> No final do governo Itamar Franco (1994), o INCRA divulgou os dados referentes aos assentamentos realizados, demonstrando claramente o ritmo lento que os governantes tem tratado a questão da Reforma Agrária no Brasil. Juntos, Collor e Itamar Franco, em quatro anos (90/94), assentaram menos de 50 mil famílias. A Reforma Agrária continuava despencando ladeira abaixo, pois os primeiros anos da década de 90 revelavam uma queda de mais de 40% no número de assentados em relação aos últimos anos da década anterior.

A partir de 1995, assume a Presidência da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, ao longo dos seus dois mandatos, consegue assentar mais famílias que os Governos anteriores, embora, para que isso tenha ocorrido, não podemos esquecer o importante papel desempenhado pelo MST, que pressionou o Governo por meio de constantes ocupações e manifestações.

Existe um questionamento muito acirrado por parte dos militantes dos Movimentos Sociais acerca da validade dos dados divulgados sobre Reforma Agrária pelo Governo, principalmente a partir de Fernando Henrique Cardoso. Eles afirmam que muitas das ações que o Governo divulga não podem ser consideradas como Reforma Agrária. Na visão do Estado brasileiro, basta que seja desapropriada e loteada uma fazenda para que os trabalhadores rurais lá instalados figurem nas estatísticas como assentados**.** Ao abordar esta temática, Martins (2000, p. 100 - 101) vai afirmar:

> Qualquer ato do governo em relação à reforma agrária é questionado em nome do fato de que não se trata de reforma agrária. Autores e militantes dizem com freqüência que a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no centro-oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma.

Segundo esse autor, são interpretações errôneas que merecem ser discutidas, pois no período da Ditadura entidades envolvidas na luta pela terra, como a Igreja e a CONTAG, lutavam por essas regularizações fundiárias, levantando a bandeira em defesa da Reforma Agrária para os posseiros dessas áreas.

Um outro ponto que causa polêmica é a afirmação de que a Política de Assentamentos não se configura como uma verdadeira Reforma Agrária. Novamente vamos encontrar em Martins (2000, p.102) uma contestação desse aspecto, considerando o seguinte:

> Ora, assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma Agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade.

Sabe-se que a política fundiária praticada até então é insuficiente para atender ao número de acampados que reivindicam por Assentamentos no Brasil inteiro. Existe uma problemática real muito significativa. Mas, apesar de todas as críticas feitas ao Estado, de acordo com Martins (2000, p.105) vale considerar:

> [...]qualquer que seja o número de famílias assentadas ou cuja posse de terra foi regularizada, que ultrapasse o número de acampados, representa um ganho histórico na luta pela reforma agrária, pois representa inclusão de pessoas no âmbito do direito e do contrato social, inclusão de excluídos.

Retomando o que foi colocado anteriormente quanto à imprecisão dos números oficiais que são divulgados pelo Poder Público, vale ressaltar que isso ocorre porque cada entidade de mediação da luta pela Reforma Agrária baseia-se em seus próprios números, calculados a partir de metodologias específicas, insatisfeitos quanto ao que é divulgado pelo Governo, muitas vezes chegando a números que podem ser tão absurdos quanto os que o Governo divulga, sendo superiores ou inferiores a verdadeira demanda pela Reforma Agrária. Deve ser lembrado que o campo brasileiro é marcado por uma diversidade de situações que exige diferentes ações na Política Fundiária.

Que essas observações deixem claro que não está sendo feita uma apologia à Política de Reforma Agrária do Estado brasileiro, que deixa muito a desejar, mas que algumas críticas sejam repensadas, pois, de certa forma, essas tímidas ações já efetuadas impõem barreiras à expansão do latifúndio e servem de parâmetro para as futuras diretrizes. Observa-se, com muita clareza, que o Estado brasileiro não possui uma Política de Reforma Agrária definida, ou seja, cada Governo desenvolve uma Política Fundiária de acordo com a sua lógica e não dá uma continuidade ao que estava sendo colocado em prática pelos governos anteriores. Essa inoperância faz com que os diferentes Movimentos Sociais prossigam com sua luta pela Reforma Agrária e consequentemente pela justa distribuição de terras no País. Nesse contexto, vai surgir um Movimento em meados da década de 1980 que dará prosseguimento a essa luta em nível nacional, utilizando como estratégias principais as ocupações de terras e as manifestações públicas nas cidades. É o que veremos a seguir mais detalhadamente sobre o MST.

2.3 A FORMAÇÃO DO MST E SUA ATUAÇÃO NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Transformar a estrutura agrária devia ser visto como um pré-requisito para o desenvolvimento econômico. Como vimos, até à década de 1970, os principais agentes de luta pela terra no Brasil eram a Igreja Católica, os Sindicatos, as Ligas Camponesas e os Partidos de esquerda. Posteriormente surgiram outros Movimentos Sociais como o MST.

Todo esse quadro de referência exposto nos mostra que a intensificação da luta pela terra está diretamente associada à concentração fundiária. Como produto dessa luta, surge no Rio Grande do Sul, em 1984, o MST, quando foi realizado o Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra em Cascavel (PR), com forte conotação política reivindicatória, muito embora sua origem date do final da década de 1970, a partir do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER).

Algumas ocupações marcaram o processo de formação do MST no Brasil, a saber as das ocupações das fazendas "Macali" e "Brilhante", em Ronda Alta (RS), em 1979, por colonos que foram expulsos de suas terras, e da fazenda "Burro Branco", em Campo Erê (SC), ocupada em 1980. Outros acampamentos podem ser apontados, como é o caso do ocorrido na estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta na Encruzilhada "Natalino", em Ronda Alta (RS), em 1981. Posteriormente foram ocorrendo ocupações fragmentadas em vários outros estados como São Paulo, Mato Grosso, Bahia e Goiás.

O Movimento dos Sem-Terra acirrará a luta pela terra no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, desempenhando um papel decisivo, tendo em vista que o maior número de Assentamentos está justamente nas áreas de maior atuação desse Movimento. Mesmo tendo ocorrido uma relativa abertura do Estado para o debate sobre a Reforma Agrária, as lutas sociais no campo continuam até os dias atuais.

> O MST está organizado sob o comando de lideranças nacionais e secretarias estaduais, em 23 estados brasileiros, com exceção de alguns estados da região Norte, como é o caso do Acre, Amapá, Amazonas e Roraima. Sua principal estratégia de luta se dá sob a forma de acampamentos ou Assentamentos Rurais, o que contribui para uma dinamização da luta pela Reforma Agrária. Os Movimentos Sociais de luta pela terra espacializam-se através dos acampamentos nas margens das rodovias, das ocupações de terra, entendida como a principal estratégia para conquistar os lotes de terras.

Dessa maneira, o MST entende a Reforma Agrária como uma questão social e não agrícola que tem, entre outros, os seguintes objetivos: trabalho para todos, alimentação farta, justiça social e igualdade de direitos. Esse Movimento Social almeja a transformação da Sociedade, na qual a distribuição de terras é apenas uma etapa desse projeto global. A luta pela terra, encabeçada pelo MST, continua pelo País com o lema "*ocupar, resistir e produzir".*

Acampados na terra que não cumpre a sua função social[1], esses trabalhadores resistem enfrentando os latifundiários e o Estado. Colocam-se em movimento, desafiando o poder instituído. Espacializam-se pelas estradas e avenidas, em caminhadas e marchas, ocupando prédios públicos e espaços políticos. O Estado reage contra o MST com violência, tratando-o como "caso de polícia". Essa realidade espalha-se pelo País, de modo que, onde há uma forte atuação do MST, as desapropriações foram intensificadas. A implantação de Assentamentos Rurais dá-se, sobretudo, de acordo com a territorialização da luta pela terra.

---

[1] O Artigo 2º do Estatuto da Terra que trata da questão da propriedade da terra que desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) "favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam assim como de suas famílias;
b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
c) assegura a conservação dos recursos naturais;
d) "favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam assim como de suas famílias;
e) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam".

Porém, somente a partir de meados da década de 1990, é que essa discussão ganha uma maior ênfase, tendo em vista que, nesse período, houve um crescimento quantitativo do número de Assentamentos Rurais implementados pelo Estado (Gráfico 02) e um fortalecimento do MST. Todo esse conjunto de elementos se constitui numa forma de imposição para aqueles que estudam a questão agrária brasileira de buscar uma melhor compreensão da realidade do campo brasileiro, em especial a questão da terra.

A grande expressividade nacional do MST ocorre a partir de 1994 com o acampamento no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, fato que ganhou muita repercussão na mídia, defendendo a bandeira do acesso à terra. Outros conflitos envolvendo agricultores, ocorridos na década de 1990, merecem ser mencionados pela importância que assumiram no contexto da luta pela terra. O primeiro deles ocorreu no Estado de Rondônia, em 1995, no município de Corumbiara na fazenda "Santa Elina", ocupada por 500 famílias e que 300 policiais realizaram o despejo, resultando na chacina de 9 sem-terras e dezenas de feridos e desaparecidos. O segundo conflito ocorreu em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará, quando centenas de famílias sem-terra caminhavam por uma rodovia em direção a Belém e foram barrados pela ação policial, resultando em 19 mortes e deixando inúmeros feridos. Até hoje essa data é lembrada com revolta pelos integrantes do MST, mas os conflitos e as mortes no campo continuam.

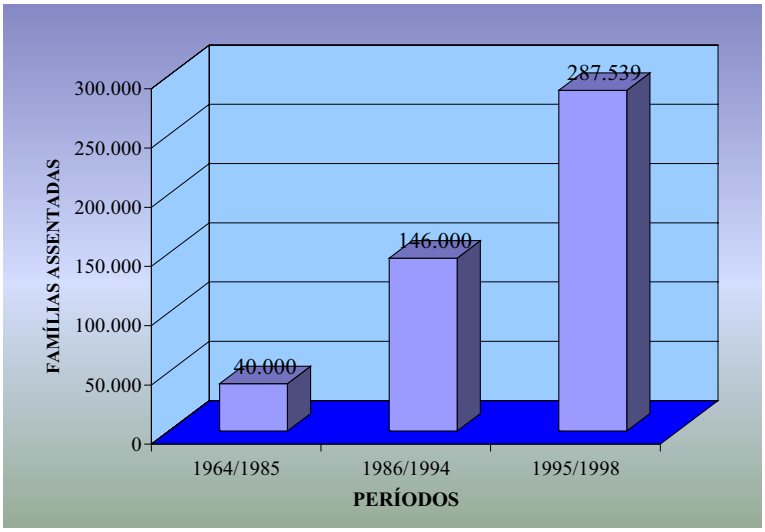


Gráfico 02 - Número de famílias assentadas no Brasil em diferentes períodos.
Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1999, p.26).

Todo o conflito existente pela posse da terra resulta da estrutura agrária brasileira, que é uma das mais concentradas e contraditórias do mundo. Nela convivem setores modernos e ultrapassados desigualmente distribuídos no território brasileiro. A concentração da terra é um dos principais fatores responsáveis pela situação de pobreza em que vivem muitos brasileiros, tendo em vista que, dentre outros, pressiona a migração rural-urbana, que agrava os problemas das cidades, principalmente nas grandes, tais como falta de moradia, desemprego, precarização da saúde, educação etc.

Essa concentração dá-se no território brasileiro como um todo e não em pontos determinados. É esse caráter de espacialização do latifúndio por todo o território que gera as condições de ocorrência da luta pela terra em todos os estados brasileiros.

Especificamente, nos remeteremos a esse processo no RN, uma vez que, como já foi mencionada, a nossa preocupação é analisar a distribuição dos Assentamentos no território norte-rio-grandense, enquanto instrumento da Política de Reforma Agrária implementada pelo Estado brasileiro.

O MST e a Igreja têm uma proposta de Reforma Agrária diferente do Estado. Existe um verdadeiro desencontro de opiniões quanto ao conceito adequado sobre essa questão. Cada um desses agentes interpreta sob a ótica de sua ideologia**.**

A Reforma Agrária não pode ser vista como ideologia, mas sim como uma oportunidade de emprego e desenvolvimento, capaz de amenizar a exclusão social e concentração de renda existente em nosso País.

Não fugindo à regra, no RN a realidade exposta também se faz presente, como veremos no capítulo seguinte. O estado citado também é marcado pela desigual distribuição de terras e conflitos no campo, o que expressa uma necessidade de implantação de uma Reforma Agrária que venha dar condições à população nela inserida de viver com dignidade.

3 FRAGMENTOS DA LUTA PELA TERRA E DA CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO POTIGUAR

> *Conforme uma antiga tradição religiosa, a terra é uma dádiva de Deus, um bem natural, que não é produzido pelas grandes empresas nem pelo capital. A terra é, por isso, encarada como um bem coletivo, destinado ao serviço e ao trabalho do homem. A terra não deve ser um meio para escravizar o homem, mas um meio para libertá-lo da opressão, da fome, da injustiça.*
>
> *José de Souza Martins.*

3.1 UM RESGATE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NO RN

A estrutura fundiária do Rio Grande do Norte, à semelhança do que ocorre no Brasil, apresenta um alto grau de concentração. Segundo o atual Plano Regional de Reforma Agrária do Rio Grande do Norte (INCRA, 2004, p.9), que trás uma análise do índice de Gíni revelando uma má distribuição de terras no Estado: "Em 1996, esse índice assumiu o valor de 0,857 para o Brasil e 0,807 para o Rio Grande do Norte, o que reflete um nível muito alto de concentração da distribuição da posse da terra no Brasil e no Estado".

Dissertando sobre a estrutura agrária desse Estado, Felipe (1988, p.64) vai dizer que:

> No Rio Grande do Norte, a estrutura agrária caracteriza-se pela distribuição desigual da terra, o aprofundamento da relação do binômio minifúndio x latifúndio, que determina de um lado um número reduzido de grandes propriedades (propriedades com mais de 1.000 ha) ocupando uma extensão enorme de terras.

O exposto na citação acima nos faz resgatar que, desde o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas no espaço agrário potiguar, estas estiveram relacionadas à agropecuária e privilegiaram a reprodução do latifúndio, uma vez que a prática da monocultura no Estado teve início com o cultivo da cana-de-açúcar, no litoral, ainda no período colonial, e, posteriormente, com o algodão, no interior sertanejo.

Para reforçar o pensamento anterior sobre a realidade estadual, no que se refere ao binômio latifúndio x minifúndio, retomamos Souza (1995, p.106) que, ao fazer um estudo sobre os Assentamentos do RN, afirma o seguinte:

> [...] quando se refere ao latifúndio, enquanto um dos traços característicos do RN, que tem como uma de suas marcas, a existência de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio, de um lado – cuja função é servir de base para o poder político das oligarquias agrárias tradicionais – e, do outro lado, um número significativo de pequenas propriedades camponesas, cuja população vive num estado de miséria absoluta.

Como já apontado anteriormente o quadro agrícola do RN se mostra bastante complexo. A partir da crise de economias importantes como a do algodão, profundas transformações configuraram-se no espaço agrário potiguar. Ainda hoje a pecuária de corte, e principalmente a leiteira, são atividades tradicionais praticadas no Estado, a exemplo da mineração. A produção agrícola de culturas como feijão, milho e mandioca é voltada para subsistência, existindo também a agricultura comercial como a produção de cana-de-açúcar e, ainda, a fruticultura irrigada, destinada à exportação, a qual passou a ser desenvolvida no final do século XX, de forma expressiva no Vale do Assu e na Chapada do Apodi.

Essa crise agrícola, relativa às culturas tradicionais, aliada a uma estrutura fundiária concentrada (Tabela 01), contribuiu para uma intensificação do êxodo rural. De acordo com os dados divulgados no Censo 2000, o Estado apresentava uma taxa de urbanização de 76,3%. Ressalta-se que as migrações do campo em direção às cidades

continuam, conforme pode ser constatado, através dos dados do IBGE. Em 1996, a população rural do RN, que em termos percentuais era de 28%, decresceu para 26,68%, como mostra o Censo 2000.

Tabela 01 – Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Rio Grande do Norte – 1970/1995.

Grupos de área tota (ha)	**Proporção do número de estabelecimentos em 31.12 (%).**		**Proporção da área de estabelecimentos em 31.12 (%).**	
	1970	**1995**	**1970**	**1995**
Menos de 10	61,7	63,7	4,1	4,2
10 a menos de 100	30,7	29,0	22,4	22,8
100 a menos de 1.000	6,9	6,8	41,0	44,7
1.000 a menos de 10.000	0,7	0,5	27,9	24,6
10.000 e mais	-	-	4,6	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários – 1970/1996.

Como podemos perceber através da análise da tabela acima, não houve mudança na estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários, no RN, desde 1970 até meados da década de 1990. Mesmo entendendo que esses dados já se encontram defasados, devido à descontinuidade dos Censos Agropecuários, basta analisarmos o grupo de área com menos de 10 ha, que observamos, já na década de 1970, a concentração fundiária no Estado elevada, apresentando mais da metade dos estabelecimentos (61,7%) com menos de 10 ha e ocupando apenas 4,1% da área. Em 1995 esses percentuais foram praticamente inalterados, apesar da Política de Assentamentos implementada pelos sucessivos Governos Federais desde o I PNRA.

Já no outro extremo, no grupo de área entre 100 e 1.000 ha, observa-se a ampliação da concentração fundiária. O percentual do número de estabelecimentos foi praticamente inalterado de 1970 (6,9%) para 1995 (6,8%), entretanto, a proporção de área

ampliou de 41,0% para 44,7%. Esses dados ratificam a necessidade de uma real Reforma Agrária capaz de provocar mudanças que reduzam a concentração fundiária e de renda, que, se efetivada, diminuiria consideravelmente as desigualdades sociais existentes na Sociedade.

Esta breve exposição da estrutura fundiária do Estado fez-se aqui necessária para melhorar o entendimento acerca da luta pela terra, ocorrida anteriormente, pois foi essa má distribuição de terras que provocou revolta nos grupos excluídos contra essa realidade. Isto ocorreu, principalmente, a partir de 1950 e 1960, quando o país vivia um clima de ebulição política muito forte, passando a contar com uma organização efetiva do movimento camponês. Foram criadas, então, as Ligas Camponesas que contaram com o apoio de outras entidades que fortaleceram a mobilização de trabalhadores rurais e deram maior relevância ao debate sobre a Reforma Agrária. Por sua vez, esse quadro terá reflexos na luta pela terra no Estado, merecendo, então, serem analisados.

Ainda nesse período, entre 1950 a 1960, o Nordeste vivia um processo de intensa luta de classes, provocado pela organização de trabalhadores urbanos, mais especificamente, pela organização e politização dos trabalhadores rurais, graças ao trabalho das Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais, apontados como os principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais.

Até os anos 1960, os trabalhadores rurais não existiam socialmente. Não havia nenhuma legislação específica, realidade que se reproduz até a existência dos Movimentos e organização política dos trabalhadores rurais de forma mais efetiva. A partir daí, eles passaram a ser vistos, tornando-se objeto de Política Pública. O Rio Grande do Norte não está à parte dessa conjuntura política, pois o que aconteceu no Estado é fruto de uma mobilização nacional, encabeçada pelo Movimento Sindical, Igreja Católica e partidos de esquerda.

Ao referirmos à década de 1960, é impossível não mencionar algo a respeito da Ditadura Militar, tendo em vista as conseqüências históricas desse período para o País,

marcado por grande perseguição aos que se mostravam contrários à ideologia dominante, sendo então proibido qualquer manifestação da Sociedade que não respondesse positivamente ao projeto capitalista que estava sendo implementado no território brasileiro, sob a égide do Estado e da burguesia industrial.

Inicialmente, o sindicalismo rural era proibido por lei, apenas a formação de sindicatos de caráter urbano era permitida. Somente era possível a formação de Associações de Trabalhadores, que anos depois foram autorizadas a tornarem-se Sindicatos. No início da Ditadura Militar havia proibição da criação de novos sindicatos no Brasil, por que a implantação destes era interpretada como um ato benéfico à ampliação do Comunismo. Os STRs que já estavam formados, antes do golpe, passaram por intensa fiscalização a ponto de ser preciso, para se fazer uma reunião com os agricultores, solicitar autorização prévia ao Exército, e assim, muitas reuniões foram proibidas por prefeitos e delegados, no interior do Estado. Essa forte repressão resultou no fechamento de diversos STRs. Contudo, houve a resistência de alguns que posteriormente rearticularam-se, em âmbito nacional, resultando na formação da CONTAG.

Como exemplo do poder de repressão dos militares às mobilizações sindicais gostaria de expressar o que diz o membro da CONTAG e FETARN, Francisco Urbano de Araújo Filho: “Antes do golpe militar no RN, tínhamos 70 sindicatos e 50 mil associados pagando, depois do Golpe Militar ficaram apenas 15 sindicatos abertos e cerca de 1.500 sócios pagando” (FETARN, 2003, p. 04). A FETARN foi fundada em 15 de junho de 1962, tendo sido o seu primeiro presidente o líder do STR de Pendências, José Rodrigues Sobrinho, que ficou no mandato até abril de 1964, quando foi acusado de comunista e preso pelo Exército.

No RN, há que se considerar a importância da ação da Igreja e do Movimento Sindical na luta pela terra. O papel da Igreja na luta dos trabalhadores é inegável, ela teve uma

estreita relação com os movimentos agrários. Entretanto, encontramos relatos de que, para alguns analistas da questão, esse apoio ao Movimento Sindical e camponês por parte da Igreja tinha o intuito de barrar a expansão do Comunismo. O certo é que, mesmo sendo ideologicamente contrária ao pensamento comunista, a Igreja tinha objetivos que se coadunavam com aqueles defendidos pelos trabalhadores: a promoção do acesso à terra por parte de milhares de trabalhadores rurais que não tinham como prover as suas necessidades humanas e sociais.

Nesse contexto, a mediação política desencadeada no Estado era viabilizada pelo Movimento Sindical, através dos STRs e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RN (FETARN), apoiados pela Igreja Católica e em menor expressão pelo PCB, através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte (ULTAR) e Ligas Camponesas. Os Sindicatos Rurais eram diretamente vinculados à Igreja Católica. A Arquidiocese de Natal era então administrada pelo bispo Dom Eugênio Sales, e como liderança sindical destacava-se José Rodrigues Sobrinho.

Após o Golpe Militar, a Igreja Católica assume uma nova forma de atuação, marcada por ações realizadas diretamente nas comunidades rurais e apoio na rearticulação do movimento sindical com a realização de diversos eventos, como encontros e reuniões, que objetivavam a reflexão e divulgação sobre as injustiças cometidas contra as famílias dos trabalhadores. Desse modo, foi criada por intermédio da Arquidiocese de Natal, em 1948, uma assessoria aos trabalhadores, denominada Serviço de Assistência Rural (SAR) que antecedeub o Golpe Militar.

É válido também mencionar o papel educativo desempenhado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) que funcionava desde 1958 com as escolas radiofônicas, ajudando pessoas a aprenderem a ler e escrever, desenvolvendo um trabalho de conscientização e politização, no Rio Grande do Norte, por intermédio da Emissora de Educação Rural com

sede nas cidades de Natal, Mossoró e Caicó. Além dessas existiam outras organizações católicas, fundadas pela Arquidiocese, que desenvolviam trabalhos junto aos STRs, sendo uma das mais expressivas a Juventude Agrária Católica (JAC).

Silva (1997, p.190) nos ajuda a visualizar essa relação da Igreja com os Movimentos Sociais, expondo que:

> Na década de 70, verifica-se um aprofundamento da postura da Igreja Católica junto aos Movimentos Sociais no Campo. Instituição essa que, em nível nacional, passa a ter atuação destacada junto àquelas famílias que sofriam violência nos conflitos de terra. Inúmeros conflitos de terra são acompanhados pela Igreja Católica no RN, pelo SAR, MEBs de Natal e Mossoró, da ACR e, posteriormente, CPT OESTANA – Diocese de Mossoró. É o momento em que a Igreja Católica, assume a direção das ações juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Ainda segundo o autor, a realidade vivida pelas famílias era discutida nessas reuniões promovidas pela Igreja, bem como os anseios dos Movimentos Sociais junto ao Estado. Na década de 1980, a imprensa amplia o trabalho de divulgação dessas entidades como mediadores, nas questões relacionadas à terra junto ao Estado e proprietários, buscando amenizar os conflitos até a desapropriação da área em questão.

Como vimos, é na década de 1970 que a Igreja Católica (através da CPT) e os STRs tornam-se importantes atores de mediação política, desempenhando um papel fundamental na luta pela terra no Rio Grande do Norte, articulando os trabalhadores do campo por meio da mobilização social. Os STRs promoviam campanhas de sindicalização para ajudar aos trabalhadores nos processos de despejos e na quebra de contratos de arrendamento, como também para garantir os direitos trabalhistas para população assalariada rural.

No final dos anos 1980, foram registradas as primeiras ocupações de latifúndios nos municípios de Baraúna, Ceará-Mirim, João Câmara, Mossoró e Touros. Algumas dessas ocupações ocorreram sem grandes conflitos, já em outras, estes foram muito intensos. Ainda que já ocorressem conflitos históricos em diversas áreas do Estado, num período de transição

das relações de trabalho estabelecidas entre "proprietário e morador", estes últimos estavam integrados a relações de parceria exploratórias como o sistema de meia, terça, cambão e sendo expulsos da terra. Podemos citar alguns desses conflitos envolvendo essas questões, como a Fazenda Lapa, em Nova Cruz, Baixa da Quinquim, em Touros, greve de Maria Vaqueiro em Ceará-Mirim e Fazenda Olho D'água do Mato, em Assu.

Assim, embora com intensidades diferenciadas, o acesso à terra, por parte dos expropriados, tem ocorrido, historicamente, no âmbito dos conflitos sociais. Na década de 1980 também foram registrados assassinatos de trabalhadores rurais no RN. Como exemplo, pode ser citado o assassinato do agricultor, Manoel Edmilson de França, que lutava pelas terras as quais hoje compõem o Assentamento Lagoa do Sal, em Touros (Figura 01).

Figura 01 – Agrovila do Assentamento Lagoa do Sal, em Touros (à direita) e local que sinaliza a morte do agricultor assassinado (à esquerda).

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

A articulação dos Movimentos Sociais frente ao Estado ganha um novo aliado no início da década de 1990. Em 6 de abril de 1993, é criado o Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO), apoiado pelo Serviço de Apoio às Pequenas Comunidades do Campo (SEAPAC), SAR, STRs e diversas entidades ligadas ao meio rural como FETARN, Organizações não-governamentais (ONGs), Associação de Apoio as Comunidades do Campo

(AACC), Caritas Brasileira (CARITAS), associações comunitárias e cooperativas de trabalhadores rurais, entre outras.

O FOCAMPO se constituiu num importante espaço de diálogo que congregava as diversas entidades as quais desenvolviam trabalhos relacionados ao meio rural, levando ao Estado as propostas dos trabalhadores rurais. Durante o auge de sua atuação, o FOCAMPO teve uma participação importante, inclusive contribuindo para que conquistas de desapropriação de terra ocorressem, tendo também participado da elaboração de propostas em nível regional e nacional. Mas esse Fórum não permaneceu por muito tempo e nos dias atuais temos outros Movimentos Sociais articulando a luta pela Reforma Agrária neste cenário, como é o caso do MST que tem uma abrangência em nível nacional. Todavia, no caso do RN, não podemos esquecer a contribuição dos STRs e entidades ligadas à Igreja Católica. Antes do MST se organizar no Estado, as mobilizações dos trabalhadores rurais eram realizadas, em sua maioria, pelos serviços pastorais da Igreja e pelo STR, com destaque para o SAR, MEB e CPT.

O processo de organização do MST, no RN, teve início com o deslocamento de militantes de outros estados, principalmente do Ceará e da Paraíba, que mantiveram os primeiros contatos no Estado com alguns integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), e se instalaram, inicialmente, no município de Assu e na área atingida pelo Projeto Baixo-Açu, no segundo semestre de 1989. Isso, como parte integrante da política nacional de expansão do MST, que já estava organizada em 17 estados brasileiros. Contudo, a presença do MST só se torna pública no RN a partir de fevereiro de 1990, quando ocorre a prisão de alguns integrantes do Movimento, sendo estes tratados pela polícia não como defensores de uma causa social, mas como bandidos. Até então, a ação do MST era despercebida pela maior parte da população do Estado, principalmente para os que ignoram a questão social vivenciada no espaço rural.

A Microrregião do Vale do Assu foi a primeira no RN a ser ocupada pelo MST, e merece, portanto, uma breve caracterização do ponto de vista físico-territorial. Trata-se de uma área cortada por uma das mais importantes bacias hidrográficas do Estado e, até os anos de 1980, se constituía numa das áreas de maior produção de alimentos do Estado, tendo em vista o número considerável de agricultores que trabalhavam nas várzeas dessa Microrregião. Considerada como uma área possuidora dos melhores tipos de solo, hoje se encontra ocupada por projetos de fruticultura irrigada totalmente voltada para exportação, algo que aconteceu graças à implantação do Projeto Baixo-Açu, com a construção da imensa barragem Armando Ribeiro Gonçalves pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), de 1979 a 1984, cujo objetivo maior, explicitado na época, era o da resolução dos problemas sociais vivenciados pela população ali residente. A mesma atingiu nove municípios e desapropriou terras de pequenos proprietários localizados ao longo do rio Piranhas-Açu, modificando as relações de trabalho e de produção, nessa área, resultando na expulsão dos trabalhadores rurais, os quais passaram a ser força-de-trabalho assalariado para as grandes empresas que ali se instalaram e criaram todas as condições favoráveis à reprodução do capital.

Após um contato com alguns integrantes do PT, o MST chega a instalar uma secretaria na cidade de Assu, objetivando a ampliação de contatos com integrantes dos Sindicatos Rurais dos municípios dessa área, embora, depois, tenha ocorrido algumas divergências entre esses dois Movimentos, decorrentes de diferenças ideológicas. Setores vinculados à Igreja Católica criticaram a forma de expansão praticada pelo Movimento no Estado, tendo em vista que não discutiram adequadamente com entidades ligadas à Igreja Católica, as quais já organizavam os trabalhadores anteriormente, gerando um certo descontentamento, pois se hoje temos Movimentos Sociais fortes, de luta pela terra, como é o caso do MST, isto deve-se a mobilizações anteriores de pessoas e entidades.

Observa-se, portanto, que os setores sociais organizados e suas respectivas instituições como a Igreja, o PCB e as Ligas Camponesas, as quais lutam pela Reforma Agrária, têm posições diferenciadas sobre o procedimento de como conquistar a terra, com ideologias distintas, apesar dos objetivos serem comuns, na nossa compreensão. O trabalho individual dos Movimentos torna-se prejudicial, pois é necessário que haja unificação de forças em busca das conquistas sociais e, principalmente, no que se refere aos anseios por uma Reforma Agrária ampla e justa para todos.

Dissertando sobre as primeiras tentativas de luta pela terra executadas pelo Movimento no RN, Souza (1995, p.110) relata:

> A primeira ocupação de terra no RN, organizada e dirigida pelo Movimento dos Sem Terra, ocorreu na segunda quinzena do mês de janeiro de 1990, no município de Augusto Severo, na Fazenda Bom Futuro, com a participação de cento e setenta famílias. A maioria dessas famílias eram provenientes de comunidades rurais, nas quais já existia um trabalho anterior desenvolvido por setores pastorais ligados à Igreja Católica.

Com o exposto, fica evidente a influência que as entidades ligadas à Igreja Católica mantinham sobre os trabalhadores rurais. Em decorrência deste aspecto, alguns integrantes do Movimento Sindical do RN e setores da Igreja Católica criticaram alguns procedimentos do MST, nessa ocupação, por não estabelecerem vínculos efetivos com setores do RN que já vinham fazendo um acompanhamento das famílias envolvidas com esta questão, anteriormente. Fica implícito que o MST não deu a devida importância a esse trabalho pretérito e que no início de sua chegada ao RN não buscou fortalecer as alianças com a Igreja e os STRs.

Para organizar essa primeira ocupação, uma das formas de materialização dos conflitos de terra, foram realizadas reuniões com agricultores de Assu, Carnaubais,

Ipanguaçu, Jucurutu e São Rafael. Mesmo que essa ocupação não tenha obtido sucesso, abriu espaço para iniciar o planejamento de uma outra ocupação, dessa vez no município de Santana do Matos, que aconteceu em fevereiro de 1990. Dentre os insucessos desta ocupação ocorreu a prisão de alguns militantes do MST, tendo em vista que os "capangas" dos fazendeiros, apoiados pela força policial local reagiram à ocupação de forma repressiva, dificultando a consolidação dessa empreitada.

Esses e outros fatores contribuíram para que a ação do MST nessa Região não se consolidasse, e com isso não conseguiram concretizar o acampamento. Vejamos de forma mais detalhada alguns problemas ocorridos durante essa ocupação expressados por Souza (1995, p.114), que demonstra em seu texto a insegurança dessas famílias:

> O Movimento dos Sem-Terra colocou muita gente em apuros e depois abandonou a área, posto que muitas famílias que participaram da ocupação em Santana do Matos, quando bateu a repressão, foram deixadas sem nenhuma assistência e muitas delas pediram transporte às prefeituras e aos políticos da região para voltar aos seus locais de origem, uma vez que o Movimento os tinham abandonado. Muitas famílias que participaram da ocupação de Augusto Severo e da tentativa de ocupação em Santana do Matos perderam o emprego, por que eram trabalhadores agrícolas assalariados.

A exemplo das anteriores, as tentativas de ocupação do MST nos municípios de Augusto Severo e Santana do Matos não lograram êxito, do ponto de vista da conquista da terra. Com isso, o MST vai instalar sua secretaria, a partir de março de 1990, em Natal e desenvolver seu trabalho de expansão no Estado a partir da Microrregião da Baixa Verde, conhecida popularmente como Mato Grande, destacando-se nesta o município de João Câmara. O passo inicial foi a articulação com sindicalistas de alguns municípios dessa área para representarem o RN no Congresso Nacional dos Sem-Terra, que ocorreria em maio desse mesmo ano. Segundo Souza (1995, p. 129 -130), algumas características do Mato Grande

foram favoráveis para maior organização do MST em relação à Microrregião do Vale do Assu:

> A região do Mato Grande por seu lado, não passou por mudanças tão profundas. Nela não há ilhas de modernização, pelo contrário, existe um predomínio de estruturas atrasadas, na qual prevalece uma agricultura temporária e de subsistência, baseada em métodos arcaicos. A pecuária nesta região é praticada de forma extensiva, caracterizando-se por apresentar o maior grau de concentração fundiária do Estado, se caracterizando, ainda, por concentrar uma vasta população de posseiros, o que favorece as práticas de grilagem, em virtude deles não possuírem a propriedade jurídica da terra.

O MST organizou sua primeira ocupação no Mato Grande, no município de João Câmara, em julho de 1990, mais precisamente na Fazenda Marajó. Ao contrário do que ocorreu no Vale do Assu, entidades locais, como os STRs e setores da Igreja Católica, ajudaram o MST nessa empreitada, colaborando com a ocupação e proporcionando o apoio material necessário, como alimentação e água, para os agricultores permanecerem no acampamento, apesar da precariedade das condições de sobrevivência.

Os trabalhadores não se limitaram a acampar na Fazenda Marajó. Como forma de pressionar as desapropriações, expressaram seu desejo pela Reforma Agrária também na cidade, ocupando prédios públicos como a sede do INCRA, a Assembléia Legislativa e o Instituto de Terras do Rio Grande do Norte (ITERN). Além disso, promoveram encontros estaduais com lideranças e agricultores, fazendo caminhadas para chamar a atenção da população para o problema. Todos esses eventos contribuíram para consolidação do Movimento.

Posteriormente, em 1991, o acampamento Marajó se torna o primeiro Assentamento Rural, no Estado, conquistado pelo MST (Figura 02). Fortalecendo-se com essa conquista, o MST passou a dirigir politicamente outras ocupações na região do Mato Grande e

em outras áreas do Estado. Como exemplo, podemos citar a conquista do Assentamento Santa Vitória, em São Bento do Norte, em 1992 e o Assentamento Zabelê, em Touros, em 1993.

Não há dúvida quanto ao papel importante desempenhado pelo MST no processo de luta pela Reforma Agrária no Estado, as ocupações de terras e desapropriações de áreas para a criação dos Assentamentos tiveram um crescimento significativo a partir da organização do MST no RN. Atualmente, esse Movimento exerce influência em vários acampamentos e Assentamentos.

Figura 02 – Primeiro Assentamento do RN organizado pelo MST: PA Marajó, em João Câmara.

Foto: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Até o ano de 2003, o MST apresentava a seguinte atuação no Rio Grande do Norte: estava organizado em 5 regionais denominadas pelos integrantes deste Movimento como Mato Grande, Oeste, Litoral, Ceará-Mirim e Canavieira, atuando, assim, em 25 municípios. São eles: Assu, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Carnaubais, Ceará-Mirim, Governador Dix-Sept Rosado, Ielmo Marinho, Ipanguaçu, Jandaíra, Jardim de Angicos, João

Câmara, Lagoa de Pedras, Macaíba, Mossoró, Pedra Preta, Pendências, Poço Branco, Pureza, São Bento do Norte, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso, Taipu, Tibau, Touros e Upanema. Essa organização está presente em 19 acampamentos (num total de 2.047 famílias acampadas) e em 43 Assentamentos (num total de 2.820 famílias assentadas).

Informações mais atualizadas, contidas no Plano Regional de Reforma Agrária (2004, p.11), registram que o INCRA tem um cadastro feito no RN até junho de 2004 o qual contabiliza cerca de 2.790 famílias dispersas em 36 acampamentos. As Microrregiões com maior número de acampados são as Microrregiões de Macaíba, Mossoró e Médio Oeste, os principais Movimentos Sociais e entidades articuladoras desses acampamentos são o MST, STR e CPT OESTANA.

Vale salientar que estas regiões são importantes áreas agrícolas do Estado, e mesmo localizadas em Regiões semi-áridas, a exceção de Macaíba, detêm elementos naturais significativos como capacidade hídrica e bons solos, os quais, corrigidos, apresentam condições indispensáveis para o desenvolvimento da atividade agrícola.

No processo de constituição dos Assentamentos, além do Estado, estão presentes diversos mediadores como Igreja, STRs e o MST. O processo de criação de Assentamentos no RN não se deu de forma homogênea, alguns resultaram de conflitos pela terra, apoiados pelos Sindicatos ou pelo MST; este último, principalmente nos municípios de Touros e João Câmara, mas a maioria resulta de desapropriações de terras privadas feitas pelo INCRA. Nesse processo, algumas desapropriações foram feitas a partir de interesses econômicos, inclusive com alguns fazendeiros incentivando a ocupação das terras, para terem a agilização da venda desta para o Governo Federal. Foram vários os depoimentos dados contendo esta afirmação.

Dos 167 municípios que compõem o Rio Grande do Norte, a política de criação de Projetos de Assentamento do Governo Federal já atingiu (até 2002) mais de 60 deles. São 232

Assentamentos sendo contempladas 15.447 famílias e ocupando 427 mil hectares de terra. Até o ano de 2004, o INCRA apresentava no RN um total de 243 Assentamentos criados e 23.000 famílias assentadas.

Pesquisando sobre a Reforma Agrária no Rio Grande do Norte, observamos que 11 municípios concentram 53% do total de Assentamentos do INCRA (Gráfico 03) existentes no Estado. O município de Mossoró é o que apresenta maior número de Assentamentos Rurais do INCRA, em seu território. Em seguida, a maior concentração está nos municípios de Apodi, Ceará-Mirim, João Câmara, Upanema, Carnaubais, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Bento Fernandes, Caraúbas e Touros.

Essa distribuição espacial é marcada por uma heterogeneidade na concentração de Assentamentos Rurais do INCRA, no RN, por Microrregiões e municípios. O elevado índice de concentração nesses municípios explica-se, em parte, pela alta densidade de Assentamentos nas Microrregiões nas quais eles estão inseridos.

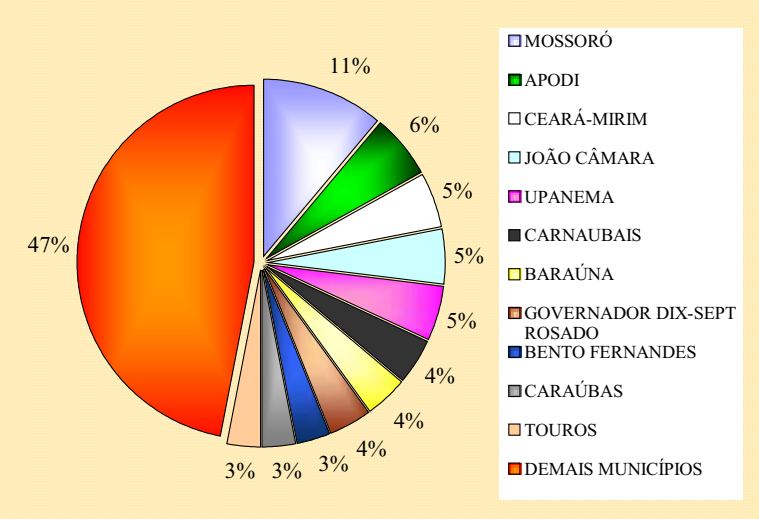


Gráfico 03 – Distribuição de Assentamentos Rurais por município, no RN, no período de 1987-2002.
Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA/RN, 2003.

É válido também considerar que as áreas onde os mesmos estão situados possuem terrenos planos, ligeiramente aplainados, como no caso da Chapada do Apodi e da Serra Verde. Apresentam, em sua maioria, terrenos de origem sedimentar de boa fertilidade, propícios para as atividades agrícolas, o que aumenta a disputa pela terra. Acrescente-se, ainda, a presença das principais bacias hidrográficas do Estado, como as que são formadas pelos rios Piranhas-Açu, Apodi-Mossoró e Ceará-Mirim. Embora localizadas em áreas semi-áridas, essas Microrregiões das quais aqueles municípios fazem parte apresentam médias pluviométricas que variam de 600 mm a 1000 mm, que para a realidade estadual são bastante consideráveis. Enfim, essa breve caracterização aponta algumas características favoráveis para o desenvolvimento agrícola de caráter físico-territorial presentes naquelas Microrregiões.

Também não podemos perder de vista alguns aspectos econômicos e políticos dessas áreas. São municípios com uma significativa presença de latifúndios que, historicamente, foram palcos de conflitos pela terra e, no momento atual, possuem uma organização política maior, com forte atuação do MST e CPT Oestana. É o caso dos municípios de Ceará-Mirim, João Câmara e Mossoró, que registraram as primeiras ocupações de terras no Estado, pressionando o Poder Público a desapropriar áreas para fins de Reforma Agrária, a qual não se limita ao acesso à terra, faz-se necessária também a extensão da infra-estrutura produtiva e social.

3.2 A REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NORTE-RIO-GRANDENSES

A Reforma Agrária brasileira vem sendo realizada, na maioria dos casos, como mera distribuição de terras. Desse modo, não vem se configurando como uma Política Pública eficiente. Por isso, alguns estudiosos da questão, como é o caso de Bernardo Mançano, afirma

que no Brasil existe uma política de Assentamentos Rurais, ao invés de um verdadeiro processo de Reforma Agrária, face à precariedade dos resultados, que se destina a apagar eventuais focos de rebeldia.

A economia nacional, que tem reflexos na norte-rio-grandense, é marcada por desequilíbrios regionais, os quais também se manifestam na diversidade socioeconômica dos Assentamentos Rurais. É necessário que as políticas de desenvolvimento para os Assentamentos levem em conta a diversidade existente, já que as características físico-territoriais, sociais, econômicas e institucionais de cada Região não podem ser desconsideradas no contexto da reprodução social e humana dos assentados. A combinação desses aspectos produtivos e comerciais produz uma diferenciação socioeconômica entre os Assentamentos e, portanto, não podem, em momento algum, ser negligenciados.

A criação desses Assentamentos Rurais no Estado obedece a critérios nacionais previamente estabelecidos pelo INCRA, que consistem das seguintes etapas: vistoria, desapropriação, emissão de títulos, seleção e cadastramento dos agricultores contemplados, liberação de créditos e transferência de posse para os beneficiários. A seleção e cadastramento de trabalhadores rurais em Assentamentos são orientados pelos critérios publicados no Estatuto da Terra (1964), Lei que "regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da política agrícola".

Entre as exigências especificadas no Estatuto da Terra para os candidatos à seleção e cadastramento para fins de Reforma Agrária, estão: a comprovação de idade entre 21 e 60 anos; não ser proprietários de terra, de estabelecimento comercial ou de estabelecimento industrial; não exercer função pública ou autárquica, civil ou militar da administração federal, estadual ou municipal; comprometer-se em morar com sua família na parcela de terra que lhe caberá; não ter sido ainda contemplado no programa de Reforma Agrária.

Semelhante ao que ocorre em outras áreas do País, o RN passou por um processo de criação de Assentamentos Rurais nos últimos anos, sobretudo a partir de 1995 (Gráfico 04), mas este tem se mostrado, ainda, insuficiente para provocar alterações profundas na estrutura fundiária do Estado. Dentre os diversos elementos explicativos para este aumento de desapropriações, ressalta-se a crise agropecuária no Estado, associada à ocorrência de várias secas, tornando vantajoso para alguns fazendeiros venderem suas propriedades para o governo, com a finalidade de desapropriar para fins de Reforma Agrária, tendo em vista que as indenizações pagas pelo INCRA foram muito elevadas. Recentemente, foi divulgada, pela imprensa local, a abertura de um processo de averiguação de supervalorização de terras no RN, adquiridas para fins de Reforma Agrária, efetuadas na gestão do INCRA que finalizou em 2002.

Porém, não podemos negar o aumento significativo do número de Assentamentos no RN, a partir da década de 1990, quando o processo de intensificação da luta pela terra que acontece em todo o território nacional, encabeçada pela emergência de Movimentos Sociais rurais, como o MST.

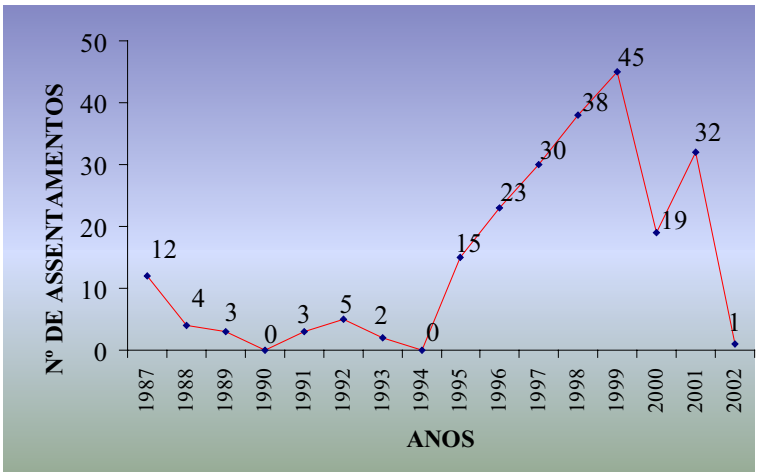


Gráfico 04 - Assentamentos Rurais do RN criados pelo INCRA, no período de 1987-2002.
Fonte: Elaborado a partir dos dados do INCRA/RN, 2003.

Isso porque a luta pela terra tem causado pressão nos governos para a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais, os quais funcionam até como meio de conter as tensões sociais. Vejamos a espacialização da distribuição dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Norte (Mapa 01), para melhor compreensão dessa questão.

A leitura retratada nos leva a destacar que há uma distribuição espacial de Assentamentos em quase todas as Microrregiões do Estado. Contudo, percebe-se que essa espacialização não é homogênea, havendo elevada concentração em algumas áreas e ausência em outras.

Podemos observar que a Microrregião de Mossoró apresenta a maior concentração de Assentamentos. Também se destacam as Microrregiões com a presença expressiva de Assentamentos Rurais: Chapada do Apodi, Baixa Verde, Litoral Nordeste e Vale do Assu. Essa distribuição pode ser entendida se levarmos em consideração questões de ordem histórica e fisiográfica.

As Microrregiões de Mossoró, Chapada do Apodi e Vale do Assu estão localizadas na chamada Mesorregião do Oeste Potiguar que apresenta, em sua maioria, solos de origem sedimentar, clima quente e abundantes recursos hídricos em seu subsolo, além da maior barragem do RN, a Armando Ribeiro Gonçalves, que comporta um significativo volume de água. Esse conjunto de fatores resulta numa área propícia para o desenvolvimento da agricultura, pela fertilidade natural dos solos. É bom lembrar que observamos, justamente nessas Microrregiões, a presença mais significativa de empresas do ramo da fruticultura irrigada, as quais têm uma produção totalmente voltada para exportação.

Essas áreas também são marcadas pela presença atuante de Movimentos Sociais de luta pela Reforma Agrária, como o MST e principalmente a CPT OESTANA, ambos com uma influência muito significativa junto aos agricultores.

As Microrregiões da Baixa Verde e do Litoral Nordeste apresentam, em seu território, solos de origem sedimentar e são áreas marcadas pela presença do latifúndio, associado ao minifúndio. Vale salientar que nessa área se desenvolveu a cultura do agave e do sisal, cuja marca maior foi a intensificação do latifúndio. Desse modo, historicamente foi palco de grandes conflitos envolvendo a posse da terra, registrando inclusive o assassinato de trabalhadores rurais. Atualmente, nesses municípios dessas Microrregiões há uma forte interferência do MST nos conflitos do campo, além de participar de ações significativas para os assentados, como é o caso da organização de uma Cooperativa no

município de João Câmara. Outro aspecto importante, no que se refere a essas características, é o fato de ser nas mesmas onde se encontra a maioria dos acampamentos do Estado, o que demonstra serem áreas de intensos problemas sociais vinculados à questão da terra.

As Microrregiões de Pau dos Ferros, Seridó Oriental e Umarizal, ao contrário dessas anteriormente referidas, apresentam números insignificantes no conjunto dos Assentamentos do RN em seus respectivos territórios. Embora os motivos possam ser vários, apontados desde a localização dessas Microrregiões em áreas com adversidades climáticas mais acentuadas, associadas a uma menor atuação dos Movimentos que encabeçam a luta pela terra, como também elementos fundamentais na explicação dessa realidade. É importante salientar, ainda, que nessas áreas dois elementos são significativos: a presença muito forte do latifúndio, atrelado ao sistema boi x algodão e as relações de poder que foram sendo desenvolvidas por fortes oligarquias, as quais assumiram não só o poder local e regional, mas também estadual. Certamente, tais elementos, embora não sejam decisivos, são inibidores de um processo de politização mais contundente, a ponto de permitir a "rebeldia" dos dominados em relação aos seus patrões, a quem são eternamente gratos. Faz-se oportuno registrar que na Microrregião do Seridó Oriental já existem diversos Assentamentos do Governo Estadual.

Gostaríamos também de retratar o caso de 4 Microrregiões do Estado que, até 2002, não apresentavam a formação de nenhum Assentamento Rural do INCRA em seu território. Estamos nos referindo às Microrregiões do Litoral Sul, Natal, Serra de São Miguel e Seridó Ocidental. Cada uma delas, por estar localizada em áreas com características diferenciadas, merece uma análise isolada, exceto pela fraca atuação dos Movimentos Sociais nessas áreas que é comum a todas.

Além da Microrregião do Litoral Sul, marcada pela presença de latifúndios canavieiros, encontramos a Microrregião de Natal, marcada pela elevada urbanização. Neste caso, os conflitos são pela terra urbana encabeçado, pelos Sem-Teto. Fato que se comprova pelo crescente número de favelas que se localizam em Natal.

A Microrregião da Serra de São Miguel é conhecida por apresentar as maiores altitudes do Estado e pela elevada fragmentação da propriedade fundiária, caracterizando-se por uma tradicional agricultura familiar, o que certamente não favorece um movimento de luta pela terra, já que esta pertence a pequenos proprietários.

A Microrregião do Seridó Ocidental é marcada pela baixa fertilidade dos solos e carência hídrica, apresentando baixa pluviosidade e irregularidade anual acentuadas, o que possivelmente dificulta a formação de Assentamentos nessa área. A utilização da terra depende, em grande parte, da recuperação de fertilidade, exigindo investimento, sobretudo nas áreas degradadas, sem cobertura vegetal, com redução e/ou poluição dos recursos hídricos. A importância dos solos se faz sentir para os assentados, por que é no solo que a produção irá ser cultivada, quando não existe a fertilidade natural do solo é preciso que seja dado um tratamento adequado. Porém, somos conhecedores da ineficiência da assistência técnica prestada pelos órgãos governamentais do RN. Essas considerações tecidas acerca do Seridó Ocidental também são válidas para o Seridó Oriental.

Mesmo que esses fatores possam dificultar a formação de Assentamentos nas áreas onde eles estão inseridos, não devem ser encarados como definitivos. Isto porque, se houvesse um planejamento adequado por parte dos que executam as Políticas Públicas, estes fatores seriam apenas limitantes e não determinantes, visto que com um pouco de investimento, alguns desses fatos, encarados como “problemas”, poderiam ser canalizados em potencialidades.

Merece aqui ser observado que fazer emergir as potencialidades por meio de investimentos, assistência técnica e outras ações, com vistas as melhores condições de vida da população, não parece ter sido o forte da atual Política de Reforma Agrária. É o que pode ser constatado nas observações feitas pela coordenadora estadual do MST, Fátima Ribeiro, em entrevista concedida à Tribuna do Norte, em 25 de maio de 2003, quando indagada sobre as melhorias necessárias aos Assentamentos para propiciar uma melhor condição de vida aos assentados, expressou que:

> A questão da infra-estrutura básica, educação com escolas nos assentamentos, postos de saúde, condições para investimento na área produtiva e terras férteis, não adianta um lugar que nem os calangos querem ir. É claro que quando a terra é fértil a luta é maior.

Os Assentamentos devem ser encarados como formas práticas de fixar o homem no campo, contribuindo para sua auto-sustentação, mas a realidade agrícola de alguns municípios do Estado mostra que, na maioria das vezes, onde os Assentamentos estão inseridos não é produzido nem o suficiente para o autoconsumo, até porque ainda predomina a prática de uma agricultura de sequeiro e, como é sabido, no RN, assim como nos demais estados nordestinos, ocorrem com freqüência períodos de escassez de chuvas – as secas – que dificultam o sucesso num tipo de agricultura que não tenha por base a técnica da irrigação.

Para que a Reforma Agrária venha a se concretizar realmente, é necessário também que sejam desenvolvidas ações não apenas de caráter produtivo, mas também social. Faz-se mister que sejam implementadas atividades de redução do índice de analfabetismo, melhoria nas condições de saúde, acesso ao lazer, maiores cuidados ambientais e maior assistência técnica como mecanismo para aumentar a capacidade

produtiva e, por conseguinte, uma maior geração de renda, principalmente nas áreas semi-áridas, onde as dificuldades de criar condições de desenvolvimento sustentado são mais difíceis.

Ao elaborar um estudo sobre os Assentamentos Rurais do RN, Francelino (2001, p.70) pontua:

> Afora experiências pontuais de sucesso, a grande maioria dos assentamentos não atingiu um nível mínimo de desenvolvimento que possa garantir um padrão de vida satisfatório. O modelo de intervenção institucional, vigente na questão da reforma agrária, não está sendo capaz de dar respostas satisfatórias à sociedade. A reforma agrária se tornou um mecanismo de produção de assentamentos, com o objetivo de atingir metas burocráticas, para que haja números cada vez maiores, a fim que o governo mostre gráficos com curvas ascendentes.

A configuração deste quadro nos impõe a afirmação de que a Reforma Agrária no RN não é uniforme, passa por uma base física e social, necessitando, ainda, de ações mais comprometidas com mudanças as quais possam, realmente, contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos assentados.

A situação exposta sobre a luta pela terra no Estado, com seus agentes de mediação, nos servirá de suporte para analisarmos, com mais precisão, a realidade atual dos Assentamentos, percebidas a partir do estudo de tais aspectos, como: o processo de formação e produção dos Assentamentos, aspectos populacionais das famílias assentadas, condições infra-estruturais e presença de serviços, a importância das associações e a participação política destes atores sociais, além de visualizar a Reforma Agrária na fala dos assentados. É o que trata com mais detalhes o capítulo seguinte.

4 A REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO RN

Antes eu trabalhava de alugado para os outros. Hoje não, trabalho para mim. Falta muito recurso, mas se não fosse a reforma agrária o pobre não tinha condição de possuir terra.

José da Silva Pereira[2]

4.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

Para melhor compreendermos a realidade dos Assentamentos Rurais no RN, estruturamos esse capítulo em cinco sub-tópicos principais. Muito embora, na nossa compreensão, as questões trabalhadas, separadamente sirvam tão somente, para efeito de sistematização. Uma das nossas preocupações iniciais diz respeito ao processo de origem dos Assentamentos para avaliarmos se os mesmos são procedentes da ocorrência de conflitos no campo.

A maior parte dos Assentamentos pesquisados teve sua desapropriação originada sem a existência de nenhum tipo de conflito, seja no sentido da ocorrência de acampamentos ou no da luta armada, sendo representado pelo percentual de 56%, conforme pode ser visualizado a seguir (Gráfico 05). Isto significa dizer que a maior parte das desapropriações foram feitas pelo INCRA sem que houvesse a pressão de um conflito instalado. Foi evidenciado, de acordo com os depoimentos dados durante a realização das entrevistas, que

em algumas situações existia um acordo prévio estabelecido entre proprietários e trabalhadores para ocuparem a fazenda e, com isso, acelerar o processo de desapropriação.

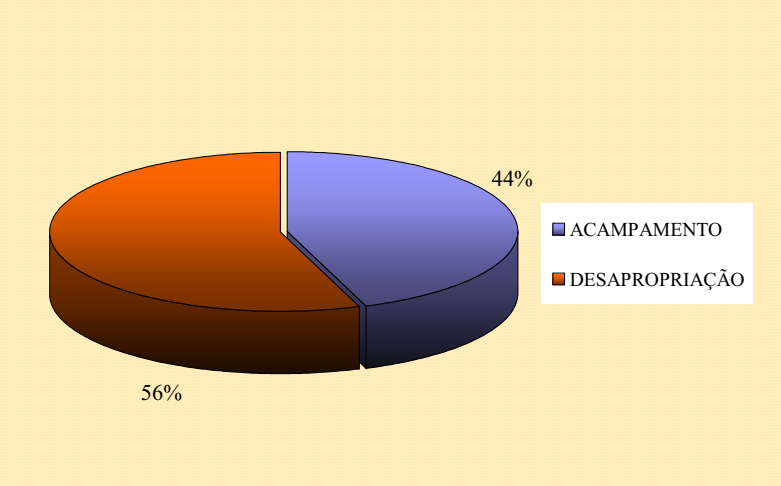


Gráfico 05 – Origem dos Assentamentos do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Embora a figura acima esteja demonstrando que na maior parte dos Assentamentos pesquisados não ocorreu conflito pela terra, consideramos ser válido investigar, nos assentamentos que registraram a ocorrência de conflitos, sobre o tempo de permanência dos agricultores em acampamentos (Gráfico 06).

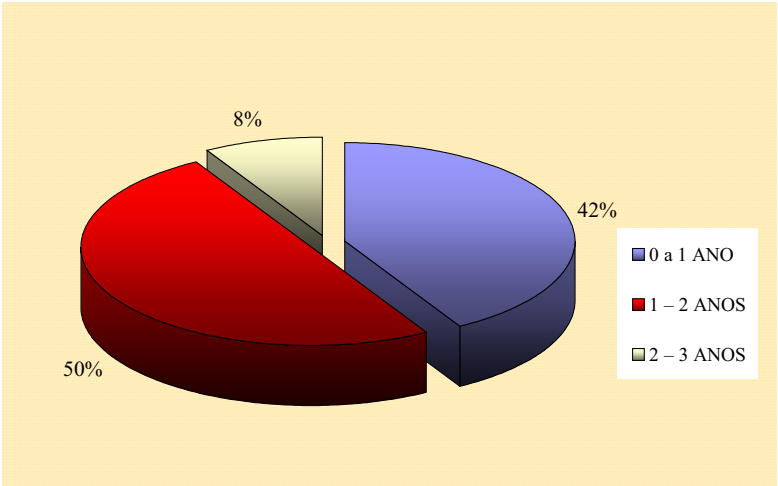


Gráfico 06 – Tempo de duração do acampamento na terra.

[2] Morador do Assentamento Lagoa do Sal, em Touros.

Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

O Gráfico demonstra que na metade dos Assentamentos nos quais ocorreram ocupações os agricultores permaneceram acampados na terra por um período de um a dois anos. Há também aqueles que permaneceram por menos de um ano; e em menor número, os que ficaram num período superior a dois anos. Isso significa um tempo bastante longo, principalmente quando sabemos que no período em que estiveram acampados esses agricultores, juntamente com suas famílias, viveram um período de grande precariedade, já que as formas de sobrevivência nos acampamentos são muito adversas (Figura 03), vivendo sem as mínimas condições, embaixo das lonas, faltando, inclusive, comida e água.

Figura 03 – Vista parcial do acampamento Maria da Paz em João Câmara, março de 2003.
Foto: Arquivo da autora, 2003 – 2004.

Vale ressaltar que a ocorrência de conflitos é muito heterogênea, concentra-se mais nas seguintes Microrregiões: Baixa Verde, Litoral Nordeste, Macaíba e Mossoró, principalmente em municípios como João Câmara, Touros, Ceará-Mirim e Mossoró. Embora o MST tenha uma área de abrangência maior no Estado, é justamente nestas Microrregiões que ele atua de forma mais efetiva, encabeçando um maior volume de ocupações. Além disso,

é de conhecimento público a existência de latifúndios nestas Microrregiões, sobretudo por ser uma área onde os solos são bastante agricultáveis, como para cultivos de mandioca e frutas, o que desperta ainda mais o interesse da população sem-terra pelas terras ali existentes, gerando conflitos com os proprietários. Como exemplo, pode ser citado o conflito recentemente ocorrido na Microrregião de Mossoró, em junho de 2003, que se dá com a ocupação de 600 famílias integradas ao MST da Fazenda Mossoró Agroindustrial S/A (MAISA), a qual produzia, industrializava e exportava frutas tropicais, numa área equivalente a 24 mil hectares, com a finalidade de pressionar a desapropriação dessa Fazenda para fins de Reforma Agrária. No final de 2004, a mesma foi desapropriada e beneficiará cerca de 1.000 famílias, constituindo-se num dos maiores Assentamentos do Brasil.

> A partir da fala de algumas lideranças das associações dessa área, percebemos que muitas das fazendas que hoje são Assentamentos pertenciam a políticos do Estado ou empresários, ou seja, o RN segue o mesmo padrão nacional, no qual os políticos que elaboram leis concernentes à Reforma Agrária são também os que possuem as maiores e melhores extensões de terras. Citaremos, como exemplo, a Fazenda que deu origem ao Assentamento Alto da Felicidade, em Afonso Bezerra/Pendências; era propriedade do deputado José Dias, e a fazenda que deu origem ao Assentamento Lagoa Nova I, em Riachuelo, era propriedade do empresário conhecido como Bira Rocha. Em Mossoró temos a Fazenda São João, de propriedade do senador José Agripino Maia, dentre muitos outros exemplos.

Investigando sobre a articulação dos Assentamentos junto às várias representações, percebemos a existência de diversos Movimentos atuando no Estado. Dentre eles, gostaríamos de destacar os mais expressivos que são STR, MST e CPT OESTANA. Cada Movimento tem apresentado sua influência ao longo do tempo, que muitas vezes está representado no próprio nome do Assentamento, como é o caso do PA José Rodrigues Sobrinho, localizado em Nova

Cruz. Sua toponímia constitui-se numa homenagem dos assentados a um dos fundadores e primeiro presidente da FETARN no Estado, cassado, preso e exilado pela Ditadura Militar, mas que muito contribuiu para a formação do Assentamento, representando dessa maneira a importância que o Movimento Sindical tem na luta pela Reforma Agrária no Estado.

No momento do conflito ou do acampamento na terra que será ocupada, geralmente os agricultores não estão sozinhos, se apóiam em algum Movimento Social ou entidade que trabalha diretamente com o campo. A respeito desse apoio no momento do acampamento, percebemos em algumas entrevistas que, às vezes, após o Assentamento já formado, a articulação do Assentamento muda. Muitas vezes, no momento da luta pela terra os agricultores tinham mais ligação com o MST, e depois de assentados fortalecem seus laços com outros agentes engajados com a luta pela terra, como é o caso dos STRs.

Desse modo, indagamos as lideranças entrevistadas sobre quais são, na atualidade, os Movimentos Sociais aos quais os Assentamentos estão mais vinculados, ou seja, possuem uma articulação maior. Com o STR obtivemos o resultado mais elevado, com 67% (Gráfico 07) das respostas; mostrou-se de grande importância também a vinculação que alguns Assentamentos têm com cooperativas, cerca de 11%; entidades como MST e a CPT apresentaram um percentual de 7% apenas cada um. Também foram citados o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST[3]) e a AACC, com um percentual de 4% cada um deles. Ressaltamos que essa articulação também foi indagada às lideranças dos Assentamentos que não efetuaram ocupações de terra.

> Na análise do gráfico anterior fica explícito que atualmente é o STR o movimento que está mais vinculado aos Assentamentos pesquisados, incluindo também a FETARN. Esse aspecto da maior articulação dos Assentamentos com os STRs sinaliza para o fato de que antes da chegada do MST ao Estado, o trabalho de mobilização dos agricultores era

[3] O MLST surgiu em 1997 e atualmente tem 35.000 famílias assentadas no país atuando em 9 estados. O lema proposto é: "ocupar, resistir, produzir e organizar para ser feliz". Seu líder é Bruno Maranhão.

encabeçado pela Igreja Católica, que tinha forte ligação com o Movimento Sindical. Quanto ao apoio do MST, às lideranças, destacaram que se dá mais no momento do acampamento, para a formação inicial do Assentamento. Pode-se dizer, portanto, que o MST estaria mais vinculado ao processo inicial de organização dos trabalhadores no processo de luta pela terra. O fato de o MST ter uma ligação mais direta com o PT, de forma bem explícita, seria um dos motivos para que outras organizações tenham maior influência. Devemos ter em mente que dado o fato da presença da Igreja se fazer também presente pode ter deixado sombras de conservadorismo que interferem nessa articulação.

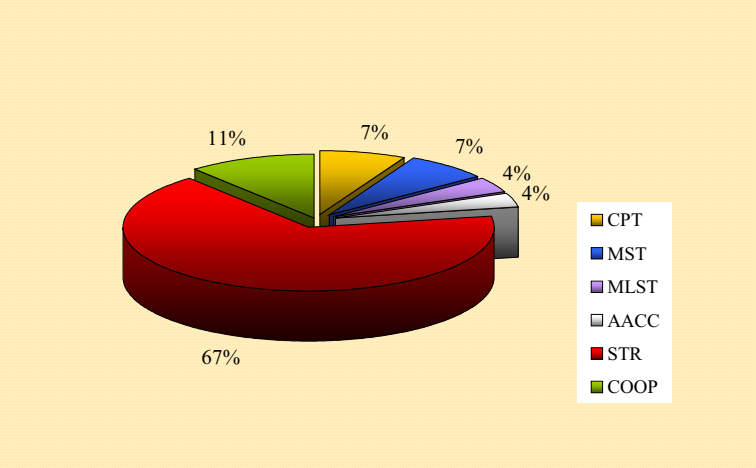


Gráfico 07 – Articulação principal dos Assentamentos Rurais do RN, na atualidade.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Um aspecto fundamental, quando trabalhamos com Assentamentos, diz respeito às formas de reprodução social dos assentados, que está diretamente relacionada à atividade econômica. Torna-se imprescindível que tal questão seja investigada a fim de que possamos melhor compreender a situação vigente.

Segundo dados pesquisados, a maior parte dos Assentamentos, que corresponde a 84% (Gráfico 08) possui como atividade econômica principal a agricultura de subsistência. Considerando que a maioria dos Assentamentos está inserida em áreas semi-áridas, um dos

problemas mais constantes é a falta d'água. Colhemos alguns relatos em que os agricultores se lamentaram de muitos plantios que efetuaram e não vigoraram devido à irregularidade ou a escassez de chuvas. Entretanto, vale salientar que a "falta d'água" não é o único problema enfrentado pelos trabalhadores na hora de plantar. Nesse contexto também está inserida a falta de apoio do Estado no tocante à assistência técnica, e à própria falta de recursos financeiros para comprar sementes com vistas a efetuar o plantio.

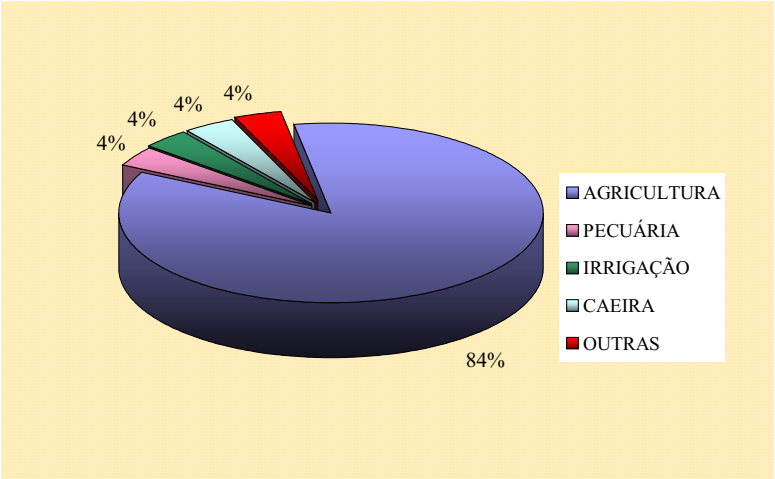


Gráfico 08 – Atividade econômica principal desenvolvida nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Os Assentamentos, que não apresentaram a agricultura como atividade econômica preponderante, têm sua fonte de renda proveniente de outras atividades como pecuária, fruticultura irrigada, produção de cal e outras. Como exemplos podemos citar a pecuária no Assentamento Barbaço, em Monte das Gameleiras/Japi, a fruticultura irrigada no Assentamento Vale do Lírio, em São José de Mipibu, a produção da cal no Assentamento Boa Vista, em Lajes/Jandaíra e o beneficiamento de leite no Assentamento Lagoa Nova I, em Riachuelo. Esse quadro demonstra que embora haja predominância de atividades relacionadas à agropecuária nos Assentamentos, existe um forte indicativo do surgimento

de outros tipos de atividades no campo, inclusive de caráter não-agrícola, como os serviços e comércio, embora de forma menos expressiva.

Tendo em vista que a agricultura demonstrou ser a atividade econômica principal dos assentados, faz-se necessário esclarecer sobre o principal produto agrícola cultivado nos Assentamentos (Gráfico 09). O produto agrícola mais citado foi o feijão, com 44% das respostas, em seguida foi citado o milho com 30%, a mandioca com 22% (principalmente nos municípios de Ceará-Mirim, São Miguel do Gostoso e Touros, inclusive muitos possuem casas de farinha e comercializam o produto) e outros tipos de cultivo com 4% (que corresponde, em sua maioria, a produção irrigada de mamão no Assentamento Vale do Lírio). Isso mostra que a reprodução social dos assentados no RN, de um modo geral, acontece em bases tradicionais representadas pela predominância da agricultura de subsistência que tem como pilares de sustentação o trinômio: feijão, milho e mandioca.

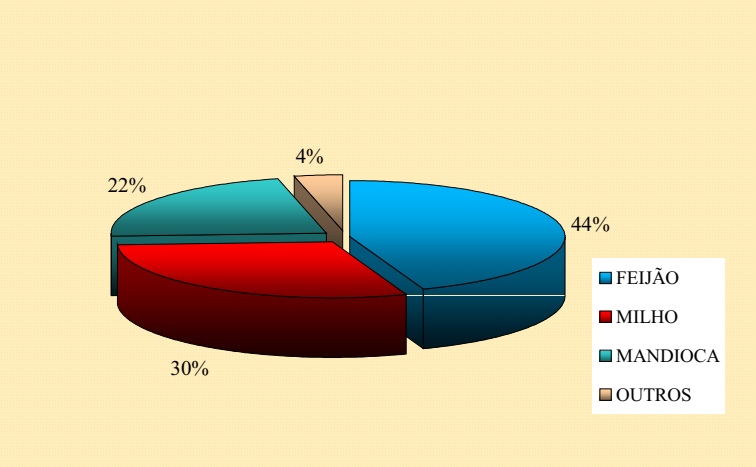


Gráfico 09 - Principal produto agrícola cultivado nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Além do que foi citado anteriormente, em alguns Assentamentos também é possível encontrar outros produtos como caju, abacaxi, macaxeira, batata doce, sorgo e algodão. Sobre este aspecto, alguns Assentamentos estão tentando revitalizar a cultura do

algodão como é o caso do Assentamento José Rodrigues Sobrinho, localizado em Nova Cruz, no qual os agricultores estão querendo implantar um projeto de beneficiamento de um tipo de algodão que é produzido mais rapidamente. Para tal propósito, os assentados já dispõem da instalação de uma mini-usina e de alguns equipamentos como descaroçadora, prensa e tear. Na opinião deles, com a predominância da agricultura outra atividade econômica que merece ser melhor explicitada nos Assentamentos é a pecuária, sendo o gado bovino o principal rebanho, ou seja, em 70% (Gráfico 10) dos Assentamentos, seja para corte ou para a produção leiteira; e em seguida, vem o rebanho caprino, citado como maioria em 30% dos Assentamentos.

Em menor quantidade podemos citar a existência de outros rebanhos como ovinos e suínos, que têm a maior parte destinada à comercialização; asininos e muares são utilizados como meio de transporte e montaria. Também constatamos a forte presença de galináceos, com uma produção voltada em quase 100% para o autoconsumo. Sendo assim, a galinha caipira ou "de capoeira", como é denominada, a forma de criação doméstica de galinhas, nas áreas sertanejas, ainda não assumiu um caráter comercial.

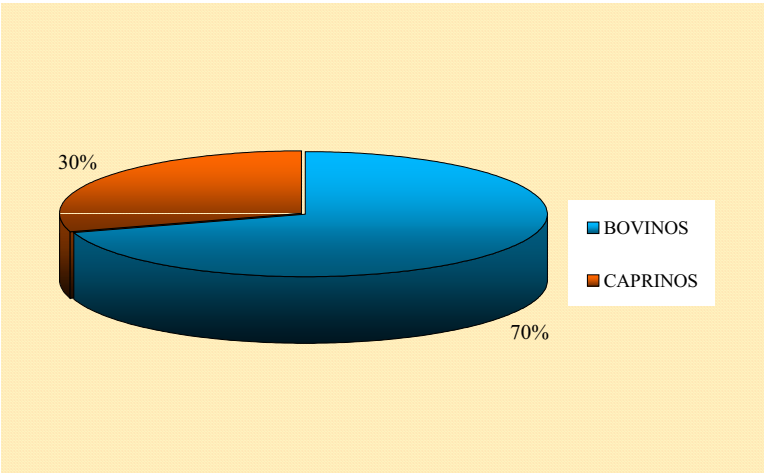


Gráfico 10 – Principal tipo de rebanho existente nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

A questão produtiva nos Assentamentos poderia ser melhorada se tivesse uma assistência técnica eficiente. Esta deveria ser um serviço presente em todos os Assentamentos, pois é um item indispensável para o sucesso produtivo destes. Isso, porém não é o que ocorre. Em 63% dos Assentamentos pesquisados, existe assistência técnica; os demais não apresentam nenhum tipo desse serviço, ou seja, quase a metade dos Assentamentos fica a depender das chuvas e do conhecimento do senso comum.

A assistência técnica que está sendo praticada nos Assentamentos (quando ela existe) deveria ser revista pelo Poder Público, pois se constitui num fator primordial para ajudar no desenvolvimento produtivo. O próprio INCRA deveria dar mais atenção a esse aspecto e aumentar o número de técnicos disponíveis para o trabalho junto aos assentados, adequando os projetos à realidade de cada área.

Na fala de uma liderança quando assinala que os técnicos desse órgão visitam o Assentamento *uma vez perdida,* fica evidente o quanto se faz necessária uma atuação mais efetiva do INCRA nesse setor. Outros órgãos governamentais como EMATER e DNOCS, ao nosso modo de ver essa questão, também deveriam contribuir de forma mais efetiva com essas áreas no que diz respeito à assistência técnica nos Assentamentos, mas não é o que nos mostra os dados obtidos a seguir (Gráfico 11).

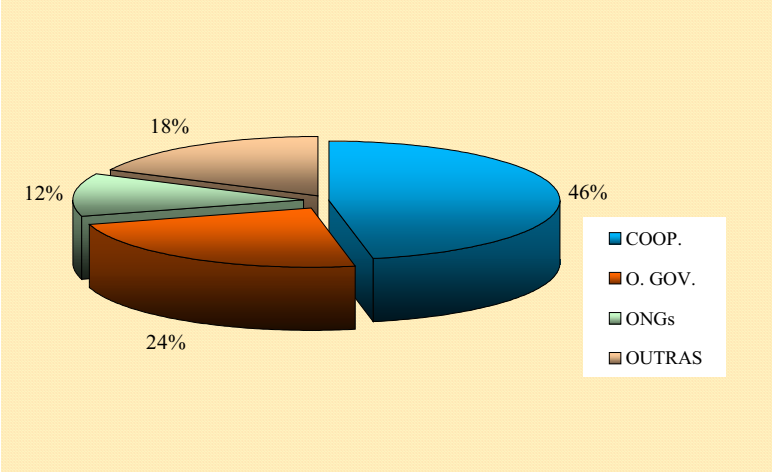


Gráfico 11 – Entidade principal responsável pela assistência técnica, nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Os dados revelam que essa prestação de serviço é feita, em sua maioria, por cooperativas, com 46% das respostas; em seguida foram citados órgãos governamentais, ONGs e outras. Apesar da maior parte das lideranças ter citado a presença de algum tipo de assistência técnica, resta-nos saber se esta é oferecida regularmente. Foram poucas as lideranças que relataram ter no Assentamento uma assistência técnica de qualidade, geralmente elas são desempenhadas de forma muito precária. Até porque o técnico não fica permanentemente no Assentamento, e, normalmente, eles são vinculados a alguma cooperativa que presta esse serviço a algum projeto existente no Assentamento, o que acontece quinzenalmente, mensalmente e muitas vezes até bimestralmente. Em resumo, a freqüência de visita desses técnicos não se mostra adequada, pois, segundo alguns dos entrevistados, os técnicos só freqüentam os Assentamentos quando são chamados. Sobre esta questão, podemos dizer que é muito grande a insatisfação por parte dos assentados.

O envolvimento das cooperativas com a questão produtiva dos Assentamentos merece ser destacado. Para tanto, faz-se oportuno citar os nomes das cooperativas mencionadas pelas lideranças, os quais correspondem à Cooperativa Multidisciplinar de Assessoria a Empreendimentos Sustentáveis (ÁPICE), Cooperativa de Energia e

Desenvolvimento Rural do Seridó (CERSEL), Cooperativa Agropecuária do Assentamento Lagoa Nova (COOLAGOA[4]), Cooperativa Mista de Consultores Ltda (COOPERMIX), Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos de Desenvolvimento Rural (COOPERVIDA), Cooperativa Seridó, Cooperativa de Profissionais do Sertão Potiguar para a Agricultura Familiar (SERTÃO VERDE)**,** Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar (TECHNE), Cooperativa de Assessoria Técnica e Gerencial para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (TERRA LIVRE), Cooperativa de Trabalho para a Agricultura Familiar do Oeste Potiguar (TERRA VIVA).

O fato da assistência técnica prestada aos assentados ser proveniente, em sua maioria, de cooperativas nos leva a refletir sobre algumas questões. Isso mostra a inoperância de muitos órgãos governamentais que são incapazes de oferecer esse acompanhamento indispensável para a produção nos Assentamentos. Esse aspecto também reflete que o verdadeiro sentido da cooperação não ocorre de fato, uma vez que as cooperativas assumem a lógica capitalista, de certa forma até beneficiando-se com o processo, pois o serviço prestado é pago.

Além dessas, foram citados alguns órgãos e entidades que prestam algum tipo de assistência técnica aos Assentamentos, mesmo de forma eventual como AACC, MST, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), INCRA, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a ONG Diaconia[5] (que atua no Assentamento Remédio, em Umarizal) e empresas como a Empresa de Planejamento Agropecuário e Extensão Rural (EMPRAER) e Caliman (com atividade no Assentamento Vale do Lírio); sendo essas duas últimas muito elogiadas pelas respectivas lideranças.

[4] O único Assentamento com cooperativa própria é o PA Lagoa Nova I com a COOLAGOA que coordena a Usina de beneficiamento de leite. Esta indústria é a principal fonte de renda dos assentados e pasteuriza diariamente cerca de 4.500 litros de leite, que é comprado pela cooperativa à R$ 0,73. O governo compra a R$ 1,15 destinado ao Programa do Leite, o pagamento geralmente é quinzenal e a usina emprega 10 funcionários. Esse projeto teve início em 1999 e agora está passando por sérios problemas financeiros.

Nessa abordagem sobre a questão produtiva dos Assentamentos, é importante tecer algumas considerações acerca da utilização de irrigação na produção. O percentual de Assentamentos que utilizam algum tipo de irrigação é baixo. Apenas 26% dos mesmos, ou seja, um pouco mais de ¼ destes possuem algum tipo de irrigação, sendo o gotejamento e a microaspersão os tipos de irrigação utilizados na maioria deles. A irrigação é utilizada principalmente para produção de frutas como mamão, melancia, melão e caju (Gráfico 12). Em alguns casos, também encontramos a irrigação de tomate, inhame e hortaliças. Ou seja, a produção que é contemplada com a irrigação é de caráter comercial; significa dizer que as culturas alimentares acontecem em moldes tradicionais e, com certeza, em épocas de seca se refletem na base alimentar das populações assentadas.

Esse baixo índice de irrigação apresentado nos Assentamentos deve ser analisado, resgatando, mais uma vez, a questão dos recursos hídricos e da assistência técnica. Devemos considerar que a maior parte das bacias hidrográficas do RN são de caráter temporário e mesmo aquelas áreas que já foram perenizadas por meio da construção de barragens, estas se destinam, prioritariamente, à atender a demanda dos grandes fazendeiros e empresários, como acontece na Microrregião do Vale do Assu e na Chapada do Apodi. Nos últimos anos, também não se tem evidenciado o surgimento de políticas governamentais voltadas para uma democratização do uso da irrigação na agricultura familiar, uma vez que esse processo requer um certo investimento, algo que muitas vezes os assentados não têm.

[5] Consiste numa ONG fundada por Igrejas Evangélicas que atuam no Nordeste desde 1977. Tem parceria como o Projeto Dom Helder da Articulação do Semi-Árido (ASA) que visa a construção de 1 milhão de cisternas. No RN, atua junto a pequenos agricultores e assentados dos municípios de Caraúbas e Umarizal.

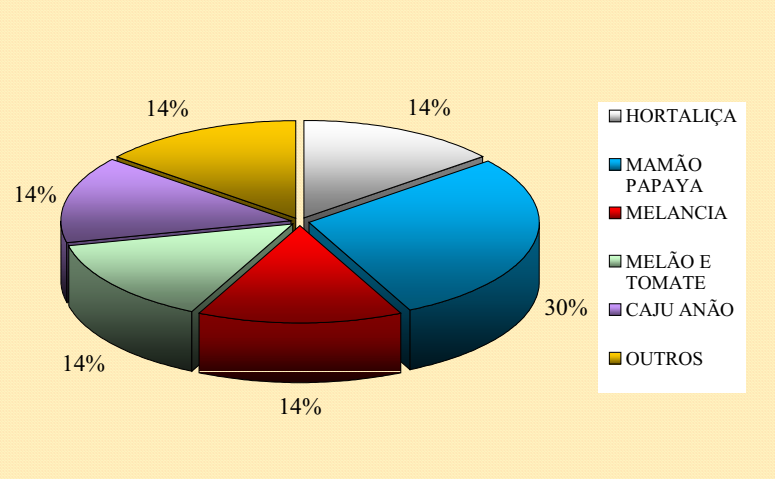


Gráfico 12 – Principais tipos de cultivos irrigados praticados nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Podemos ainda completar a análise acima, evidenciando que o principal cultivo irrigado existente nos Assentamentos foi o cultivo de frutas. Desse total, o único que apresentou o uso da irrigação em larga escala foi o Assentamento Vale do Lírio, localizado em São José de Mipibu, que produz mamão *papaya* a partir da irrigação (Figura 04) destinado à exportação em parceria com a empresa exportadora de fruta denominada Caliman, oriunda do Espírito Santo, que atua no referido Assentamento desde 2000, consideramos, pois, que este assunto merece maiores esclarecimentos.

A integração produtiva entre empresas e Assentamentos no RN não teve início com o Assentamento Vale do Lírio. Anteriormente, outros Assentamentos das Microrregiões de Mossoró e Vale do Assu já passaram por essa experiência, nos anos 1990; apesar de nessa época terem apresentado excelentes resultados, hoje se constituem em mais uma frustação para pequenos produtores que buscam melhorias de condições de vida. Nesse período, o Assentamento Hipólito, em Mossoró, também era considerado referência entre os Projetos de Assentamento do Estado, com safra superior a 750 toneladas de melão irrigado, em 1996, resultante da parceria de produção com a MAISA. Hoje, atravessa dificuldades do ponto de

vista produtivo, principalmente por dívidas que ficaram pendentes do Projeto; atualmente trabalham com agricultura de subsistência e caprinocultura.

Figura 04 – Plantio de mamão irrigado no Assentamento Vale do Lírio, em São José de Mipibu.
Foto: Arquivo da autora, 2003-2004.

No caso da atual integração realizada no PA Vale do Lírio, trata-se de um Projeto que contou com a aquisição, através de liberação do PRONAF, da infra-estrutura básica para implantação da irrigação, das 62 famílias que compõem o Assentamento, somente 42 aderiram ao Projeto. Os outros 20 assentados do Vale do Lírio que não quiseram ingressar na produção de mamão continuaram trabalhando com agricultura de subsistência e começam agora a produzir inhame para uma empresa que vai comprar a maior parte da produção; o restante será vendido no mercado interno. Através do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), o Governo do Estado liberou recursos para a eletrificação rural, construção de caixas d'água coletivas e poços artesianos.

Os assentados são responsáveis pelo cultivo da terra, mão-de-obra e instalação de infra-estrutura necessária para o plantio. A empresa repassa as sementes, fornece a tecnologia do manejo do mamão e mantém um representante no Assentamento, o qual presta assistência técnica para o plantio e garante a inserção dessa produção no mercado, já que os

> assentados, sozinhos, têm dificuldade, devido à falta de conhecimento técnico e empresarial. A empresa é responsável por colocar a produção no mercado. Isso porque, para estar inserido no mercado produtivo e ter competitividade é preciso ter um produto de qualidade. Desse modo, a empresa responsável presta toda assistência técnica necessária, já que o Estado não a oferece, conforme já destacamos anteriormente.
>
> Num primeiro momento, foram ocupados 30 hectares destinados à produção de mamão e, posteriormente, expandiram a área plantada, em decorrência da boa rentabilidade. O plantio é feito regularmente, a cada 6 meses, para que o período de colheita possa ocorrer com freqüência. Esse plantio geralmente é realizado 3 vezes por semana e a empresa responsabiliza-se por recolher o produto.

O pico da colheita acontece quando o mamão está com um determinado tempo de vida, em torno de 10 a 12 meses, chegando a produzir 80 toneladas, semanalmente. Nesse período, os ganhos mensais podem chegar a R$ 1.200,00. Em setembro de 2001, este Assentamento colheu a primeira safra de mamão resultante desta parceria. Os melhores frutos são selecionados pela empresa e são exportados (cerca de 70%) para países da Europa e Estados Unidos, e parte da produção também é direcionada ao mercado interno, ou seja, trata-se daquela produção que não está adequada para exportação. Chegam a ser produzidas cerca de 135 toneladas mensais de mamões. A parceria com a Caliman foi intermediada pelo Ministério da Agricultura e o INCRA. A empresa compra a produção e contribui fornecendo assessoria técnica agrícola necessária. Todas as mudas também são acompanhadas desde o início do cultivo, para garantir a estabilidade da lavoura e evitar a incidência de pragas. Além dessa produção de mamão, os trabalhadores praticam a agricultura de subsistência.

Após a produção ser vendida para a empresa, às despesas relativas ao consumo de energia elétrica, utilização de inseticida dentre outras são divididas com todos os que participam do Projeto e o mesmo ocorre com os lucros. O Assentamento tem a pretensão de

futuramente trabalhar com adubo orgânico para a produção ter um alcance maior. Recentemente foi assinado um contrato com a rede de supermercados *Carrefour*, para a venda de mamão *papaya*, com vistas a abastecer essa rede de lojas no Norte e Nordeste, por intermédio da empresa Caliman.

Além do Vale do Lírio, outros Projetos de Assentamento no Estado estão envolvidos em parcerias com empresas exportadoras de mamão. Podemos citar os Assentamentos Gonçalo Soares, também localizado em São José de Mipibu, com um Projeto de irrigação em fase de implantação que beneficiará 31 famílias, e os Projetos dos Assentamentos Águas Vivas e Vale Verde, localizados em Ceará-Mirim; estes dois últimos em parceria com a empresa Gaia. Justificam-se tais processos, tendo em vista que o RN possui condições ideais de luminosidade e solo para o cultivo do mamão e, também, por que ainda não foi afetado por pragas que poderiam comprometer a produção. Aliada a essas condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do mamão, soma-se a mão-de-obra barata e a toda infra-estrutura que é financiada pelo Estado, como foi mencionado. Constantemente, o Assentamento Vale do Lírio é veiculado na mídia como um exemplo de sucesso da experiência produtiva, em áreas de Reforma Agrária, mas resta-nos a seguinte questão: seria esta a melhor forma de desenvolvimento de um Assentamento?

> Ao contrário da experiência produtiva do Assentamento Vale do Lírio, que se viabiliza com a parceria de irrigação com uma grande empresa, também conhecemos outros Assentamentos que apresentam experiências de sucesso sem estarem relacionados a um Projeto dessa natureza. Estamos nos referindo ao Assentamento Mulunguzinho, localizado em Mossoró, no qual um grupo de mulheres da própria comunidade desenvolve um Projeto de horticultura orgânica, cuja produção é comercializada na zona urbana do município. Esse Projeto foi viabilizado por intermédio do Centro Feminista 8 de Março, existente em

Mossoró e que presta assessoria às diversas comunidades rurais, atuando de forma mais específica junto às mulheres.

4. 2 ASPECTOS POPULACIONAIS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Outro alvo de nossas preocupações foi o atendimento da política de Assentamento aos agricultores do RN. Desse modo, pesquisamos questões concernentes às condições de vida das famílias assentadas, tendo sido considerada a naturalidade, tempo de moradia no Assentamento, local de residência anterior ao Assentamento, número de pessoas por família, composição sexual, faixa etária, trabalho e renda familiar, por entendermos que tais elementos nos fornecem pistas importantes para a compreensão da política de Reforma Agrária implementada no RN.

Com relação à naturalidade dos assentados entrevistados, 41% (Gráfico 13) destes nos responderam ter nascido no município onde o Assentamento está inserido, 47% são de outros municípios do Estado, geralmente municípios limítrofes ao município onde o Assentamento está inserido. Os assentados que nasceram em outro Estado[6] ocuparam um percentual de 9% e apenas 3% não souberam informar o local de seu nascimento. Esse dado pode nos levar a inferir que o sem-terra é realmente produto de uma concentração de terra maléfica que expropria, segrega e exclui parte da população potiguar.

[6] Os Estados mais citados são da própria região Nordeste, sobretudo os que ficam mais próximos do RN como Paraíba, Ceará e Pernambuco.

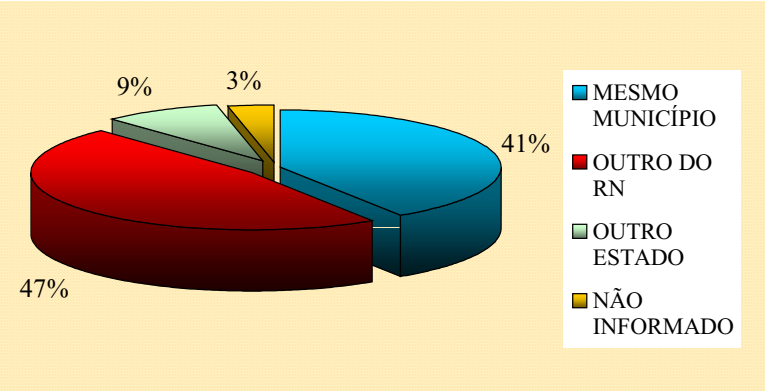


Gráfico 13 - Naturalidade dos assentados do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Tratando-se do período de moradia no Assentamento, podemos observar que 35% (Gráfico 14) das famílias, a maioria, está residindo no Assentamento num período de 3 a 5 anos; em seguida, 24% das mesmas estão nos Assentamentos de 1 a 3 anos; 20% delas estão residindo de 5 a 7 anos; 14% estão há mais de 7 anos e apenas 7% das famílias residem há menos de 1 ano no Assentamento. É preciso um alerta para que a maior parte dos Assentamentos Rurais do RN foram criados a partir de 1995, o que explica, em parte, o curto tempo de permanência dos assentados. Essa questão também está relacionada ao número de famílias que desistem do PA e que são substituídas.

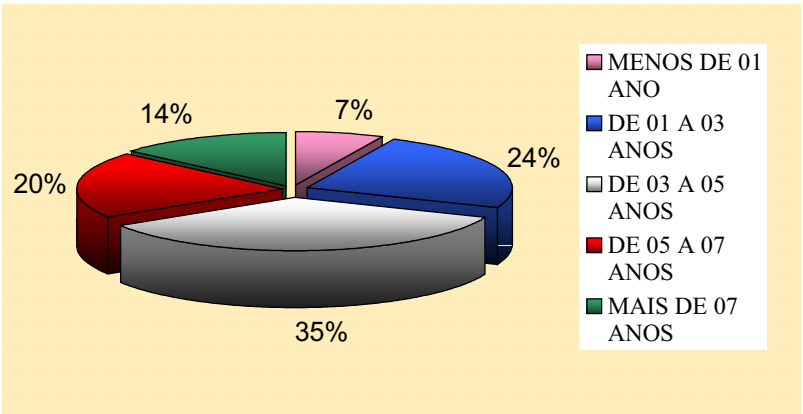


Gráfico 14 – Tempo de moradia das famílias nos Assentamentos do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Outra questão evidenciada é o local de residência anterior ao Assentamento com o objetivo de identificar a relação anterior das famílias com a zona rural ou urbana. Parcela considerável das famílias que integram os Assentamentos já moravam anteriormente na zona rural, com um dado de 46% (Gráfico 15)**;** provenientes de outros municípios são 27%; que morava anteriormente na zona urbana são 18%; no próprio local do Assentamento são 7%, e provenientes de outro estado são apenas 2%.

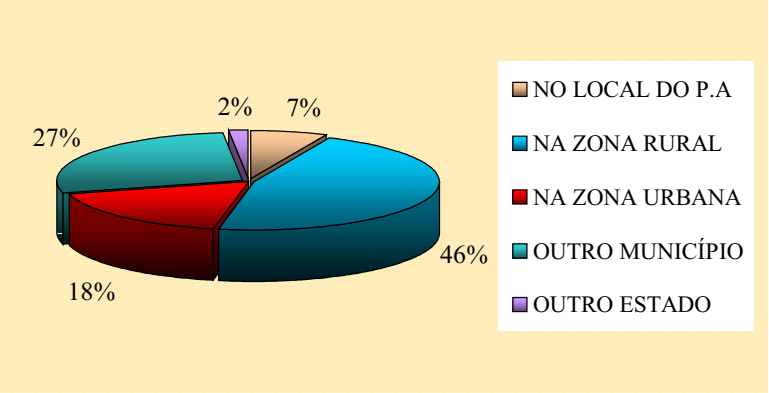


Gráfico 15 – Local de moradia anterior ao Assentamento das famílias assentadas no RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Com base nesses dados podemos afirmar que a maioria das famílias assentadas já moravam anteriormente na zona rural; e até mesmo aquelas que são provenientes da zona urbana, geralmente são pessoas que moravam no campo e que tiveram que migrar para a cidade por falta de alternativa, mas que nunca perderam de vista a sua relação com a terra. Agora, com os Assentamentos encontram uma forma de retornar para o seu local de origem. Com relação aos dados referentes a outros municípios, deve ser considerado que são “vizinhos” ao Assentamento e muitas dessas pessoas moravam em propriedades rurais, nessa área próxima. Enquanto isso, como pode ser visto por meio dos dados, alguns dos

assentados moravam no próprio local de Assentamento; são aquelas famílias que trabalhavam com relações de parceria ou como "moradores" dos fazendeiros da área que, posteriormente, veio a ser desapropriada. Os dados de famílias de outro Estado são bastante inexpressivos, sugerindo uma maior participação da população potiguar no processo. Porém, devemos considerar que alguns Assentamentos do RN são fronteiriços com outros Estados do Nordeste, possibilitando a instalação no Assentamento de pessoas que são de outras Unidades Federativas, ou até mesmo que se mudou para o Rio Grande do Norte e foi contemplado com um lote num Assentamento Rural.

Em nosso estudo também houve a preocupação de conhecermos o número de pessoas por cada família e constatamos que a maior parte das que entrevistamos possui de 4 a 6 integrantes com 48% das entrevistas (Gráfico 16); de 1 a 3 pessoas apresentou um percentual de 27%, e com mais de 6 pessoas encontramos em 25% das residências. Presenciamos situações contraditórias de famílias extremamente numerosas com mais de 10 pessoas, e em outros casos pessoas que moram sozinhas, principalmente idosos, aposentados, pessoas solteiras, viúvas ou separadas. Há também aquelas situações em que o marido mora no Assentamento e o restante da família continuou na cidade.

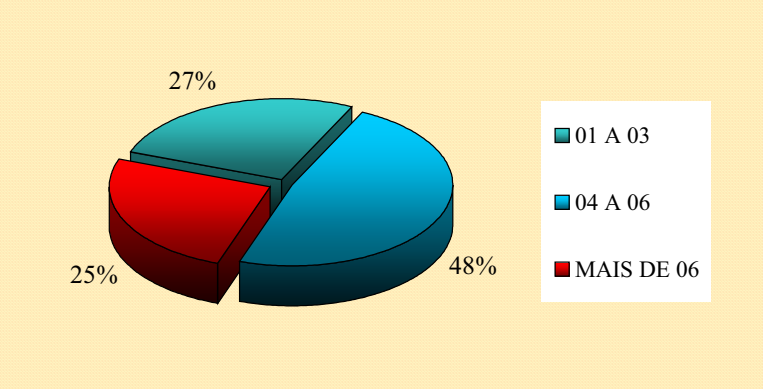


Gráfico 16 – Número de pessoas por família nos Assentamentos.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Embora o elevado número de pessoas por família não pareça ser uma característica dos Assentamentos do Rio Grande do Norte, devemos assinalar que quase a metade chega a um número de até 6 integrantes. Para realidades familiares detentora de renda bastante baixa, esse número pode ser muito expressivo. Certamente, esse índice populacional deve-se à falta de um controle familiar, algo que em momento algum tem tido a intervenção decisiva do Estado brasileiro.

Com relação à idade da população (Gráfico 17), em 52% das residências que visitamos encontramos crianças e adolescentes na faixa etária de 0-14 anos. Com relação aos jovens, as famílias apresentam dados superiores a 40%. Verificamos também a presença marcante de adultos nas famílias, com índices que variam de 30% a 40%. Já os dados referentes à população idosa são mais restritos, com menos de 15%.

Isso demonstra que existe uma predominância de jovens e crianças nos Assentamentos Rurais. É importante destacar também, a significativa participação de adultos, indicando uma população em idade ativa para o trabalho. Verificamos um baixo percentual de idosos, o que de certa forma reflete a baixa expectativa de vida do brasileiro que mora no campo.

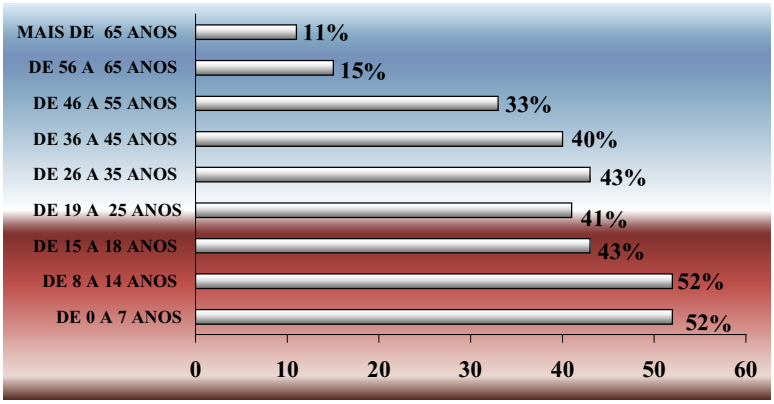


Gráfico 17 – Faixa etária das famílias assentadas do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

A exposição feita até aqui sobre os aspectos populacionais, são por nós consideradas como importantes para entendermos o contexto das condições de vida dessas famílias assentadas. Nesse sentido, uma outra questão abordada foi o ramo econômico da atividade principal na qual o assentado está inserido. A maior parte deles, como esperávamos, respondeu que está integrados à atividades agropecuárias, com um percentual de 87% (Gráfico18); também encontramos pessoas trabalhando em comércio e serviços, com 9%; e na indústria, com 4%.

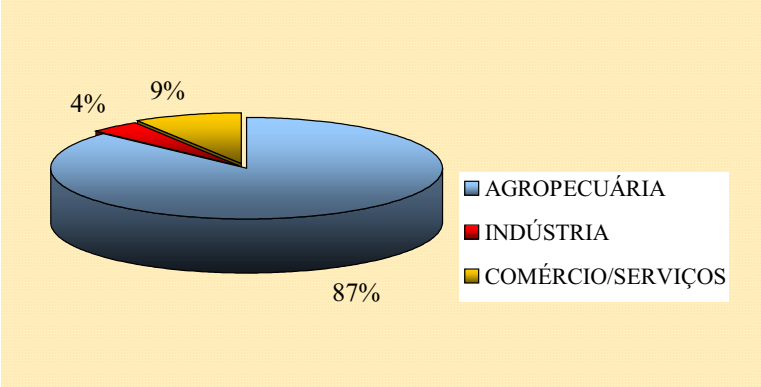


Gráfico 18 – Ramo de atividade principal dos assentados do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Considerando que a maioria dos agricultores trabalha no Assentamento, em agricultura de subsistência, estes não conseguem obter uma renda suficiente para sobrevivência da família, sendo necessário procurar uma outra fonte de renda além das atividades agropecuárias. Desse modo, perguntamos às lideranças sobre a existência de assentados trabalhando fora do Assentamento. De acordo com as respostas das lideranças, 59% dos assentados possuem algum trabalho dessa natureza devido à falta de opção no Assentamento. Isso indica que a atividade produtiva não é suficiente para a reprodução social dos assentado; necessita, pois ser melhorada e, consequentemente, ser ampliado o valor da

renda obtida por família, uma vez que, sequer, em muitos casos, não estão sendo proporcionadas as condições mínimas de sobrevivência.

É de conhecimento público a existência de documentos escritos que registram essa questão. Um deles é o Plano Regional de Reforma Agrária (INCRA, 2004, p.20), elaborado recentemente pelo INCRA, que salienta o seguinte aspecto sobre o trabalho fora do Assentamento:

> Em face da precariedade das condições de vida que são submetidas a população rural, quando não dispõe dos meios básicos para tornar a terra produtiva, a alternativa que lhes restam é vender sua força de trabalho para os proprietários de terras, através do trabalho alugado.

O trabalho fora do Assentamento é apresentado como uma alternativa de sobrevivência. A principal forma de trabalho encontrada pelos assentados que trabalham fora é o chamado trabalho alugado, o qual que consiste no seguinte: o valor pago pelo trabalho executado em outras propriedades é pago por dia de serviço prestado, que geralmente é um valor irrisório; varia de R$ 5,00 a R$ 10,00 por um exaustivo dia de trabalho, ou seja, realmente o trabalhador aluga sua força de trabalho em outras propriedades, conforme citado por 37% dos entrevistados (Gráfico19). Também foi citada pelas lideranças a questão dos agricultores que moram no Assentamento e trabalham na cidade[7], com 25% ,e outros tipos de atividades geralmente em outros municípios, com 38%.

Isso porque só conseguem plantar durante o período de “inverno” e o restante do ano é preciso trabalhar em outros locais. Existem ainda aquelas pessoas que trabalham como funcionário público municipal, principalmente nas escolas dos Assentamentos, uma vez que estas criam uma demanda por pessoas de melhor qualificação para assumirem as condições de professor dentro do Assentamento. É bem sabido que há uma certa dificuldade na ocupação

de tais cargos ou funções na zona rural, por pessoas que moram na zona urbana. Por outro lado, esse é um fato interessante tendo-se em vista que os professores por serem do Assentamento têm uma consciência da realidade socioespacial de sua atuação, o que não acontece quando se trata de alguém que não mora ou não está familiarizado com tal realidade.

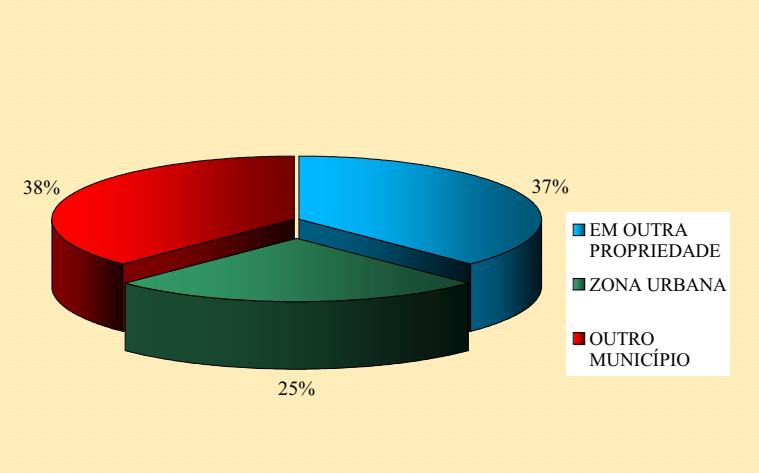


Gráfico 19 – Local de trabalho principal dos assentados do RN que trabalham fora do Assentamento.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Outras atividades econômicas são exercidas pelos assentados fora dos Assentamentos, podendo-se destacar: a produção de carvão, o corte de lenha, o trabalho em caeiras (destacando-se o Assentamento Vivará, em João Câmara) e extração de pedras (no Assentamento Boa Vista, em Lages/Jandaíra). Alguns assentados nos relataram que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não é favorável ao desenvolvimento destas atividades, mas em alguns casos é a única alternativa de uma fonte de renda.

Uma significativa parcela de agricultores dos Assentamentos de Mossoró e de outras localidades nas proximidades de Baraúna trabalham nas empresas de fruticultura

[7] No Assentamento Solidão foi citado o caso de assentados que trabalham na fábrica de cimento de Mossoró, e no Alto da Felicidade os que trabalham em empresas de carcinicultura em Pendências e, ainda, para empresas que prestam serviço à Petrobrás, em Alto dos Rodrigues.

existentes nos municípios de Assu, Baraúna e Ipanguaçu, tais como Delmonte, Directive e Finobrasa. Outra parcela de trabalhadores se dedica a outras atividades, como: apicultura, autônomo (refere-se à prestação de pequenos serviços como consertos de pneus), comerciário, costureira, diarista, empregada doméstica, faxineira, frentista, funcionário público (Assistente de Serviços Gerais - A.S.G - professor, vigilante), lavadeira de roupas, marceneiro, mecânico, motorista, queijeiro, padeiro, pedreiro, pescador, servente, vendedor. Essa lista sugere a inserção desses agricultores em trabalhos de baixo rendimento, que são pouco exigentes de escolaridade.

Mesmo de forma incipiente, com este quadro de referência, podemos apontar para os indícios da pluriatividade nos Assentamentos Rurais, entendida a partir do desenvolvimento de atividades não-agrícolas por populações que estão inseridas no meio rural e que também trabalham com agricultura.

Essa breve exposição do trabalho dos assentados e da composição familiar feitas anteriormente, é imprescindível para entendermos os aspectos relacionados ao nível de renda familiar, que por sua vez está diretamente vinculado ao nível de escolaridade e às oportunidades que o Assentamento oferece. Constatamos que a grande maioria das famílias sobrevive com menos de 1 salário mínimo (Gráfico 20), correspondendo a 43% dos entrevistados; 28% dos entrevistados afirmaram ter uma renda familiar mensal de 1 salário mínimo, enquanto 20% dos mesmos afirmaram ter uma renda mensal de 1 a 2 salários. O índice de famílias sem renda foi de 7%, bem superior ao índice daqueles assentados que possuem uma renda familiar acima de três salários mínimos, que foi de apenas 2%.

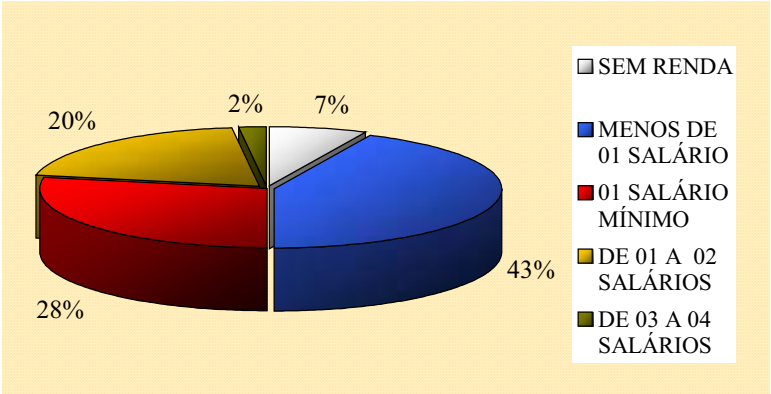


Gráfico 20 – Renda mensal familiar da população assentada do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Embora algumas ressalvas precisem ser efetuadas com relação a esses índices, pois alguns assentados escondem a verdadeira renda familiar. Contudo, podemos dizer que a renda mensal familiar dos assentados é insuficiente para a reprodução social das famílias, se tivermos em vista que são famílias numerosas, como já foi exposto anteriormente.

Vale salientar que em 64% das residências entrevistadas há pessoas que ajudam na renda mensal da família, muitas vezes são parentes, os quais não moram no Assentamento. Desse total, 30% (Gráfico 21) das contribuições são provenientes do cônjuge, 21% de filhos, 11% de parentes aposentados e 2% recebem ajuda de parentes como sogras e genros, dentre outros.

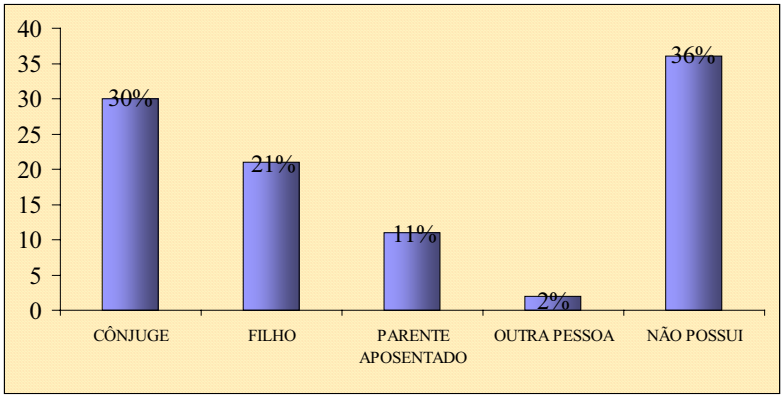


Gráfico 21 – Parentes que contribuem com a renda mensal das famílias assentadas do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Como um complemento de renda também é importante, a contribuição advinda das chamadas políticas compensatórias implementadas pelo Governo Federal -"bolsas"- como Vale Gás e Bolsa Escola, que apesar de irrisórias são repassadas mensalmente. No entanto, há nos Assentamentos algumas famílias beneficiadas e outras não, o que pode sugerir diversas interpretações, desde a irregularidade desses Programas, até as preferências políticas eleitorais, uma vez que o cadastramento para tais políticas acontecem, quase sempre, no âmbito das determinações locais.

4.3 CONDIÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS E PRESENÇA DE SERVIÇOS

O surgimento de Assentamentos requer a criação de um conjunto de infra-estrutura como escolas, postos de saúde, instalação de energia elétrica, dentre outras necessidades. Por outro lado, temos a convicção de que são os poderes públicos os diretamente responsáveis pela prestação ou ausência destes serviços. Quando não atendidas, até certo ponto, as condições infra-estruturais tornam-se empecilhos para viabilização do desenvolvimento nos Projetos de Assentamento.

Neste próximo item, nos debruçamos sobre variáveis concernentes à eletrificação, iluminação pública, abastecimento d'água, condições de moradia, acesso à comunicação, serviços de educação e saúde, presença de áreas de socialização e comércio. Cada uma

delas merecendo ser especificada para uma melhor análise da qualidade de vida das famílias assentadas.

4.3.1 Eletrificação e iluminação pública

A energia elétrica está presente na totalidade dos Assentamentos, ou seja, com um índice de 100%. Mas isso não significa dizer que não existam famílias sem energia elétrica, pois encontramos alguns casos de residências que tiveram seu fornecimento de energia cortado, por falta de condições para efetuar o pagamento, tal qual é o caso das residências do Assentamento Solidão em Mossoró.

A maior parte dos assentados entrevistados possui energia elétrica o que resultou em 98% das residências com instalações elétricas. Mas não é por que o Assentamento não seja eletrificado e sim por falta de condições de efetuarem o pagamento que tiveram o seu fornecimento de energia cortado. De certa maneira, isso reflete a carência existente internamente nos Assentamentos.

O elevado número de Assentamentos com energia elétrica instalada não se repete quando questionamos acerca da iluminação pública, pois somente 15% dos Assentamentos contavam com acesso a esse serviço, na época da pesquisa de campo; isso corresponde aos Assentamentos Paraná, Potengi, Remédio e Seridó. Em alguns deles, verificamos situações em que havia a existência dos postes nas agrovilas, mas a rede não estava instalada, na maioria das vezes por questões políticas que se tornaram entraves para que a instalação fosse finalizada. Podemos ilustrar esta situação citando exemplos, como é o caso do

Assentamento Boa Vista, localizado em Lages/Jandaíra, no qual a prefeitura cobrava dos assentados taxa de iluminação pública sem esta existir; e do Assentamento Lagoa Nova I, localizado em Riachuelo, que o candidato a prefeito havia prometido a iluminação do Assentamento na época da campanha e depois não cumpriu.

Assim, a presença de energia elétrica, para nós não representa necessariamente uma preocupação por parte do Estado para com os assentados, mas é uma forma do Estado criar as condições, mesmo que mínimas, de instigar o consumo nessas áreas. Certamente é a existência da energia elétrica que favorece e contribui para a compra de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos.

4.3.2 Abastecimento d'água

O acesso à água potável é algo indispensável para que qualquer cidadão tenha uma vida saudável. Em nossa pesquisa, verificamos que o abastecimento d'água nos Assentamentos é um dos problemas mais graves enfrentados pelos assentados, sobretudo com relação à água utilizada para beber e cozinhar, as dificuldades encaradas diariamente pela população são inúmeras. As famílias reclamam da qualidade da água de muitos poços que são fontes abastecedoras importantes para consumo humano. Segundo depoimento, "a água é muito salgada" por isso vão à procura d'água em outras comunidades. Uma solução para esse problema, apontada pelos próprios assentados, seria a instalação de dessalinizadores nos Assentamentos, por intermédio do Poder Público, já que a população poderá não ter condições para arcar com as despesas de manutenção deste equipamento.

Pesquisamos também aspectos relacionados à fonte de abastecimento principal dos Assentamentos e constatamos que a maior parte destes é abastecida por poços tubulares, o que

representa em termos percentuais 48 %[8] (Gráfico 22), mas também temos situações mais precárias, nos quais os Assentamentos são abastecidos por carros-pipas, com 19%. Alguns Assentamentos são abastecidos diretamente por adutoras, cerca de 15%, enquanto os Assentamentos que têm pequenos açudes como fonte principal correspondem a 7%. A seguir procuramos deixar mais claro essa diferenciação de forma de acesso a água para consumo (Figura 05).

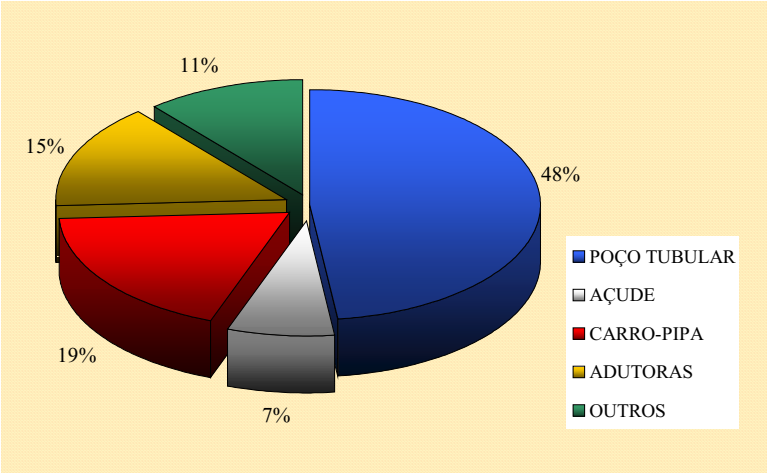


Gráfico 22 – Fonte de abastecimento d'água principal existente nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Um número que se aproxima de 11% dos Assentamentos utiliza outras formas de abastecimento, como cacimbas, cacimbões[9], ao passo que outros assentados obtêm água de outras formas, por exemplo: em algumas agrovilas que ficam bem próximas da zona urbana as famílias vão buscar água em casas de parentes que moram na cidade. Essa situação foi encontrada na agrovila I,do Assentamento Espinheiro, no município de Bento Fernandes.

[8] A existência de um poço tubular no Assentamento não simboliza que ele não tenha problema de abastecimento, como é o caso do Assentamento Primeira Lagoa, em Ceará-Mirim, pois o poço fica distante do núcleo habitacional e as pessoas vão pegar água em carroças ou jumentos.
[9] São poços rudimentares com cerca de 10 a 15 metros, cavados manualmente pelas famílias, nos quintais de suas residências e que ficam descobertos; a água é puxada por uma corda. Estes também são chamados de poços amazonas, foram encontrados em algumas agrovilas do Assentamento São Sebastião localizado em Ceará-Mirim. Neste Assentamento, a única agrovila que possui um poço é a III, mas não é suficiente para o abastecimento.

Figura 05 - Algumas formas de abastecimento d'água existente em diversos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): São Pedro, em Pedra Preta, Potengi, em Serra Caiada, Primeira Lagoa e São Sebastião, em Ceará-Mirim.

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Embora a figura anterior não expresse dados mais específicos dessa precariedade, dentre os Assentamentos com problemas relacionados ao abastecimento d'água, o que mais nos chamou atenção foi o Assentamento Barbaço, localizado entre os municípios de Japi e

Monte das Gameleiras. O único reservatório existente no Assentamento citado, na época da pesquisa de campo, era um pequeno açude que estava quase seco (Figura 06). A água era transportada por jumentos; segundo os moradores já houve tentativas de perfuração de poços no local, mas sem sucesso. Chegaram a perfurar 60m de profundidade e não encontraram água. Quando visitamos o Assentamento pela segunda vez, em dezembro de 2003, o açude havia secado; o exército estava distribuindo água em um carro-pipa, através da cisterna da escola. Acrescenta-se ainda que os assentados, através de mutirão, estavam construindo cisternas em suas casas, procurando, dessa forma, prepararem-se para épocas futuras.

Figura 06 – Forma de abastecimento d'água encontrada no Assentamento Barbaço, em Japi/Monte das Gameleiras: açude (à direita) e construção de cisterna (à esquerda).
Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Contrariando o quadro acima mencionado, encontramos Assentamentos que não enfrentam graves problemas concernentes ao abastecimento d'água, uma vez que possuem diversas fontes de abastecimento, tais como açudes, poços, cisternas; e ainda detêm dessalinizadores (Figura 07), os quais contribuem para a melhoria da qualidade da água a ser consumida. É o caso dos Assentamentos Remédio, em Umarizal e Seridó, em São José do

Seridó. Neste primeiro, inclusive, estão construindo uma barragem subterrânea para produção de arroz.

Figura 07 –Dessalinizador do Assentamento Seridó, localizado em São José do Seridó.
Foto: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Além da fonte de abastecimento principal, gostaríamos de evidenciar a existência de água encanada nos Assentamentos, e constatamos que 67% deles não apresentam água encanada, utilizando formas diversas de abastecimento. Muitas vezes os assentados transportam a água "de galão" ou em carroças puxadas por bois. Essas informações nos mostram a precariedade das formas de acesso a esse bem natural e ao mesmo tempo mostra ser necessário esclarecermos que, apesar de alguns Assentamentos com água encanada, não significa dizer, pois, que toda população do Assentamento tenha acesso a essa água, visto que encontramos alguns casos em que apenas parte do mesmo é abastecida, principalmente quando este possui muitas agrovilas.

Um dos motivos que explica isto é o fato de alguns Assentamentos possuírem suas agrovilas situadas em áreas territoriais de municípios diferentes. Evidenciamos esta situação no Assentamento Alto da Felicidade, dividido em 4 agrovilas e das quais somente 3 possuem água encanada; estamos nos referindo às agrovilas localizadas em Afonso Bezerra. O núcleo

habitacional III, conhecido pelos assentados como Barrocas, localizado em Pendências, é o local onde a população enfrenta os maiores problemas com o abastecimento d'água, geralmente vão buscá-la água em carroças, nas comunidades próximas.

> Ouvimos vários depoimentos de assentados que explicitavam que as prefeituras se negavam a atender às reivindicações deles. A participação do município nos Assentamentos é fundamental; porém, algumas prefeituras dão apoio e outras não. Há algumas situações ditas pelas lideranças que precisam ser divulgadas. Por exemplo: o Assentamento Boa Vista está localizado entre os municípios de Lajes e Jandaíra, possui um poço tubular, mas a água de beber é proveniente de carro-pipa. Segundo a liderança entrevistada, o prefeito de Lajes (onde fica a maior parte do Assentamento) foi procurado pelos assentados que reivindicaram a necessidade do carro-pipa e receberam uma resposta negativa do prefeito. Existe um carro-pipa que abastece o Assentamento duas vezes por semana, colocando a água à disposição da população e também na cisterna da escola feita pelo prefeito do município vizinho de Pedra Preta, porque em geral o preço de um carro-pipa varia de R$ 20,00 a R$ 30,00 e os assentados não têm condições para isso.

Embora o órgão principal responsável pelos Assentamentos seja de âmbito federal, no caso do INCRA, nada impede que as gestões estadual e municipal contribuam para o desenvolvimento dos Assentamentos, pois somos conscientes de que alguns problemas não podem ser resolvidos na esfera municipal.

A falta de interesse da gestão municipal se vê não só nos Assentamentos, mas em toda a área rural. Isso passou a ser evidenciado com maior continuidade após a elevada urbanização ocorrida no país, fazendo com que as Políticas Públicas se destinem prioritariamente para a área urbana. Segundo alguns assentados, eles só são procurados em época de campanha eleitoral e, após esse período, as promessas feitas por prefeitos e vereadores para as melhorias nos Assentamentos são "esquecidas". Apesar disso, os

prefeitos expõem que falta uma completa interação entre INCRA e Prefeitura, o que dificulta a ação de algumas medidas.

Segundo alguns prefeitos, no momento de implantação dos Assentamentos, a administração municipal é totalmente ignorada. Entretanto, quando as famílias estão assentadas e as demandas e problemas começam a emergir, há então a solicitação da participação da gestão municipal. Entendemos que esta é uma das questões dentro da problemática que precisa ser rapidamente resolvida. Se não existem ações de interação entre as duas instâncias: Federal – representada pelo INCRA e municipal, representada pelos prefeitos, é interessante que passe a ocorrer o mais rápido possível, pois não se concebe uma grande parcela da população ficar à mercê de favores de caráter tão somente eleitoreiros. A Reforma Agrária tem que ser o caminho para a cidadania, se não for por esta via não tem sentido toda a luta até então travada para fazê-la acontecer.

4.3.3 Condições de Moradia

A condição de moradia se constitui um dado significativo no processo de construção da cidadania de um povo. Nos Assentamentos, investigamos aspectos relativos à condição habitacional do assentado, relacionados à situação domiciliar destes, o tipo de construção, número de cômodos, existência de banheiros, saneamento básico e acesso a bens de consumo duráveis. Entendemos que tais aspectos são fundamentais para a qualificação de moradia de um dado povo.

Acerca da situação residencial do entrevistado no Assentamento, 92% deles são assentados e os demais moram em casas cedidas. Estes geralmente estão ocupando casas que eram de parentes ou pessoas conhecidas que desistiram do Assentamento e ainda não estão cadastrados regularmente.

Considerando o padrão de construção, podemos dizer que as habitações são razoáveis, uma vez que a quase totalidade das residências são de alvenaria (Figura 08), com um indicador de 99%, tendo-se sido encontradas poucas casas que possuem algum cômodo de taipa, geralmente isso ocorre quando os assentados querem fazer uma ampliação em suas casas (que eles chamam de puxada), mas não têm condições; geralmente eles constroem a partir de uma mistura de argila com outros materiais, ficando popularmente conhecida como barro, taipa ou até mesmo "bufete". Em outras situações, era o filho do assentado que casava e construía sua residência ao lado do pai. Essa casa de taipa, geralmente construída como vizinha, serve para abrigar a nova família que começa a se formar com o casamento de um dos filhos do assentado, geralmente do sexo masculino, pois tradicionalmente o homem quando casa se mantêm no âmbito da família, devendo a mulher acompanhar o seu esposo.

Figura 08 - Algumas habitações existentes em diversos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): Seridó em São José do Seridó, Monte Alegre, em Upanema, São Sebastião, em Ceará-Mirim e Santa Clara II, em Cerro Corá.

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Apesar da maioria das residências serem de alvenaria, isso não significa dizer que não haja precariedade em algumas habitações. Nos Assentamentos mais antigos, a falta de condições financeiras dos moradores não permite que alguma reforma na casa seja efetuada (Figura 09). Como resultado, temos residências em condições físicas deploráveis, fato que repercute nas condições diárias da própria família.

Figura 09 – Residências de Assentamentos de Mossoró: Solidão (à direita) e Hipólito (à esquerda).

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Com relação ao número de cômodos existentes na casa, 14% dos entrevistados responderam que sua residência possui de 2 a 4 cômodos (Gráfico 23), 78% responderam possuir de 4 a 6 cômodos; e apenas 8% responderam possuir mais de 6 cômodos.

Em alguns casos, quando a família era muito numerosa, o tamanho da casa tornava-se insuficiente, pois o padrão residencial adotado não leva em consideração o número de membros da família, sendo necessárias as "puxadas". Nessas situações, entra em cena a taipa, moradia essa que pode trazer danos à saúde da população, haja vista que já ficou constatado que a casa de taipa é um ambiente propício à proliferação do barbeiro, inseto transmissor da doença de Chagas. Há também os casos das pessoas que, com seus próprios recursos, conseguem fazer uma ampliação em suas residências.

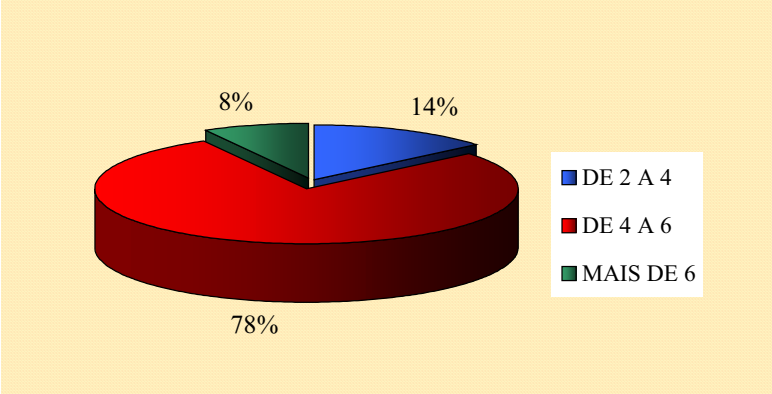


Gráfico 23 – Número de cômodos por domicílio nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Algo de extrema importância numa residência é a existência de banheiros no domicílio. Cerca de 97% das residências pesquisadas possuem banheiro. Mas é preciso tecer algumas considerações mais aprofundadas sobre o tipo de banheiro existente, para que não nos deixemos enganar pelos dados colocados e, desse modo não tecermos conclusões errôneas, que está tudo bem. Para tanto, resgatamos a definição de banheiro adotada pelo IBGE, nos Censos, que considera banheiro como sendo a estrutura destinada para banho e necessidades fisiológicas e que possui vaso sanitário e chuveiro.

Desse modo, faz-se necessário um maior esclarecimento sobre a estrutura interna dos banheiros, a situação não é tão favorável quanto parece. Do total de residências entrevistadas que apresentaram banheiro, apenas 6% delas possuem vaso sanitário e chuveiro; nas demais, existe apenas o vaso sanitário ou até mesmo só o cômodo de alvenaria destinado ao banho, que geralmente utilizam tanques de cimento ou potes de barro, ou até mesmo vasilhames de plástico para armazenar água, prevalecendo o famoso "banho de cuia". Baseando-nos naquela descrição de banheiro do IBGE, podemos dizer que os banheiros encontrados nos Assentamentos possuem uma infra-estrutura deficitária. Porém, é bom salientar que na maioria dos Assentamentos não existe água encanada, dificultando ainda mais a instalação desses chuveiros, e uma boa qualidade nesse setor da residência.

Com relação à existência do saneamento básico, nos Assentamentos, este é totalmente inexistente; predomina o sistema de fossas. Isto é, 97% das residências possuem fossas comuns para acumular o escoadouro desses vasos, e as demais residências que não possuem vasos, deixam esses detritos em valas ou a céu aberto. Queremos deixar aqui registrado que em algumas residências as famílias nos relataram que não usavam mais o banheiro porque a fossa estava estourada.

Além da estrutura física da casa, preocupamos-nos também em abordar alguns elementos indicadores que explicitam certo nível de conforto interno. Privilegiamos, então, o acesso a bens de consumo duráveis que irá, de certa forma, refletir o nível de renda familiar. O item que teve o índice mais elevado, com 76% (Gráfico 24) foi o fogão a gás. Ressalta-se, porém, que a existência de fogão a gás no domicílio nem sempre é indicativo de que ele esteja sendo utilizado; isso porque algumas famílias elucidaram não terem condição de comprar o gás de cozinha. Nesse sentido, o fogão a lenha ainda é de grande importância nos Assentamentos. Essa situação pode ser evidenciada a partir do seguinte depoimento:

Tenho um fogão a gás na minha casa mas não uso porque o bujão é muito caro pra mim, é melhor usar carvão. O dinheiro de comprar um bujão dá pra fazer uma feira (informação verbal[10]).

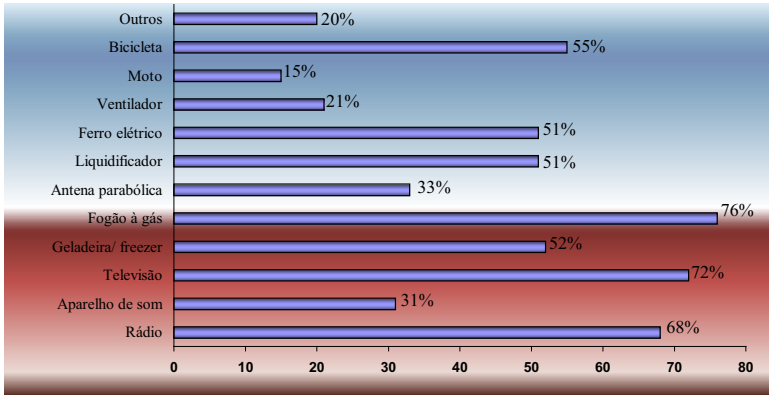


Gráfico 24 – Principais bens de consumo existentes nas residências das famílias assentadas no RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Além do fogão a gás, o segundo item mais apontado foi a televisão, encontrada em 72% dos domicílios, seja a cores ou preto e branco. A televisão tornou-se um meio de comunicação de massa importante, constituindo-se uma fonte de informação e diversão para os assentados. Por isso, podemos considerá-la até como uma forma de lazer. Tendo em vista a péssima qualidade do sinal de reprodução televisiva que é distribuído para o interior do Estado, a TV gerou a necessidade da antena parabólica (Figura 11), existente em 33% das residências dos Assentamentos visitados.

10

Figura 10 – Residências com antena parabólica nos Assentamentos Boa Vista, em Lajes/Jandaíra (à direita) e Sítio de Góis, em Apodi (à esquerda).
Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Mesmo com a grande incidência de TV, o rádio (AM e FM) ainda é muito utilizado nos Assentamentos como um veículo de informação e diversão. É encontrado em 68% das residências. Outros bens de consumo que também devem ser mencionados, pela importância são as bicicletas e motos. Tal opção de meio de transporte é perfeitamente justificada pela precariedade dos meios de deslocamento aos quais estão submetidas as populações dos Assentamentos.

Merece ser destacada a presença de outros itens como geladeiras, ferros elétricos, liquidificadores, aparelhos de som e ventiladores. Além dos que já foram elencados, podemos mencionar outros tipos de bens de consumo duráveis, encontrados em menor número, em algumas residências, tais como automóveis, batedeiras, filmadoras, máquinas fotográficas, vídeocasssetes, tanquinhos e telefones celulares.

Esse breve quadro de análise nos dá um indicativo do baixo poder aquisitivo da população assentada, já que muitos dos itens citados já são considerados banais pela sociedade capitalista e até mesmo aqueles com valores inferiores a R$ 100,00 (como ferros elétricos, liquidificadores e ventiladores) estão presentes somente em 50% das residências, além daquelas que se apresentaram sem a existência de nenhum dos objetos indagados. Itens de um preço mais elevado, como é o caso dos computadores, foram encontrados somente nas sedes das associações de dois Assentamentos. Tal fato denota que a inclusão digital das populações dos Assentamentos Rurais ainda é algo para um futuro ainda distante. Do

contrário, somente se que ocorrer uma mudança radical na concepção do que seja Reforma Agrária, ou da Sociedade no seu conjunto.

4.3.4 Acesso à comunicação

Neste novo cenário mundial, a comunicação reveste-se de uma importância cada vez maior, principalmente quando levada em consideração a revolução causada pela emergência do meio técnico-científico informacional, que se caracteriza pela interação existente entre a ciência e a técnica. A informação rápida e eficiente é cada vez mais valorizada. Com isso em voga, os Assentamentos Rurais deveriam ser equipados com o mínimo de condições que propiciassem o acesso à comunicação.

Como vimos no sub-tópico anterior, a televisão se configura como um importante meio de informação nos Assentamentos Rurais, presente na maioria das residências, permitindo a comunicação do assentado com o mundo, muito embora tenhamos observado que a TV é utilizada mais como alternativa de lazer – novelas, programas musicais etc, do que como um instrumento de informação. Em se tratando de outras fontes de informação, como revistas e jornais, os assentados não têm acesso freqüente a esse tipo de material, tendo em vista que são caros. Inclusive, as escolas que deveriam ter acesso aos mesmos são também muito precárias.

No tocante ao acesso à Internet como meio de comunicação, isso é menos observado ainda, considerando que os Assentamentos não dispõem de computadores, conforme já foi mencionado.

Neste sentido, reveste-se de importância o acesso ao telefone público. Dos Assentamentos Rurais que foram pesquisados, em 63% constatou-se a existência de orelhão, inexistindo nos demais esse serviço. Porém, o que nos chamou a atenção é que, mesmo nos Assentamentos que possuem orelhões, a distribuição não é homogênea. Com isso queremos dizer que uma única agrovila pode concentrar todos os orelhões e as demais não possuírem nenhum, dificultando a comunicação dos assentados com seus familiares, ou até mesmo trazendo outros tipos de problemas.

Esse fato nos leva a pensar que nem sempre os problemas existentes nos Assentamentos são oriundos da falta de recursos, mas em algumas vezes refletem a falta de gerência. Para exemplificar, gostaríamos de notificar que no Assentamento São Sebastião, existem dois orelhões, concentrados na agrovila II, ficando as demais sem acesso a esse serviço. Esta situação também foi identificada no Assentamento Barbaço, no qual uma única agrovila tem mais de um orelhão e a outra não tem nenhum. Há algumas contradições existentes nos Assentamentos que seriam fáceis de se resolver, pois enquanto o PA Boa Vista não tem orelhão, no PA São Pedro**,** próximo a este existem três orelhões.

Procurando fechar essa discussão, fica claro, para nós que além das adversidades naturais e econômicas, as adversidades políticas são prejudiciais aos Assentamentos, uma vez que, de acordo com a fala de muitos dos entrevistados, as atitudes políticas são verdadeiros abismos, os quais precisam ser vencidos para que todos possam ter condições de vida melhores.

4.3.5 Educação e Saúde

Educação e saúde também são indicadores sociais responsáveis pela qualidade de vida da população, daí a necessidade de conhecermos com mais detalhes a existência e o funcionamento das escolas e postos de saúde nos Assentamentos, para sabermos se a população é suficientemente atendida por esses serviços.

Com relação à existência de escola, 78% dos Assentamentos possuem algum tipo de escola funcionando. Apesar disso, é preciso esclarecer de que tipos de escola estamos falando, mais especificamente, quais são as condições de funcionamento dessas escolas e, sobretudo qual o nível de ensino que estas atendem.

Referente aos níveis de ensino, a situação configurou-se da seguinte maneira: 91% (Gráfico 25) das escolas existentes são do ensino fundamental de 1º e 2º ciclos, em seguida foi citada a existência de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com 52%; escolas do ensino infantil, com 48%; e ensino fundamental de 5ª a 8ª série apresentou um índice reduzido de apenas 5%, mais precisamente em dois Assentamentos, que são o Santa Maria, em Ipanguaçu e o Antônio Conselheiro, em São Miguel do Gostoso.

Destacamos que as escolas existentes nos Assentamentos predominam no âmbito dos ciclos iniciais do ensino fundamental, e quer seja do ponto de vista infra-estrutural, quer seja do aspecto pedagógico, essas escolas são marcadas por grande precariedade no seu atendimento. De forma geral, apresentam um deficiente serviço de acesso à educação em vários níveis.

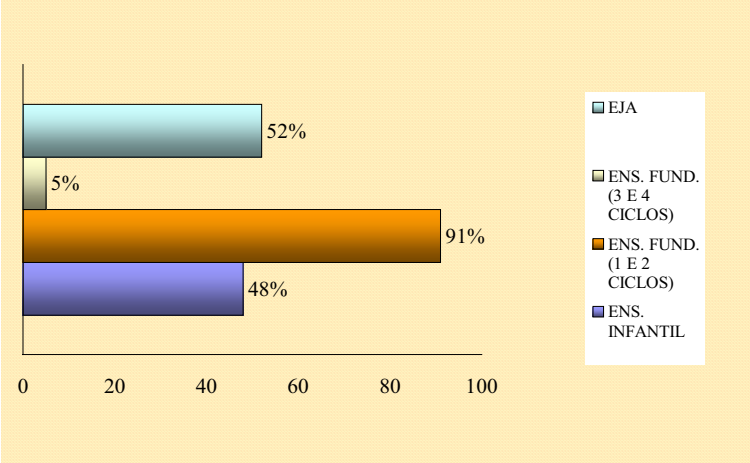


Gráfico 25 – Níveis de ensino das escolas existentes nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Como esclarecemos anteriormente, muitas dessas escolas apresentam uma estrutura de funcionamento deficiente, pois do total de escolas funcionando (Figura 11) somente 67% destas apresentaram estrutura própria, enquanto que os demais estabelecimentos de ensino encontram-se funcionando em estruturas físicas que não são apropriados para esse fim, isto é, estão em locais improvisados. Ficou claro nas entrevistas realizadas que há uma insatisfação da população com relação à inexistência de uma boa infra-estrutura educacional.

Nos Assentamentos onde as escolas não têm prédio próprio, geralmente elas funcionam nas sedes das associações, que muitas vezes também não têm uma sede construída para esse fim e já funciona em antigas casas ou na casa da própria liderança. Os alunos de 5ª a 8ª série e os que fazem o ensino médio geralmente vão estudar na zona urbana, deslocando-se em carros que são pagos pelas prefeituras.

O resultado do I Censo da Reforma Agrária (INCRA, 1996) demonstra que a maior parte dos assentados, no RN, possui baixo grau de instrução. Mais de 28% da população são constituídas por analfabetos, principalmente a população adulta. Contudo, podemos ressaltar que existe uma preocupação por parte do Poder Público quanto ao nível de alfabetização, pois vêm sendo desenvolvidas ações de capacitação, visando à alfabetização

de jovens e adultos por meio do Projeto Saber da Terra, coordenado pela UFRN, e outras entidades com recursos do Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária (PRONERA). De acordo com os dados fornecidos pela coordenação do PRONERA, no Rio Grande do Norte, até 2002, estavam integrados a este Projeto cerca de 58 Assentamentos Rurais distribuídos em 24 municípios, totalizando 71 turmas e 1.633 alunos.

Figura 11 – Estabelecimentos de ensino existentes em alguns Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): Paraná em Itaú, unidade de ensino infantil e escola do Potengi respectivamente, em Lagoa de Velhos, escola do Santa Clara II, em Cerro Corá.

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

O Rio Grande do Norte também está sediando, no município de Nova Cruz, o 1º Curso de Licenciatura em Pedagogia do Nordeste, uma parceria do INCRA, UFRN, e MST, possibilitando a formação de professores que moram em áreas de Assentamentos no Nordeste. O convênio foi assinado em outubro de 2002 e tem vigência até 2005, havendo alunos dos seguintes Estados: Alagoas (02), Bahia (07), Ceará (17), Rio Grande do Norte

(10, oriundos de 06 PAs), Paraíba (01), Pernambuco (08), Piauí (06), Sergipe (08), Maranhão (02) e do Pará (01), totalizando 62 alunos matriculados.

Essa carência na oferta de ensino se reflete de forma clara nos índices de escolaridade da população entrevistada, índice que se mostrou bastante baixo, principalmente com a população adulta: 31,9% dos entrevistados são analfabetos (Gráfico 26), 58,6% da população possui apenas o 1º grau incompleto, geralmente 2ª e 3ª séries. Apenas 4,8% dos entrevistados possuem o 1º grau completo; e com 2º grau, ainda que incompleto, encontramos somente 1,1%. Porém, com 2º grau completo encontramos 3,1% dos entrevistados, com 3º grau incompleto o índice foi de 0,2% e com 3º grau completo foi de 0,3%. Esses dados são preocupantes, indicando que é preciso efetuar mais políticas de combate ao analfabetismo, principalmente no tocante a Programas de alfabetização para adultos, tendo-se em vista que o maior índice de analfabetismo encontrado foi junto à população adulta, por não existir uma continuidade do ensino médio.

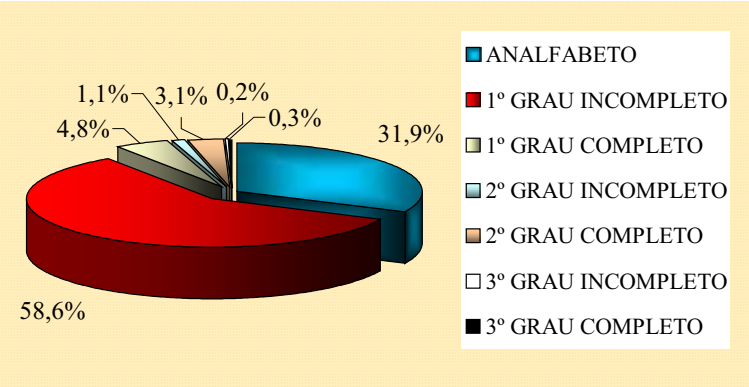


Gráfico 26 – Escolaridade dos assentados entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Essa nossa compreensão vem ser respaldada pelos dados obtidos; quando a questão é com relação ao número de filhos freqüentando escola, encontramos indicadores da seguinte maneira: famílias que não possuem filhos nas escolas, com 23% (essas famílias geralmente são formadas apenas de adultos e não possuem filhos em idade escolar ou então que

abandonaram os estudos); com 01 filho na escola temos 22% das famílias (Gráfico 27); com 02 filhos temos o mesmo índice de 22%; com 03 filhos temos 15%; e com mais de 04 filhos; temos 18,3% das famílias. Isso está relacionado ao elevado número de crianças e jovens existentes nos Assentamentos como pode ser evidenciado no item que trata da faixa etária, indicando que mais escolas precisam ser construídas nos Assentamentos.

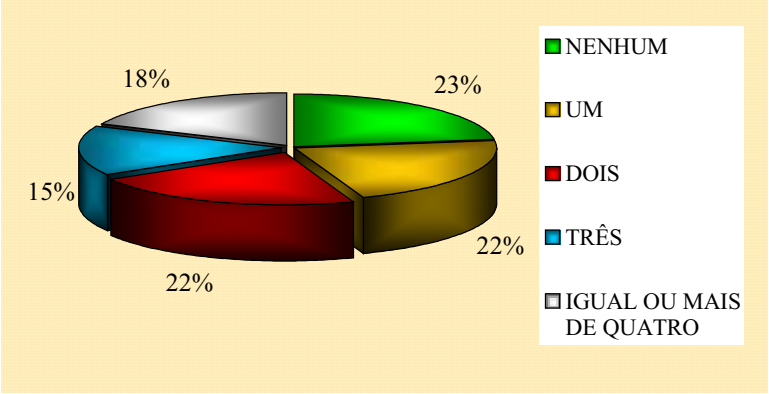


Gráfico 27 – Número de filhos de assentados do RN freqüentando escola.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

O número de filhos matriculados nas escolas vai refletir, em parte, o vínculo com algum Programa do Governo Federal. Cerca de 66% das famílias entrevistadas recebem alguma bolsa do Governo Federal, fazendo-se necessário esclarecer o tipo de Programa do qual essas famílias fazem parte.

Encontramos elementos desta natureza no Plano Regional de Reforma Agrária (INCRA, 2004, p.18), que ao analisar esse aspecto destaca: “O empobrecimento da população rural do Estado fez com que ela se tornasse mais dependente de outras fontes de renda, notadamente das transferências governamentais, na forma de pagamento de aposentadorias e pensões e outras formas de auxílio”.

O Programa mais citado entre as famílias foi o Bolsa Escola, presente em 62% (Gráfico 28) delas; também merece destaque o Vale Gás, com um alcance de 21%. Além destes se destacam o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Bolsa Renda. E em menor número, o Bolsa Alimentação e o Agente Jovem.

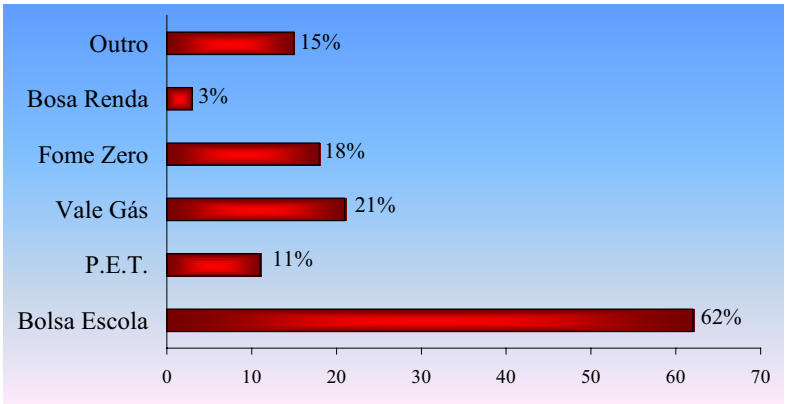


Gráfico 28 – Principais Programas do Governo Federal que os assentados do RN estão inseridos.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Percebemos também que esses Programas são muito mal distribuídos nos Assentamentos, pois existem famílias que concentram duas ou três bolsas, enquanto têm outras que não estão inseridas em nenhum desses Programas do Governo Federal. Dentro do próprio Assentamento há algumas agrovilas com um número de bolsas muito elevado enquanto outras agrovilas não possuem nenhuma.

Além da predominância de Programas como o Bolsa Escola e o Vale Gás, na análise acima ficou evidente a diversidade de Programas assistencialistas existentes nos Assentamentos, mas que também são encontrados no meio urbano. Ainda assim, tais Projetos não têm mostrado eficácia no sentido de melhorar as condições de vida da população. A renda mensal, advinda desses Programas, repassada aos assentados, não é capaz de reduzir a pobreza, por isso, é necessário a criação de políticas que realmente objetivem a reprodução

da Sociedade segundo uma concepção cidadã, com direitos e acesso à saúde, educação, lazer, dentre outros, como rezam os direitos sociais da Constituição Federal, no seu artigo 6º.

No tocante aos índices de saúde, podemos dizer que alguns Assentamentos ficam à margem da administração pública. Com base nos dados obtidos pela nossa pesquisa, podemos afirmar que a questão da saúde é um dos itens que mais revelam a precariedade das condições de vida dos assentados, precisando ser melhorado urgentemente. A ausência de posto de saúde é muito elevada, embora saibamos que isso não seja um problema específico dos Assentamentos, já que os municípios onde eles estão inseridos apresentam muitos problemas relativos a esse setor. A maioria dos Assentamentos não possui sequer o que poderíamos chamar de um mini-posto de saúde, (Figura 12), onde as emergências podem ser atendidas. Dessa forma, o que em dados expressa 86%[11], não têm qualquer acesso a atendimentos básicos como curativos e aplicações de injeções, ou até mesmo consultas médicas e odontológicas. Com isso, os assentados são obrigados a se deslocarem para comunidades rurais próximas, ou para a zona urbana, o que implica ter o dinheiro disponível para a passagem; ou pode acarretar um socorro tardio.

[11] O descaso é tamanho que até em Assentamentos como Alto da Felicidade e Zabelê, que possuem mais de 300 famílias, cada um deles, não existe nenhum posto de saúde, por mais simples que seja. E no Assentamento Ronda em Tangará existe o prédio construído do Posto de Saúde, mas o mesmo não funciona porque o prefeito do referido município alega não ter funcionário disponível para o mesmo.

Figura 12 – Postos de saúde dos Assentamentos Espinheiro (à direita), em Bento Fernandes, e Potengi, em Lagoa de Velhos (à esquerda).

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Dada essa realidade mencionada, tivemos a curiosidade de obter informações sobre a existência, no Assentamento, do atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF), que consiste numa equipe formada por um médico, dentista, enfermeiro e auxiliar de enfermagem, devendo atender, semanalmente, nos Assentamentos. O índice encontrado mostra que menos da metade dos Assentamentos são assistidos por esse Programa, o que representa 44%, enquanto a maioria, ao contrário, não possui esse atendimento. Na nossa compreensão, a inexistência desse serviço é mais um agravante da realidade dos Assentamentos, quando o tema em discussão é a saúde. Fica claro que há um descaso muito forte por parte dos responsáveis para com essa questão, séria e primordial, na Sociedade moderna. Tal serviço deveria ser estendido para todos os Assentamentos, já que pelo menos amenizaria a carência dos que não possuem posto de saúde.

Como elemento amenizador, quase todos os Assentamentos possuem agente de saúde, o que corresponde a 96%; e somente no Assentamento Sítio de Góis, em Apodi, este serviço não foi encontrado. Isto porque, a pessoa responsável havia desistido e ainda não tinha sido substituída. Perguntamos a opinião dos entrevistados, em vários Assentamentos, sobre a freqüência das visitas, e 50% deles nos responderam que ela é feita semanalmente. Também obtivemos respostas indicando uma certa irregularidade nessas visitas as quais também podem ser quinzenais, mensais e em outros períodos ainda mais longos; fazendo com que os entrevistados reclamassem significativamente dessa freqüência bastante intercalada. As visitas mais constantes são daqueles agentes que residem no próprio Assentamento.

No geral, podemos afirmar que o agente de saúde é o único serviço, nessa área de saúde que se faz presente de uma forma mais efetiva. Isto significa que temos nos Assentamentos precárias formas de atendimento na área de saúde, uma vez que os profissionais devidamente qualificados atuam geralmente na zona urbana das grandes cidades.

Outro aspecto importante, no contexto da saúde de uma Sociedade diz respeito ao tratamento e manejo dos resíduos sólidos. Esta não é somente uma questão de saúde, no sentido restrito da palavra, mas devemos considerar a amplitude e complexidade que o mesmo sugere, quer dizer, cultura, saúde, ambiente, economia etc.

Nos Assentamentos, objeto de nossa pesquisa empírica, o tratamento dispensado ao lixo é bastante diferenciado. Este aspecto está diretamente relacionado à saúde dos assentados, pois evitam transtornos, como a proliferação de insetos e outros animais que possam causar doenças à população. A maior parte dos Assentamentos investigados tem, em sua maioria, o lixo domiciliar produzido queimado no seu próprio quintal apresentando um índice de 70% (Gráfico 29). Isto porque existe a preocupação por parte dos assentados em eliminar esse lixo para evitar que o mesmo se espalhe pelo Assentamento, principalmente as sacolas plásticas, para impedir que algum animal as ingira acidentalmente e venha a morrer.

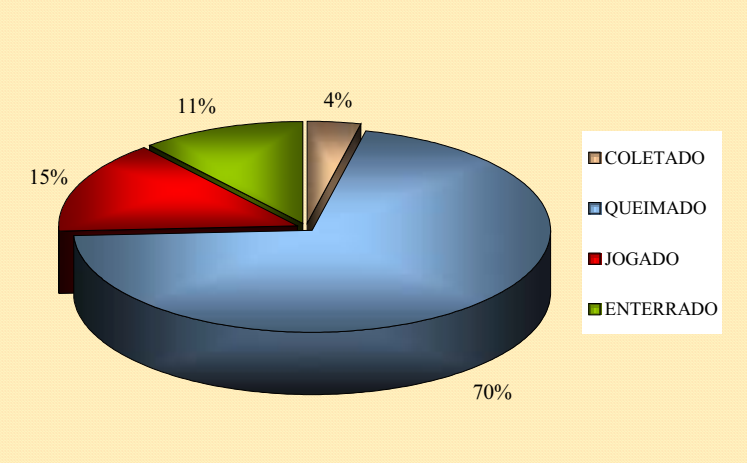


Gráfico 29 – Destino do lixo produzido pelas famílias assentadas do RN.

Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Os demais buscam outra forma para se livrar desse lixo: em 15% dos Assentamentos o lixo é jogado em terrenos baldios no próprio local; 11% enterram o lixo, geralmente em buracos feitos nos quintais de suas residências. Um único Assentamento, o que corresponde a 4%, apresentou a existência de coleta de lixo efetuada pelo Poder Público. Trata-se do Assentamento Seridó, localizado no município de São José do Seridó. Todavia, gostaríamos de registrar que esta coleta é feita semanalmente, mas não ocorre na totalidade do Assentamento. È recolhido somente o lixo das casas que ficam nas agrovilas, que constituem agrupamentos de casas localizados próximos a infra-estrutura existente nos Assentamentos como escolas, postos de saúde e etc, mas a coleta não é efetuada nas casas dispersas que estão nos lotes, que também são os locais de plantação. É lamentável um percentual tão baixo de lixo coletado, pois existem Assentamentos que ficam muito próximos à zona urbana[12], inclusive com a BR passando ao lado, e que o Poder Público municipal não teria grandes despesas para implantar a coleta de lixo nesses Assentamentos.

No item qualidade de vida dos Assentamentos Rurais do RN, os pesquisadores que elaboraram o Plano Regional de Reforma Agrária (INCRA, 2004, p.28) chegaram à seguinte conclusão: "A análise do conjunto desses dados [...] alerta-nos para a urgente necessidade de recuperação da infra-estrutura nos PA, diante da constatação de que as famílias que moram nos PA ainda apresentam altos índices de deficiências das condições básicas de sobrevivência".

Durante o trabalho de campo, foi possível perceber inúmeras casas nos Assentamentos desocupadas, tendo-se em vista a desistência de assentados que alegam a precariedade das condições infra-estruturais, descritas anteriormente, como o principal fator desencadeante

da desistência dos assentados. Essas substituições são registradas em Atas durante as reuniões, mas só são legalizadas após a oficialização do INCRA. O novo morador assume as dívidas do anterior. Em alguns casos, essa substituição é feita com filhos de assentados e em outros as casas ficam fechadas.

São apontados vários fatores desencadeantes dessa desistência, como seja falta de abastecimento d'água, a inexistência de escolas para os filhos, os quais influem decisivamente no momento de se tomar a decisão de voltar para a cidade; e em alguns casos não vir morar no Assentamento[13]. Em alguns casos as lideranças não souberam precisar com exatidão o índice de desistentes, pois não têm registro. Este fato é preocupante, principalmente para aqueles que procuram compreender melhor a questão sociopolítica e econômica dos Assentamentos Rurais.

A desistência de morar no Assentamento é mais observada em áreas que apresentam grande precariedade das condições de vida, especialmente a de falta de recursos para os trabalhadores desenvolverem uma atividade geradora de renda dentro do próprio Assentamento, obrigando-os, por isso, a sair para trabalhar em outro local. Alguns mostraram-se revoltados com o descaso do Poder Público, principalmente das prefeituras que não atendem algumas reivindicações dos assentados por questões políticas. Entretanto, somos conhecedores que em muitos municípios as prefeituras fornecem transporte escolar para os filhos dos assentados estudarem na zona urbana, principalmente a partir do 3º ciclo do ensino fundamental e ensino médio, assim como professores para as escolas localizadas nos próprios Assentamentos.

O fato é que a grande maioria dos Assentamentos está localizada em municípios pobres, que têm como fonte de receita apenas o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o

[12] Podemos citar como exemplo o Assentamento Vivará.

que quase sempre é suficiente apenas para as despesas administrativas municipais, não lhes restando condições para implementação de políticas sociais sólidas que possam combater realmente todo esse quadro de miséria a que está submetida a população pobre, em especial aquelas que estão na zona rural.

O índice de desistência é muito heterogêneo dentro do próprio Assentamento. Algumas agrovilas têm o índice mais elevado que outras[14]. Quando o Assentamento é muito pobre, existe um grande número de casas desocupadas ou de pessoas que deixam o Assentamento e voltam para a cidade. Há casos também de pessoas que plantam na terra mas a família não mora no Assentamento[15]. Geralmente os assentados que já moravam no local e eram conhecedores das dificuldades são os que ficam mais tempo no Assentamento e permanecem até os dias atuais, como é o caso do Assentamento Barbaço. Para expressar um pouco da insatisfação com o Poder Público encabeçado pelo INCRA e também o descaso dos políticos, disseram o seguinte: O Barbaço está se sentindo abandonado pelo INCRA, só fica aqui quem tá acostumado a sofrer. Nem o prefeito nunca fez nada, o Real tem medo de nós (informação verbal[16]). Reclamaram da demora do INCRA no parcelamento dos lotes, impedindo-os de plantarem culturas permanentes.

É interessante notar que apesar de todas as dificuldades, descritas anteriormente, enfrentadas diariamente, muitos assentados se sentem felizes em morar e trabalhar no seu tão sonhado "pedaço de terra", sem patrão, sem relações de parceria exploratórias porque, segundo um assentado que conheceu a experiência de morar na cidade: o sertanejo nasceu

[13] Podemos exemplificar o caso do Assentamento Solidão, em Mossoró com 20 casas; e apenas 10 estão ocupadas.
[14] No Assentamento Alto da Felicidade, na agrovila IV denominada Macileza (localizada em Pendências) concentra-se o maior número de famílias e foi aí que encontramos o índice mais elevado de desistência.
[15] Essa situação foi colocada pelas lideranças dos Assentamentos Barbaço e Santa Clara II. Neste primeiro o Assentamento está localizado numa região pedregosa e com muitas serras, num relevo acidentado e com muitos problemas d'água e o segundo fica muito próximo a zona urbana de Cerro Corá, permitindo que a população faça isso.
[16] Entrevista com agricultor do Assentamento Barbaço em Japi/Monte das Gameleiras em 2003.

para ter os pés na terra. Gostamos tanto de morar no Assentamento que construímos a casa dos nossos filhos ao lado (informação verbal[17]).

4.3.6 Áreas de socialização como elemento de cidadania

O Assentamento não deve ser visto apenas como um espaço de produção agrícola mas também como uma comunidade que além de produzir, necessita de uma infra-estrutura que contemple aspectos relativos à saúde, educação, comunicação e que apresente outras atividades importantes para a reprodução humana, relacionadas à cultura e lazer, sobretudo porque existe nos Assentamentos um contingente considerável de jovens e crianças que precisam praticar atividades que proporcionem a diversão e até mesmo adultos e idosos que trabalham diariamente, necessitando de descanso. Acrescenta-se ainda que o lazer se constitui um direito social dos cidadãos brasileiros, garantido na Constituição e que deve ser cumprido.

Assim entendendo, procuramos averiguar junto às lideranças sobre a existência de algum tipo de área construída destinada ao lazer dos assentados. Em 59% dos Assentamentos, as lideranças notificaram algum tipo de área de lazer existente. Esse dado está longe de atender a real demanda dos Assentamentos. É necessário também esclarecer qual tipo de área de lazer é citada; estamos nos referindo a isso para que não fique a impressão de que é uma área bem estruturada (Gráfico 30).

[17] Entrevista com liderança da Associação do assentamento São Sebastião em Ceará-Mirim em 2003.

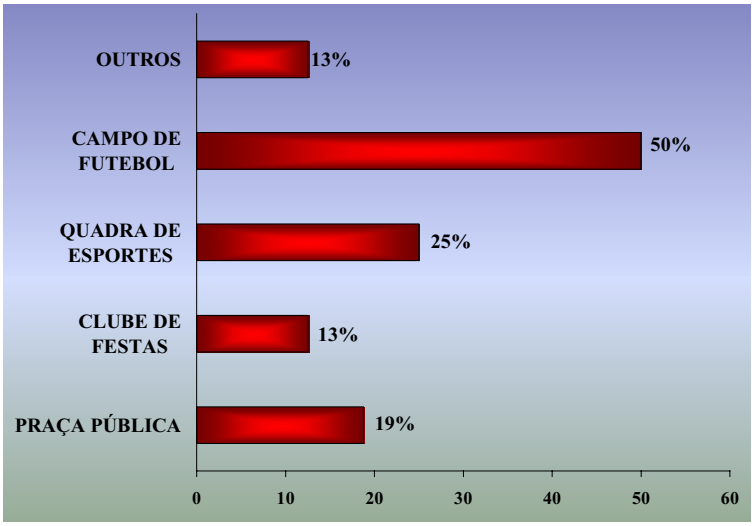


Gráfico 30 – Principais tipos de áreas de lazer existentes nos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Dos Assentamentos que foram citados com algum tipo de área destinada para lazer, cerca de 50% deles apresentaram como área tal um campo de futebol, mas é preciso que fique claro que esse campo a que os assentados fizeram referência não se trata de campo gramado com estrutura para platéia assistente (Figura 13).

Figura 13 – Áreas de lazer existentes nos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (de cima para baixo): campo de futebol no Boa Vista, em Lajes/Jandaíra, quadra de esportes do São Pedro, em Pedra Preta, praça do Antônio Conselheiro, em São Miguel do Gostoso, clube de festas do Zabelê, em Touros e casa de farinha do São Sebastião, em Ceará-Mirim.

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Na realidade, as lideranças se referem as áreas de terra batida que foram adaptadas pelos próprios assentados para jogarem "a pelada", nos fins de semana. Em 25% dos Assentamentos constatamos a existência de quadra de esportes, também sem infra-estrutura, mas que juntamente com o campo de futebol são espaços importantes para os assentados, uma vez que possibilitam o sonho e fantasia de um povo sofrido e trabalhador. É o que se exprime na fala da liderança entrevistada no Assentamento Marajó, a qual afirmou ser o seu time de futebol "o melhor da Região".

Um total de 19% desses Assentamentos possui uma pracinha no centro da agrovila principal, algumas delas já em péssimo estado de conservação, necessitando reformas e recuperações (Figura 14). Porém, a praça, mesmo em condições precárias, é um ponto importante de socialização dos Assentamentos. Podemos nos arriscar a dizer que é na praça

que tudo acontece. Outro espaço importante no processo de socialização existente nos Assentamentos diz respeito aos clubes destinados para festas, como da padroeira e outros acontecimentos comemorativos, encontrados em 13% dos Assentamentos pesquisados. Também foi evidenciado, em 13% das entrevistas, o campo de vaquejada e até mesmo casas de farinha, duas atividades que têm ligação muito forte com a base econômica do Estado. Embora a casa de farinha seja um espaço de trabalho, historicamente a farinhada, isto é, o momento de produção de farinha, se constitui como num espaço importante de troca de relações. Nesse sentido, a farinhada é também um momento de lazer.

Esporadicamente, os Assentamentos podem contar com outras situações peculiares atreladas ao lazer e ao entretenimento. É o caso da presença de circos ou parques, muito embora ocorram raramente. Durante a realização da pesquisa, encontramos no Assentamento Monte Alegre, em Umarizal, um pequeno circo instalado no local, cujo ingresso custava R$ 0,50, deixando as crianças muito empolgadas.

Figura 14 – Praça do Assentamento Hipólito, em Mossoró.

Foto: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Ainda no que diz respeito à área de socialização, destacamos o aspecto da religiosidade nos Assentamentos. Nem sempre é necessário que exista a Igreja para a religiosidade ser praticada, porque ela se manifesta de diversas formas. Essas manifestações

religiosas contribuem para socialização dos assentados, visto que se configuram como um marco que reúne as pessoas.

Em 41% dos Assentamentos pesquisados, encontramos a presença de templos religiosos, sejam de origem católica ou evangélica (Figura 15). Mas esse dado não é suficiente para expressar a importância da religiosidade nos Assentamentos. Em algumas de nossas entrevistas, conversamos com famílias que afirmaram o desejo de ver uma igreja construída no Assentamento e ainda não o fizeram por falta de condições. Desse total de Igrejas existentes, 64% são evangélicas, principalmente da congregação Assembléia de Deus, mas isso não significa dizer que a religião predominante seja a evangélica.

É comum nos Assentamentos que não possuem capelas, as pessoas freqüentarem missas em comunidades rurais vizinhas, ou celebrarem as missas ou cultos nas sedes das associações.

Figura 15 – Igreja Católica do Assentamento Barbaço em Monte das Gameleiras (à direita) e Igreja Evangélica do Assentamento São Sebastião, em Ceará-Mirim (à esquerda).
Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Outras manifestações religiosas podem ser observadas; como exemplo, podemos citar algumas situações observadas no Assentamento Ronda, em Tangará, quando na ocasião presenciamos um casal de idosos ouvindo a missa dominical pelo rádio; sua residência

apresentava vários quadros com figuras de santos, pendurados na parede (Figura 16). Outra demonstração interessante foi no Assentamento Santa Clara II, em Cerro Corá: em frente a uma residência existe uma "capelinha" de uma criança falecida. Acrescentamos ainda que no Assentamento Primeira Lagoa, localizado em Ceará-Mirim, existe um cemitério próximo a este; e no Assentamento São Sebastião, no mesmo município do anterior, existe uma Igreja católica e outra evangélica. Acrescenta-se ainda que em outros Assentamentos são comemorados, inclusive, as festas da padroeira da comunidade, como é o caso do Assentamento Seridó, localizado em São José do Seridó, que possui Santa Luzia como padroeira e a festa é realizada durante o mês de dezembro.

Todas estas constatações são formas de manifestação da religiosidade de um povo, que procura na fé e adoração dos santos acreditar que os sonhos, desejos e necessidades ainda podem ser alcançados, "esquecendo" assim dos reais motivos de toda uma história, que em alguns momentos chega a negar a própria vida.

Figura 16 – Representações de manifestações religiosas em Assentamentos Rurais do Rio Grande do Norte (da direita para esquerda): capelinha no Assentamento Santa Clara II em Cerro Corá, Cemitério no Assentamento Primeira Lagoa, em Ceará-Mirim e imagens no Assentamento Rond, em Tangará.

Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

A distância dos Assentamentos em relação aos centros urbanos, bem como a própria dinâmica interna, exigem uma demanda de produtos para o atendimento das

necessidades básicas que ora são atendidas no próprio local, ora são satisfeitas em outros mercados. Embora em 89% dos Assentamentos existe algum tipo de comércio interno (Figura 17), que atende tão somente às necessidades mais elementares.

Figura 17 – Comércio existente nos Assentamentos Rurais do RN: mercearia (à direita) no Assentamento São Sebastião, em Ceará-Mirim e bar no Assentamento Zabelê, em Touros.
Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Essa escassez de produtos abre espaço para uma forma de comércio bem específica, denominada então de "prestanistas". Trata-se de pessoas das cidades que utilizando carros ou motos vão até os Assentamentos venderem produtos diversos à população, como: roupas, calçados, utensílios domésticos, cosméticos, móveis, dentre outros artigos que necessariamente não fazem parte da lógica rural e são divididos em várias parcelas, mas com um preço bem superior aos das lojas que comumente vendem tais artigos.

Podemos arriscar dizer que esses "prestanistas" lembram os chamados "caxeiros-viajantes" que existiam no passado. A atividade comercial dos "prestanistas" ocorre com freqüência nos Assentamentos por não existir uma demanda suficiente para um estabelecimento comercial que ofereça esses tipos de produtos.

O tipo de estabelecimento comercial predominante nos Assentamentos foi o bar, com 54% (Gráfico 31) do total de entrevistas. Tal empreendimento não exige um grande capital para ser montado. Contudo, nos chamou a atenção que no regimento interno do Assentamento Sebastião Andrade, localizado em Macau, existe uma norma que proíbe a venda de bebidas alcoólicas internamente. Em 50% dos Assentamentos pesquisados existem pequenas mercearias, e em 42% destes as vendas são realizadas em pequenos barracos, que geralmente ficam em suas próprias casas. Todos os estabelecimentos encontrados nos Assentamentos são simples, pertencendo ao "circuito inferior da economia", assim denominado por Milton Santos. Acrescenta-se ainda que no Assentamento Santa Clara II encontramos a existência de um pequeno salão de beleza, que nos chamou bastante a atenção pela sua peculiaridade, uma vez que se trata de um serviço tipicamente urbano.

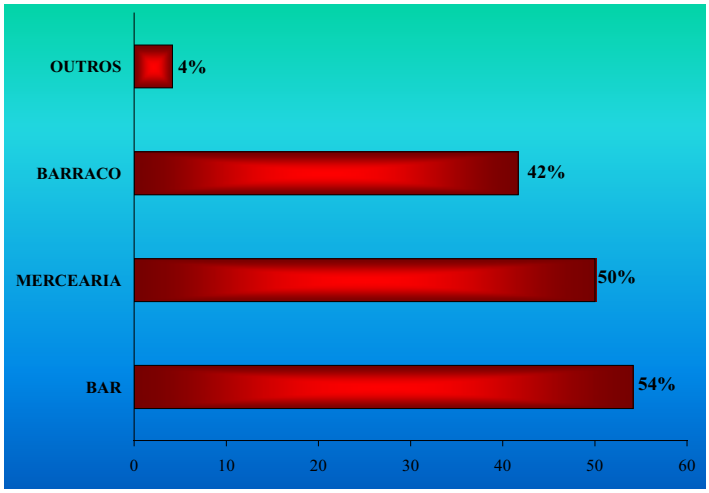


Gráfico 31 – Tipo de comércio existente nos Assentamentos.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Podemos constatar que os estabelecimentos comerciais existentes nos Assentamentos não dão conta de suprir todas as necessidades da população assentada. Desse modo, a maior parte das compras efetuadas pelos assentados é feita na zona urbana do município onde o Assentamento está inserido. Os supermercados são responsáveis por 60% (Gráfico 32) das

compras; e as feiras livres por 15%. Alguns dos assentados preferem fazer compras no próprio Assentamento, principalmente quando se trata de produtos alimentares, contemplando 13% das entrevistas, pois alegam economizar o dinheiro da passagem, enquanto outros preferem comprar noutro município, com 12% dos entrevistados. Isso porque alguns Assentamentos possuem agrovilas que são mais próximas da zona urbana de outros municípios. Existem carros dos Assentamentos que fazem a linha para a feira livre.

As pessoas que moram nos Assentamentos ainda são muito ligadas à prática da feira livre, ela é encarada como espaço de troca de informação e conhecimento. É também o espaço de venda do excedente agrícola, quando ocorre.

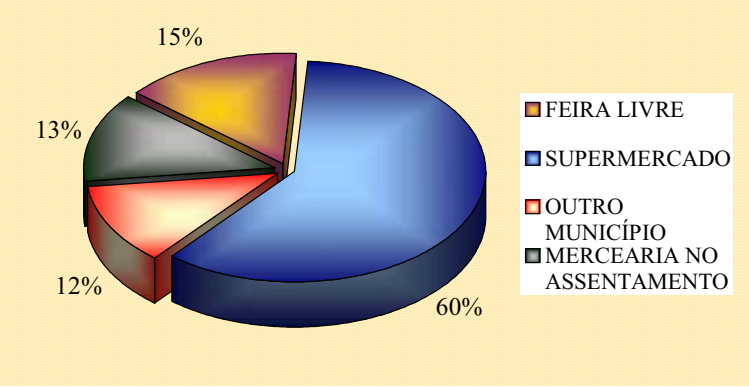


Gráfico 32 – Local principal de realização de compras pela população assentada do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Mediante a precariedade das condições infra-estruturais apresentadas pelos Assentamentos, indagamos aos assentados quais os seus anseios, no sentido dos problemas considerados mais urgentes.

A questão da falta d'água, principalmente para o consumo humano, foi apontada como a maior dificuldade existente nos Assentamentos, evidenciada em 23% das entrevistas (Gráfico 33). Em seguida, 21% citaram a necessidade de criação de algum Projeto de

geração de renda para que eles possam ter um rendimento fixo ao final do mês. A precariedade no oferecimento de serviços como saúde e educação inquietam a população assentada, tendo-se em vista a ausência de postos de saúde e escolas que atendam às demandas da população.

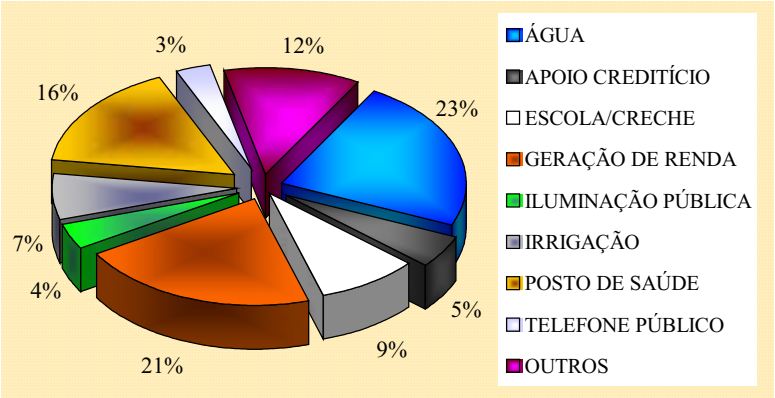


Gráfico 33 – Principais problemas enfrentados pelos assentados do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Também merecem destaque questões como irrigação, apoio creditício, iluminação pública e instalação de orelhões, como itens a serem considerados pelas autoridades, melhorando a condição de vida dos assentados. Acrescentam-se também outras necessidades como: agilizamento no parcelamento dos lotes, a falta de organização interna, condições das estradas, reforma das casas, formação de cooperativas, construção de igrejas e áreas de lazer, transporte, saneamento básico e policiamento.

Em algumas entrevistas obtivemos a seguinte resposta: “é preciso que seja melhorada a infra-estrutura do Assentamento como um todo”. Essa reclamação parte, sobretudo de moradores de Assentamentos mais antigos, os quais têm suas casas em péssimo estado de conservação, como é o caso do Hipólito.

Assinalam, eles, também, que as escolas deveriam ter melhores equipamentos. Existem respostas afirmando que deveria haver cursos profissionalizantes nos

Assentamentos. Acreditam que além da organização deveriam ter pessoas mais responsáveis, os presidentes das associações não sabem administrar e não fazem nada para alguns.

Os assentados reconhecem que quando estão organizados em cooperativas é mais fácil. Reclamam também da demora na chegada dos recursos, que às vezes resulta em dificuldades para efetuar o plantio. Esses são alguns dos principais anseios almejados pelos assentados, relacionados de modo direto aos problemas enfrentados diariamente. Certamente, quanto mais conscientes eles estiverem da importância da sua participação política, nas decisões coletivas das associações, dos Assentamentos, melhor poderão lutar por esses objetivos.

4.4 A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ASSENTADOS

As associações constituem a principal forma de organização interna existente nos Assentamentos. A existência dela foi identificada em todos os Assentamentos pesquisados e, de forma direta ou indireta, essas associações contribuem para a integração social dos assentados, desempenhando um papel importante nas relações estabelecidas entre estes assentados com outras entidades.

Vejamos em Leite (2004, p.113) a conclusão de pesquisadores divulgada recentemente sobre as associações no âmbito dos Assentamentos: “As associações são a forma predominante, pelo simples fato de que são uma espécie de “exigência” do Estado: elas

são a "personalidade jurídica" do Assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos".

A afirmação acima expressa a importância das Associações Comunitárias nos Assentamentos, principalmente pela atuação irrisória de outros tipos de Associações como ONGs. Um total de 41% (Gráfico 34) dessas Associações tem sede própria construída, 22% dos Assentamentos tem como sede de sua Associação as antigas casas sede da antiga fazenda e com o mesmo percentual de 22% têm suas associações funcionando nas escolas e 11% dos mesmos não possuem sede ou têm um local apropriado para as mesmas. As reuniões são realizadas em locais como a casa do presidente, galpões destinados a guardar os equipamentos e, até mesmo, na sombra de árvores como algarobas.

> Vejamos o seguinte aspecto: A sede da Associação, além das reuniões, é o local onde o padre de João Câmara celebra as missas e é quando a comunidade se reúne para fazer alguma confraternização (informação verbal[18]).

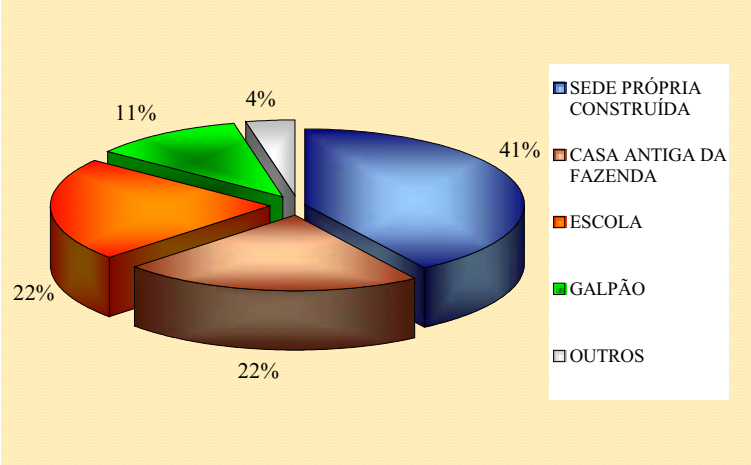


Gráfico 34 – Sede ocupada pelas associações dos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Percebemos que a sede da associação, seja ela um prédio novo ou uma escola, ou até mesmo uma casa antiga (Figura 18) tem grande funcionalidade como sendo o local central

do Assentamento, seja para reuniões, ou como escola e, ainda, como local de confraternizações para cursos, festas e missas. Enfim, constitui-se um espaço de sociabilidade[19]. É também nas sedes das associações onde os equipamentos de trabalho coletivos como tratores são guardados.

Figura 18 – Algumas associações dos Assentamentos Rurais do RN: Assentamentos Potengi (à direita) em Serra Caiada e Assentamento Boa Vista (à esquerda) em Lajes/Jandaíra.
Fotos: Arquivo da autora, 2003 - 2004.

Existem casos em que há diversas associações num mesmo Assentamento, isso em decorrência do tamanho dele, ou até mesmo em função das disputas internas que resultam na criação de mais de uma entidade de representação (Gráfico 35). Registramos aqui alguns casos para ilustrar essa situação. O Assentamento Ronda, localizado em Tangará, possui 3 agrovilas e uma única associação e o seu presidente já está no 3º mandato, enquanto o Assentamento Vale do Lírio, localizado em São José de Mipibu, possui duas associações em virtude da produção do mamão irrigado; existe a Associação Vale do Lírio (ASVALI) que congrega os 42 assentados integrados à produção do mamão e outra associação com 20 agricultores, os quais trabalham com agricultura de subsistência e inhame. Em alguns

[18] Depoimento concedido pela liderança do Assentamento Marajó em João Câmara.

Assentamentos existe uma visível diferença em termos de desenvolvimento e acesso à infra-estrutura nas agrovilas, evidenciamos esse aspecto em diversos Assentamentos, dentre eles podemos destacar o Assentamento Santa Clara II, localizado em Cerro Corá, no qual os próprios assentados sentem essa desigualdade interna de desenvolvimento e organização, nas duas agrovilas existentes.

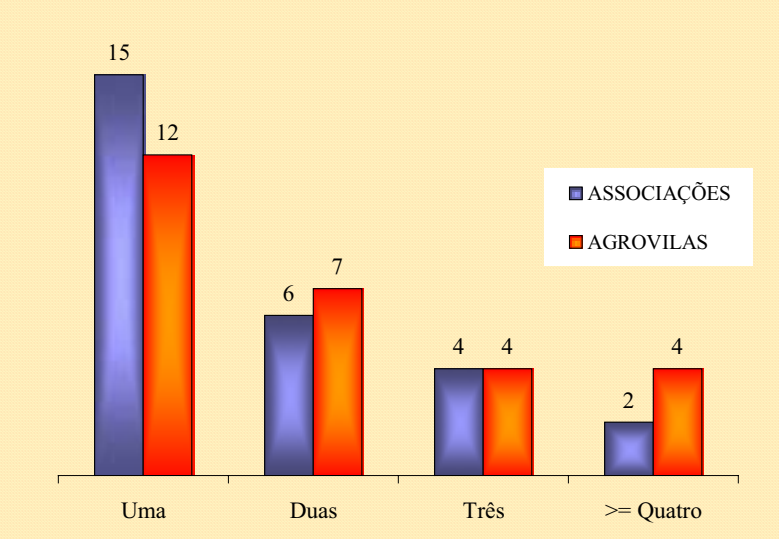


Gráfico 35 – Comparação entre o número de associações e agrovilas dos Assentamentos Rurais do RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Fica visível na figura acima, que a quantidade de associações nem sempre é a mesma do número de agrovilas, devido às distâncias entre os lotes e divergências internas entre os assentados; observa-se também o predomínio de Assentamentos com uma única associação.

É interessante ressaltar que a agrovila III do Assentamento São Sebastião, em Ceará-Mirim, conta com duas associações há dois anos, resultante de divergências internas que ocorreram com o MST, pois isso é contrário à ideologia do Movimento. Alguns assentados

[19] No momento da visita à agrovila São Paulo do Assentamento Potengi fomos conhecer a estrutura de funcionamento da escola que funciona na sede da associação e estava ocorrendo uma aula de capoeira para as crianças e adolescentes, o professor é de Lagoa dos Velhos e recebe R$ 3,00 mensais de cada participante.

preferiam integrarem-se a um Projeto de irrigação e o MST não achava viável. Houve, então, uma cisão: 27 famílias estão nesse Projeto na Associação São Sebastião e 38 famílias da Associação Nova Geração não ingressaram nele. Os recursos são do PRONAF e quando estiverem produzindo venderão para a Caliman.

As associações, como já demos a perceber, são bastante significativas para os Assentamentos em diversos aspectos: econômico, social e político. Queremos destacar aqui o aspecto político, uma vez que é no âmbito das discussões, nas reuniões, promovidas pelas associações, que as populações dos Assentamentos expressam suas demandas e manifestações contrárias ou a favor a determinados Projetos. Embora seja um espaço ainda de dominação dos homens, podemos perceber que também já existe abertura para a participação feminina, o que pode ser considerado como um avanço político no âmbito dos Assentamentos.

Ficou claro para nós que essa organização intrínseca a todos os Assentamentos, tem à frente pessoas que, embora possam se apresentar como liderança sobre o conjunto da população, carece de uma boa preparação que dê suporte às ações políticas. Em virtude de tal caso, algumas associações são totalmente cooptadas, quer seja por políticos influentes na área, quer seja por organizações não-governamentais que não possuem os mesmos objetivos e anseios dos assentados. Contudo, vale ressaltar que, embora não possuam um grau de instrução elevado, muitas lideranças são pessoas que conhecem a realidade dos Assentamentos desde sua formação, alguns integrando a diretoria do STRs dos municípios dos quais fazem parte.

Embora seja explicitada a importância da associação Comunitária pelos assentados, no discurso de alguns dos entrevistados, ficou bastante claro o descontentamento com as Associações, no que diz respeito à forma de encaminhamento das propostas dos

assentados. Na opinião dos insatisfeitos, as Associações não cumprem o seu papel devido à lentidão de ações e falta de uma administração mais competente.

Embora essas Associações sejam apontadas como um espaço importante dentro dos Assentamentos, segundo os dados obtidos junto aos dirigentes destas, ou representantes legais, a participação nas reuniões e o respaldo às ações da Associação não acontece de forma totalizante. De acordo com 52% das lideranças entrevistadas, a participação é muito boa e os demais afirmaram que as participações são em pequeno número, salvo em algumas condições especiais descritas a seguir.

Essas reuniões ocorrem mensalmente, mas se houver alguma necessidade com algum assunto extra pode ocorrer em outra data. Geralmente os sócios contribuem com R$ 3,00 para a associação, os presidentes reclamaram da inadimplência com a contribuição mensal. O mandato do presidente das associações dos Assentamentos tem duração de dois anos.

Um fator que talvez explique a pouca participação dos assentados nas reuniões, pode ser apontado pelo fato da proposta política, a qual encabeça a Reforma Agrária, vir de fora e não partir dos próprios assentados. Estes estão mais vinculados às questões de ordem local e não nacional; e não possuem um projeto político deles o que vai trazer conseqüências negativas para eles, refletindo-se na própria participação nas questões internas dos Assentamentos, mencionadas anteriormente.

Também procuramos uma explicação para a pequena participação nas reuniões da associação junto à população assentada. Alguns assentados disseram que é porque existe muita confusão entre os assentados, durante as reuniões, desviando assim o real propósito das reuniões, o qual seria lutar por Projetos coletivos que beneficiassem a todos. Alguns alegaram que estão insatisfeitos com a administração do presidente.

É interessante notar algumas considerações acerca da participação dos assentados. Vejamos o depoimento de duas lideranças do Assentamento São Sebastião: "Só se consegue 100% nas reuniões quando tem doação", e outro ratifica dizendo: "Só vem muita gente quando tem algum projeto para ser aprovado". Quanto à participação nas reuniões, uma liderança entrevistada colocou: A participação depende do tema, quando vamos falar de projeto vai todo mundo, o prédio não cabe, as reuniões só são bem freqüentadas quando tem pessoas de fora. Por exemplo, do Incra ou do sindicato (informação verbal[20]). Fica evidente que os assentados estão mais interessados em discutir questões de ordem financeira ao invés de questões políticas que deveriam ser coletivas.

Com relação à sindicalização dos assentados, a situação é descrita da seguinte maneira: 63% dos entrevistados são vinculados aos STRs e os demais entrevistados não são sócios oficiais do mesmo. Neste aspecto, é importante ressaltar que a maioria das nossas entrevistas foi realizada com mulheres e existe um certa tendência indicativa que o maior número de integrantes dos sindicatos sejam de homens. Os que são sócios afirmaram ter dificuldade de manter em dia a contribuição mensal para o Sindicato, por não possuírem um rendimento fixo. Para nós, a não total sindicalização dos assentados é produto de uma cultura política, que está inscrita em todo território nacional, fruto de anos de Ditadura; e ainda não conseguiu ser totalmente abolida da sociedade.

A participação política também pode ser evidenciada na militância de algum Partido Político. O número de assentados com filiação partidária foi baixo, contemplando 7% dos entrevistados. Destes, os Partidos mais citados foram os seguintes: o PT com 38% das filiações (Gráfico 36) e em seguida veio o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além destes, foram citados outros como Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Comunista do Brasil (PC do B),

[20] Liderança entrevistada no Assentamento Monte Alegre em Upanema.

Partido Socialista Cristão (PSC), Partido dos Aposentados da Nação (PAN), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Progressista (PP), Partido Liberal (PL), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido da Mobilização Nacional (PMN).

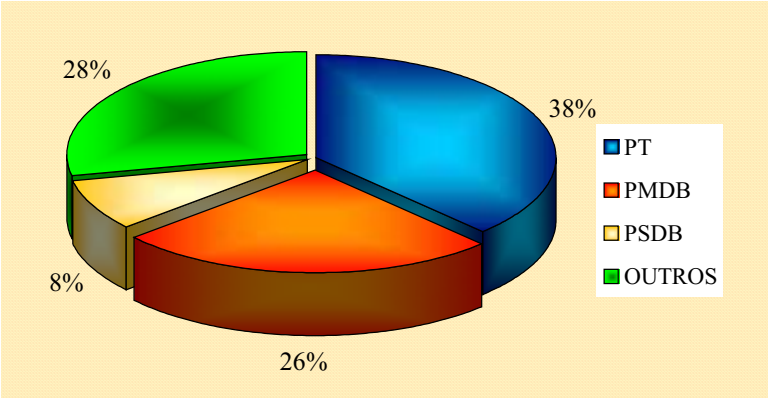


Gráfico 36 – Principais partidos políticos citados pelos assentados do RN com filiação partidária.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Nesse contexto também averiguamos a possível filiação partidária, das lideranças entrevistadas. Um total de 33% deles possuem alguma filiação partidária, enquanto a grande maioria não possui nenhum tipo de filiação partidária. Dos que apresentaram filiação, os principais Partidos citados foram os seguintes: PT, PFL e PMDB (Gráfico 37). Além destes foram citados outros Partidos, como: PSDB, PDT, PL e PC do B.

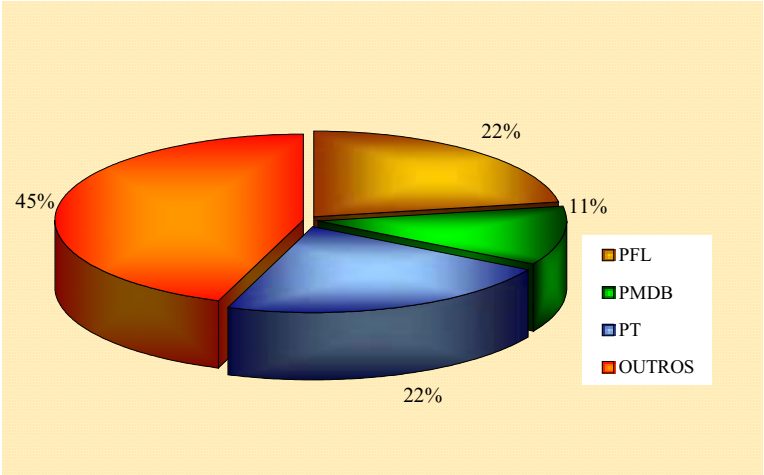


Gráfico 37 – Partidos políticos citados pelas lideranças dos Assentamentos do RN que possuem filiação partidária.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

Os dois gráficos sugerem que o PT é o Partido que mais tem adeptos entre os assentados e lideranças que possuem filiação partidária, provavelmente por ser um Partido de esquerda e que tem como uma de suas lutas a defesa pela Reforma Agrária.

4.4.1 A mulher nos Assentamentos

Embora nosso trabalho não tenha o intuito de discutir a questão de gênero, percebemos que a grande maioria dos Assentamentos são presididos por homens e que possuem poucos membros do sexo feminino nas associações. Das lideranças (presidentes, vice-presidentes, tesoureiros e secretários) entrevistadas, 93% são do sexo masculino e um reduzido número do sexo feminino. Essa predominância do sexo masculino sugere relação de poder e reflete o domínio masculino ainda existente na Sociedade, que é mais forte ainda no campo. Dos Assentamentos pesquisados, somente encontramos lideranças do sexo feminino, que presidem a associação nos Assentamentos Vivará, em João Câmara e Sebastião Andrade, em Macau. Contudo, também encontramos situações em que a diretoria da associação é formada por homens e mulheres.

Como vimos anteriormente na questão das lideranças dos Assentamentos que é marcada pela predominância do sexo masculino encabeçando a direção das associações, resolvemos nos aprofundar sobre a visão dessas lideranças sobre a importância do papel feminino desempenhado nesses Assentamentos.

Em nossa busca de melhor compreender o espaço dos Assentamentos, ficou claro para nós que mesmo se tratando de um espaço marcado por forte conteúdo político, o qual busca a eliminação da exclusão, ainda possui nas suas entranhas o conteúdo de uma sociedade patriarcal e machista.

A mulher, nos Assentamentos, pouco participa das grandes decisões. É o que nos dizem os números, quando questionamos às lideranças sobre a existência de alguma atividade específica para a mulher. Na visão deles sobre a participação feminina no Assentamento, obtivemos as seguintes respostas: para 33% (Gráfico 38) das lideranças, as mulheres dão sua maior parcela de contribuição trabalhando na agricultura, enquanto 30% das mulheres desempenham a função de cuidar da casa e dos filhos; para 15% dos entrevistados, as mulheres participam diretamente nas associações; e para 22%, as mulheres desempenham outras funções além das que foram elencadas, através de grupos específicos que estão tentando organizar. Ou ainda, já participam de algum Projeto de geração de renda, como é o caso do Assentamento Remédio, em Umarizal, no qual um grupo de mulheres estão empenhadas com um Projeto de produção de hortaliças. O Assentamento Seridó em que existe um Projeto específico de bordados para as mulheres. Gostaríamos de notificar o caso do Assentamento Mulunguzinho, localizado em Mossoró, onde um grupo de mulheres desenvolve um Projeto modelo de geração de renda produzindo hortaliças orgânicas.

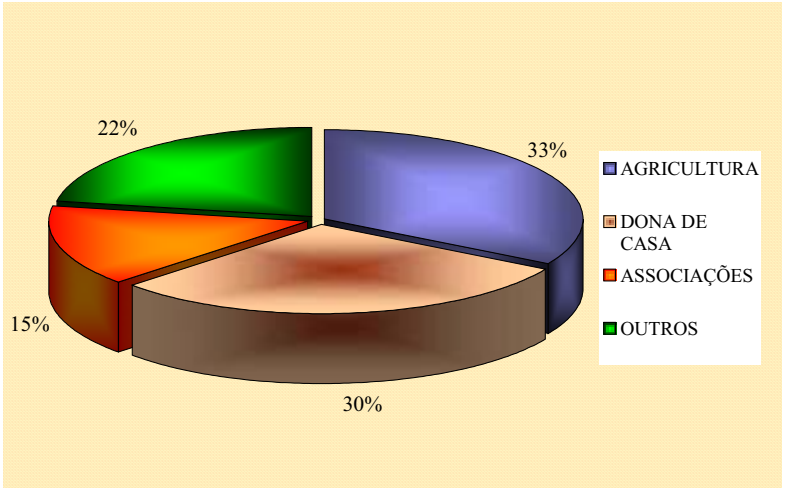


Gráfico 38 – Ocupação principal das mulheres nos Assentamentos pesquisados no RN.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as lideranças dos Assentamentos de julho de 2003 a abril de 2004.

No geral são poucos os Assentamentos que têm um Projeto específico para as mulheres, nos que já existem Projetos dessa natureza contemplam apenas uma parcela de mulheres assentadas. Existem casos em que por não ter uma fonte de renda específica, as mulheres se submetem a trabalhar em atividades com baixos rendimentos[21]. Em resumo, segundo uma liderança, o papel feminino fica restrito "de casa para o roçado".

No novo Plano Regional de Reforma Agrária para o Rio Grande do Norte (INCRA, 2004, p.41) existe a preocupação de implantar políticas que visem à redução das desigualdades entre homens e mulheres, sendo o acesso ao crédito um dos principais alvos dessas preocupações, uma vez que esta desigualdade foi muito bem assinalada no Plano, quando pontua:

> Essa evidência termina por sugerir que as políticas agrícolas têm falhado mesmo quando apresentam a preocupação de interferir nas relações desiguais de gênero existentes no campo. É preciso ajustá-las no que se referem à situação das mulheres, considerando-as não apenas como mães e esposas de agricultores. É preciso que contundentemente alterem a vida das mulheres e superem o discurso da transversalidade de gênero de modo que, muitas delas, permaneçam no meio rural evitando a busca de trabalho e reconhecimento pessoal em outros lugares.

No imaginário da maior parte da população, o representante legal da Reforma Agrária é do sexo masculino, não levando em consideração os jovens e as mulheres, a maioria dos títulos definitivos são nos nomes dos homens, embora também haja mulheres

[21] No Assentamento Zabelê existe casa de farinha e o trabalho de tirar a casca da mandioca é feito por mulheres, sendo o valor pago muito baixo, na época da entrevista, chegava a custar R$ 0,80 para limpar o equivalente a "um carrinho de mão cheio de mandioca". No Assentamento Hipólito existe uma situação semelhante, grande parte das mulheres trabalham em casa para uma empresa denominada Aficel "tirando pele de castanha". Para cada 1kg de castanha 'limpo" elas recebem R$ 0,40. Algumas mulheres já ficaram doentes com tonturas e dores de cabeça devido cheiro forte exalado pela castanha.

assentadas. Isso é produto, como já dissemos, de uma sociedade que tem suas raízes baseadas em pré-conceito, discriminação, os quais precisam ser o mais rápido possível destruídos, pois somente assim podemos ter a garantia de um futuro melhor.

4.5 A REFORMA AGRÁRIA NA FALA DOS ASSENTADOS

A nossa opção por trazer para o trabalho a fala dos assentados deve-se ao fato de entendermos que, dessa forma, aqueles que lerem o nosso trabalho poderão ter uma leitura mais concreta e viva do que realmente constitui a Reforma Agrária no RN. Assim sendo, na nossa investigação, tivemos a curiosidade de procuramos mostrar a partir de agora como o assentado se vê dentro dessa Política de Reforma Agrária promovida no RN, expressada através de dados e principalmente das falas da população. Observamos que 64% dos assentados entrevistados afirmaram ter melhorado a vida depois de vir morar no Assentamento, sendo necessário esclarecer os motivos que justificam esse dado.

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que devido ao grande montante de entrevistas realizadas, e até mesmo para não relacionar uma lista incansável de nomes e também por uma questão de preservação da identidade dos sujeitos investigados, optamos por inserir nomes fictícios ao texto, escolhidos aleatoriamente.

Segundo os assentados, os principais motivos de melhoria de qualidade de vida, após o Assentamento, estão relacionados ao fato de possuir sua própria terra e nela poder morar com sua família e trabalhar, plantando e criando seus animais sem estar submetido à exploração de um patrão e sem precisar dividir a produção. Ressaltamos também que o

acesso à moradia é um dos principais itens apontados por essa mudança na qualidade de vida. Vejamos a quantificação dessas informações abaixo (Gráfico 39).

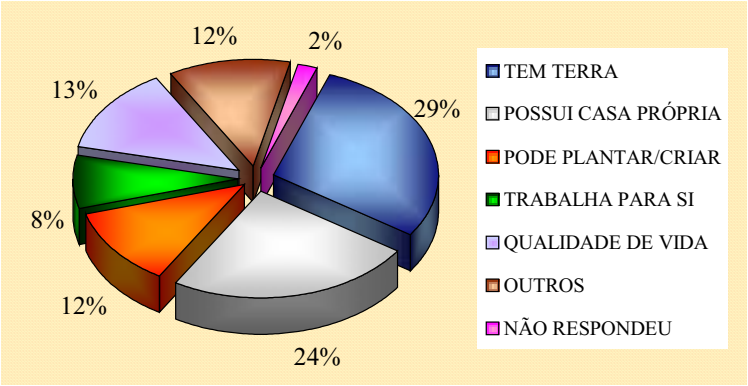


Gráfico 39 – Principais motivos apontados pelos assentados do RN que assinalam melhorias na qualidade de vida.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

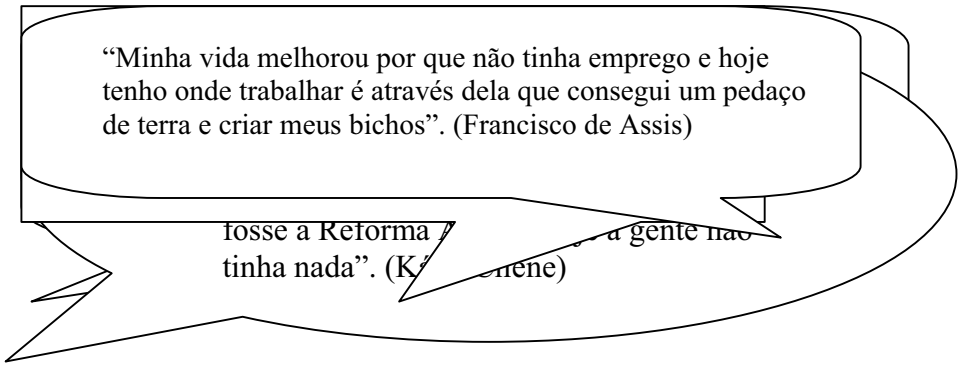
Os números apresentados no gráfico podem ser visualizados por meio de inúmeras falas que na sua essência podem ser expressadas por estas, aqui destacadas. O sonho do acesso à terra e à casa própria são os principais motivos apontados pelos assentados como avaliação positiva sobre a Reforma Agrária, é o que podemos perceber nas falas a seguir.

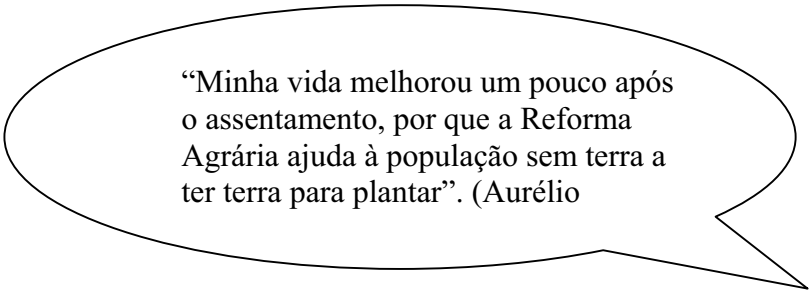
> "A Reforma Agrária é ótima. Morei muito tempo na rua e não arranjei nada e agora no assentamento tenho minha própria terra e antes eu era obrigado a plantar no sistema de meeiro, também tenho casa, vaca, água encanada e aqui é muito calmo". (Carlos

"Apesar de faltar assistência minha vida melhorou depois do Assentamento, posso criar bichos e tenho uma vida sossegada com menos gastos que na cidade". (Ana

"Falta algumas coisas no Assentamento, mas é bom morar aqui por que antes eu trabalhava com parceria e agora sou livre, gosto muito daqui por que possuo uma terra própria". (Severino

"A Reforma Agrária melhorou minha vida 100% por que o que a gente produz fica com a pessoa. Moro em minha própria terra e todo mundo tem mais liberdade, não preciso mais plantar de meia por que antes até melancia e jerimun eu tinha que dividir com o patrão".


"Minha vida melhorou por que não tinha emprego e hoje tenho onde trabalhar é através dela que consegui um pedaço de terra e criar meus bichos". (Francisco de Assis)
fosse a Reforma A a gente não
tinha nada". (K ene)


"Minha vida melhorou um pouco após o assentamento, por que a Reforma Agrária ajuda à população sem terra a ter terra para plantar". (Aurélio

Essas falas expressaram a visão positiva que muitos assentados têm da Reforma Agrária, no entanto precisamos também revelar aquelas falas que deixam transparecer com clareza a insatisfação com a condição de vida que possuem. São pessoas que apesar de semi-analfabetas pronunciam palavras de revolta com a situação de pobreza em que se encontram, reconhecendo a ausência do Poder Público.

> "Algumas coisas melhoraram e outras não, minha vida continua a mesma coisa de antes do Assentamento. Já perdi a esperança na Reforma Agrária, não acredito que ela ocorra". (Daniel Silva)

> "O governo deu a terra mais deveria liberar condição pra trabalhar na agricultura. A gente vive desprezada, ninguém liga pra gente, só quem visita a gente sempre é o agente de saúde". (Joana

> "Minha vida piorou após a vinda para o Assentamento por que antes não tinha dívidas e agora devo muito ao banco com os empréstimo, a reforma agrária é muito devagar, anda a passo de tartaruga, tenho terra pra trabalhar mas cadê a condição".

"Piorou, pois as coisas são difíceis. As terras daqui são desiguais, tem canto que num dá nada. O transporte é caro, custa R$ 3,00 para a cidade. Não temos o apoio de nenhum governo, falta recurso para trabalhar na agricultura". (Marlene Gomes)

"Na minha opinião minha vida piorou por que quando morava na cidade pelo menos eu trabalhava e agora não tem nada para a mulher fazer. Tivemo que vender os animais que possuía, meu marido tá sem ganhar nada e caça animais para vender. Preferia ta morando numa casa de taipa mas que tivesse trabalho." (Noé Costa)

"Apesar de ter uma casa pra morar gostaria que tivesse mais trabalho no Assentamento e água doce. Não tem condição de trabalhar a terra e como não tem outro serviço não tem dinheiro para comprar roupa, chinelo e nem comida". (Maria

"De certa forma nossa vida tá melhor por que hoje tenho terra e uma casa. Mas falta iluminação nos postes do Assentamento, igreja, posto de saúde e água de qualidade por que a daqui é muito salgada". (Luiz

> "Hoje minha vida tá melhor no Assentamento por que não tinha onde morar e trabalhar. Mais a Reforma Agrária era para ser melhor por que o governo não faz o que é pra fazer, larga a gente aqui dentro sozinho e pronto". (Paulina da

Com relação à avaliação do assentado acerca da Reforma Agrária, obtemos o seguinte resultado: 41% (Gráfico 40) dos entrevistados afirmaram que a Reforma Agrária é boa, 23% dos mesmos disseram que ela é regular, 20% afirmaram não saber nada sobre a Reforma Agrária, 11% disseram que a Reforma Agrária é ruim e apenas 5% dos entrevistados disseram que tem uma ótima visão da Reforma Agrária.

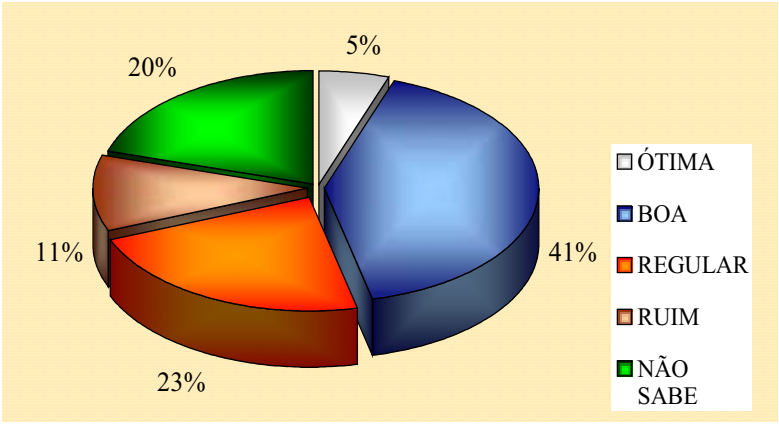
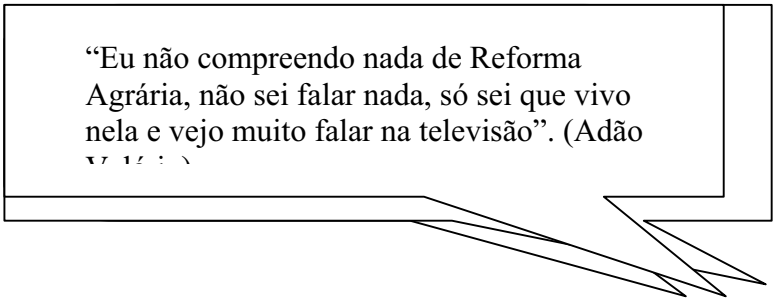


Gráfico 40 – Opinião dos assentados entrevistados sobre a Reforma Agrária.
Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias assentadas de julho de 2003 a abril de 2004.

Em nossas entrevistas apreendemos a percepção dos assentados sobre a Reforma Agrária de três maneiras, ou seja, de acordo com a realidade vivida por cada um. Existem assentados que consideram a Reforma Agrária como um elemento que proporcionou melhorias consideráveis em sua vida, há também aqueles que expressaram respostas

totalmente opostas, considerando a Reforma Agrária como uma coisa ruim. Mas há ainda aqueles que reconhecem que não vivem uma situação fácil no momento, contudo, em comparação como viviam anteriormente, houve melhorias significativas. Apesar do linguajar simples que utilizam, expressam todas essas necessidades sentidas a partir das dificuldades enfrentadas diariamente. Pelas respostas de muitos entrevistados, observamos que falta um esclarecimento maior acerca do que venha a ser Reforma Agrária, alguns se mostrando inseguros ao opinar sobre o assunto.



"A Reforma Agrária é boa pra quem gosta de trabalhar, o povo é quem não sabe aproveitar, fica só esperando pelo governo. Hoje tenho possibilidade de trabalhar na própria terra e criar meus bichos". (Edmilson Mário)

"A Reforma Agrária é ruim, por que os governantes não dão condições para nós explorar a terra. Não adianta mandar a Fome Zero e sim um investimento para melhorar a produção na agricultura". (Bartolomeu Gregório)

5 ATENTANDO PARA O QUE SE LÊ E O QUE SE VÊ: UM BOM MOTIVO PARA NÃO CONCLUIR.

As origens das disputas pelo acesso à terra no Brasil, como demos a entender, estão vinculadas à forma de colonização empreendida no território brasileiro, marcado pela invasão das terras indígenas. Desde o início, com as Capitanias Hereditárias e Sesmarias, privilegiaram-se as grandes unidades produtivas monocultoras destinadas para exportação,

baseadas na exploração da mão-de-obra, contribuindo para a formação da concentração fundiária, que em 1850 veio a ser legitimada com a Lei de Terras.

O tema da Reforma Agrária aparecia no debate político do Brasil sem grande destaque. É somente a partir do surgimento de uma série de conflitos envolvendo a luta pela terra que essa situação sofrerá algumas mudanças, mais precisamente no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, que a Reforma Agrária passou a ser discutida de forma mais ampla. Nesse contexto, destacamos o papel de alguns agentes de mediação na luta pela Reforma Agrária no Brasil como o PCB, Ligas Camponesas e Igreja.

A intensificação da luta pela terra ocorrida no Brasil nas últimas décadas contribuiu para o surgimento dos Assentamentos Rurais, que está diretamente relacionado com a questão agrária brasileira, marcada pela estrutura fundiária concentrada e intervenções políticas que acentuaram as desigualdades sociais, pautada num desenvolvimento econômico voltado para a agroindústria em detrimento das ações que privilegiam a Reforma Agrária. Dessa maneira, os Assentamentos representam um fato recente no processo de luta pela democratização do acesso à terra no Brasil, que está distribuído em todas as Regiões.

A implantação de Assentamentos Rurais no Brasil ocorre como forma de tentar mascarar a violência dos conflitos sociais ocorridos no campo. Assim sendo, pode-se dizer que a intensificação da luta pela terra, encabeçada pelos Movimentos Sociais, tem pressionado o Poder Público a executar a Reforma Agrária que tem sido feita de forma muito heterogênea.

O sucesso dos Assentamentos não é determinado somente pelo acesso à terra, também se faz necessário o acesso à infra-estrutura produtiva e social. Fica patente a necessidade de criação de políticas de desenvolvimento que atendam às demandas da população dos Assentamentos e para que haja uma melhoria significativa nas condições socioeconômicas dos assentados.

Pode-se dizer que a Reforma Agrária almejada é muito diferente da que está acontecendo de fato, pois não está atendendo às demandas da população, já que não possibilita condições sequer da reprodução social da família camponesa. Para que os Assentamentos tenham êxito, faz-se necessário que os mesmos sejam viabilizados, atingindo um bom nível de desenvolvimento, garantindo para as famílias assentadas a geração de empregos, a produção de alimentos para a subsistência e obtenção de renda.

Além da luta pela terra, não pode ser esquecida a luta dos Assentamentos já instalados, para que sejam recuperados e haja melhoria nas condições de vida dos assentados e demais agricultores familiares; só assentar e deixar como está não funciona e os novos, a serem criados, precisam de qualidade para tornarem-se viáveis.

É comum encontrar Assentamentos no Rio Grande do Norte com grande precariedade de serviços básicos como educação e saúde. Apesar desta precariedade do ponto de vista infra-estrutural dos Assentamentos, é preciso atentar para as mudanças que eles são capazes de imprimir nas experiências de vida dessa população, gerando melhores condições de vida das famílias instaladas. Apesar da precariedade de alguns serviços públicos e na falta de recursos, a constituição de Assentamentos se faz importante pelo local de moradia e pela possibilidade de tornarem-se produtores.

Assim, sem a pretensão de esgotar a temática trabalhada, queremos afirmar que "Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar" nos deixa muitas certezas, dentre elas a de que a luta pela terra no Brasil, sendo histórica, já contou com boa parte da Sociedade, deixando esta, marcas importantes, a ponto de desenharem e traçarem veredas e até caminhos que hoje são perseguidos por aqueles que acreditam na mudança em prol da autonomia e justiça social. Estejam eles ligados à Igreja, a Movimentos Sindicais, a Partidos Políticos, à instituições, ou apenas sendo pessoas anônimas que, se fazendo valer

da bravura, da perseverança e do sonho, correram atrás de um pedaço de terra como expressão da própria vida, embora muitos tenham encontrado apenas a morte.

Mas não são apenas as certezas que ficam. Muitas dúvidas e questionamentos hoje nos acompanham e são até mais contundente que há 3 anos atrás. Para alguns dos questionamentos, certamente já tenhamos a resposta, pois não é difícil entender o porquê da discriminação, da exclusão e segregação social quando o espaço de referência se reproduz sob os ditames de um sistema capitalista selvagem e perverso que tem como sustentáculo de sua (re) produção o par dialético expropriação x acumulação. No entanto, muitos outros questionamentos ainda se encontram sem resposta, não por não termos buscado respondê-los mas pelo teor de complexidade do seu conteúdo.

A não resposta para tais questionamentos, certamente se reverterão em consideráveis lacunas que este trabalho deve apresentar. Porém, lacunas e questionamentos, antes de nos parecer como aspectos negativos dessa nossa empreitada, serão para nós, a partir de então, energias motivadoras para que novos empreendimentos de caráter acadêmico-científico possam vir acontecer.

Por fim, esperamos que esse trabalho, que conta, daqui em diante, também com a participação do leitor, abra possibilidades de novas leituras da Reforma Agrária, não apenas no RN, mas em todo território nacional, não ficando limitada ao que nos propusemos a fazer.

Desse modo, esperamos que leituras sociológicas, psicológicas, econômicas, antropológicas e tantas outras possam ser efetivadas. Não importa o tipo de leitura a ser feita. Para nós, o mais importante é que todos, leitores desse trabalho ou não, juntem-se àqueles que, há longínquas datas, lutam por melhores condições de vida: os sem-terra. Que essa união seja no sentido de fortalecimento dos Movimentos em busca de uma Sociedade realmente justa e solidária, uma sociedade verdadeiramente cidadã.

Para que o ponto final não tenha nenhum caráter de finalização, deixamos aqui mais alguns depoimentos dados por assentados que fizeram parte de nossa pesquisa, para que possam instigar e ampliar a realização de futuras reflexões...

"A Reforma Agrária tá funcionando bem até demais, o governo dá tudo e a gente vai pagando aos poucos". (Ivanilson Monteiro)

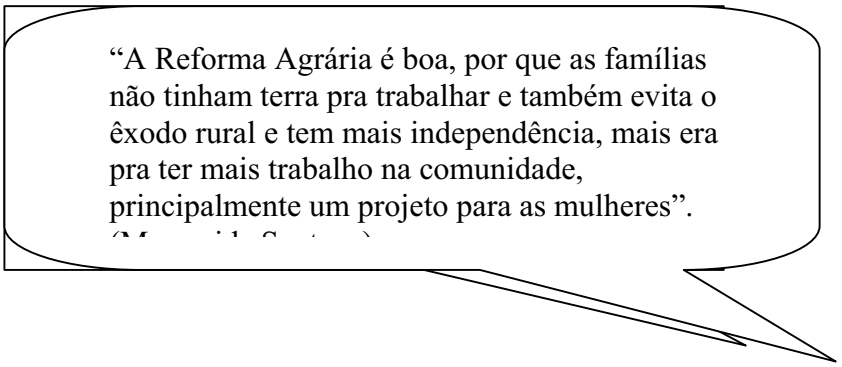
"Aqui no Assentamento tem muitas facilidades. Tenho uma casa e a terra pra trabalhar sem patrão e isso é um direito muito importante. Sem a Reforma Agrária eu ainda trabalhava no que é dos outros". (Maria das Graças)

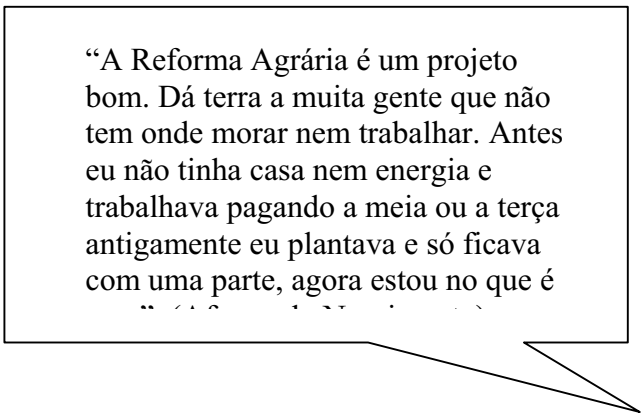
"Na minha opinião a Reforma Agrária provocou uma mudança de vida pois significa possuir algo, mas tem que ter coragem de enfrentar".(Alcides

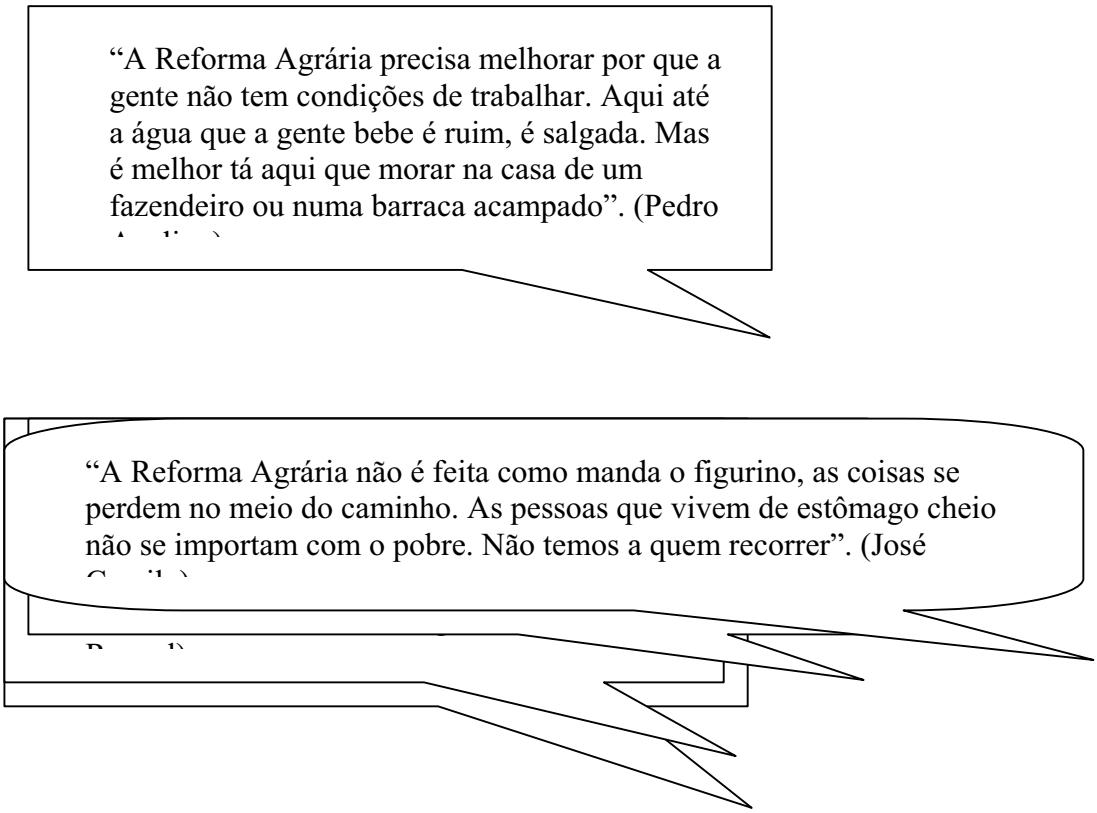
"É melhor estar no Assentamento do que na cidade, pois lá não tinha emprego posso plantar a hora que quiser e produzo grande parte da alimentação". (Antônio

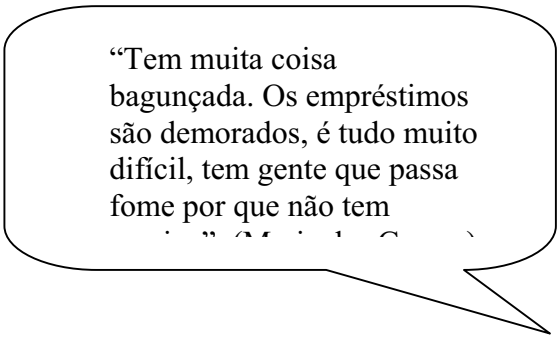
"Antes a gente vivia sofrendo num tinha terra pra plantar nenhum caroço de feijão, não divido o que planto, nem penso em sair daqui, eu só trabalhava no que era dos outros, hoje tenho terra franca para trabalhar a hora que quiser".

"As pessoas que não gostam do Assentamento é por que não colocam a terra para trabalhar. Hoje temos a terra e uma casa apesar de todas as dificuldades, foi aqui que eu vim ter sossego e trabalho para mim".


"A Reforma Agrária é boa, por que as famílias não tinham terra pra trabalhar e também evita o êxodo rural e tem mais independência, mais era pra ter mais trabalho na comunidade, principalmente um projeto para as mulheres".


"A Reforma Agrária é um projeto bom. Dá terra a muita gente que não tem onde morar nem trabalhar. Antes eu não tinha casa nem energia e trabalhava pagando a meia ou a terça antigamente eu plantava e só ficava com uma parte, agora estou no que é


"A Reforma Agrária precisa melhorar por que a gente não tem condições de trabalhar. Aqui até a água que a gente bebe é ruim, é salgada. Mas é melhor tá aqui que morar na casa de um fazendeiro ou numa barraca acampado". (Pedro
"A Reforma Agrária não é feita como manda o figurino, as coisas se perdem no meio do caminho. As pessoas que vivem de estômago cheio não se importam com o pobre. Não temos a quem recorrer". (José


"Tem muita coisa bagunçada. Os empréstimos são demorados, é tudo muito difícil, tem gente que passa fome por que não tem

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. *Reforma Agrária:* meio ambiente, agricultura e desenvolvimento. Campinas: ABRA v. 23, n. 1, jan./abr. 1993.

_____. *Reforma Agrária:* agricultura familiar. Campinas, v.25, n. 01 e 03, MAI/DEZ, 1995.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas:* as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. (Org.). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.* Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. *A geografia das lutas pela terra no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Inédito, 1998.

_____. Os impactos regionais nos assentamentos rurais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13. João Pessoa: AGB, 2002. *Anais*.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A cidade e o campo*: êxodo rural no Brasil. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1974.

_____. *Geografia econômica do Nordeste*: o espaço e a economia nordestina. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. *A geografia e a questão social.* Recife: UFPE, 1997.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BECKER, Bertha K. *Amazônia.* 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BERGAMASSO, Sônia M.; NORDER, Luís Cabello. *O que são assentamentos rurais.* São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOGAARD, Sarita. Sem-terra, conflito e injustiça no campo. *Diário de Natal*, Natal, p. 15-17, 20 set.1998.

BOGO, Ademar. *Manter a esperança:* canções da Terra. São Paulo: MST, 1998.

BORNSEIN, C.R. *Luta de terra briga de foice.* Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil:* 1988. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

_____.Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável.* Brasília: Paralelo 15/NEAD/MDA, 2000.

_____. *Plano Nacional de reforma agrária* (Proposta). Brasília: MDA, 2003.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos*: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARDOSO, José Romero Araújo; MENDES, Benedito Vasconcelos. *A importância da caprinovinocultura em assentamentos rurais de Mossoró – RN.* Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2002.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos, Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARVALHO, Edwin. Maisa encerra ciclo e vira assentamento. *Diário de Natal*, Natal, p. 2-3, 20 dez. 2003.

CARVALHO, Valter de**.** Os assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Norte: situação atual e tendências. In: MEDEIROS FILHO, João Bezerra de (Org.). *Rio Grande do Norte:* crescimento econômico com desenvolvimento social. Natal: Antonio Thiago Gadelha Simas, 1997.

_____. Comercialização de produtos de assentamentos rurais do Rio Grande do Norte. In: GUEDES, V.G.F. et al. (Org.). *Agricultura familiar*: desafios para a sustentabilidade. Aracaju: EMBRAPA, 1998.

DANTAS, Everton. A Maisa e doutor: uma história só. *Tribuna do Norte,* Natal, p. 9-10, 21 dez. 2003.

DIAS, G. L. O papel da agricultura no processo de ajustamento estrutural do Brasil. In: ROCCA, C. A. et al. (Org). *Brasil 1980*: os desafios da crise econômica. São Paulo: USP. FIPE, 1988.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FELIPE, José Lacerda Alves. *Elementos de geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora Universitária, 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. *Caderno prudentino de geografia,* Presidente Prudente. n.14,p. 54-69, 1992.

_____. *MST:* formação e territorialização. 2. ed. São Paulo:Hucitec, 1999a.

_____. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Org.). *Redescobrindo o Brasil:* 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b, p. 223-231.

_____. *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Sociedade e Território***,** Natal, v.14, n.1, p.7-16, jan./jun. 2000.

_____. *Questão agrária, pesquisa e MST.* São Paulo: Cortez, 2001.
_____. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária. Disponível em: <htpp://www.cibergeo.org/agbnacional>. Acesso em: 12 set 2002.

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 75, p. 83-129, 1999 .

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Mundo rural e geografia:* geografia agrária no Brasil: 1930 – 1990. São Paulo: UNESP, 2002.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. *História de 40 anos de luta da Fetarn:* fundada em 15 de junho de 1962. Natal: FETARN, 2003.

FRANCELINO, Márcio Rocha. *Caracterização e avaliação das áreas de reservas de recursos em projetos de assentamentos no semi-árido norte rio-grandense.* Viçosa, 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

GERMANI, Guiomar Inez; SANTOS, Flávio Luis Assis dos. Uma análise geográfica dos assentamentos rurais de reforma agrária: o exemplo do PA Terra Vista na Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16. 2002, Petrolina: AGB, *Anais.*

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. As oligarquias e a produção do território no Estado do Rio Grande do Norte. In: DINIZ, J. A. F; FRANÇA, V. L. A. (Org..). *Capítulos de geografia nordestina*. Aracaju: NPGEO/UFS, 1998.

GOMES, Sueli de Castro. Estudando os movimentos sociais: uma experiência de estudo do meio no MST. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. *Geografia em perspectiva*: São Paulo: Contexto, 2002.

GORGEN, Frei Sérgio. *A resistência dos pequenos gigantes*: a luta e organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAZIANO, Francisco. *Qual reforma agrária:* terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUANZIROLI, Carlos (Coord.). *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.* Brasília: INCRA/FAO, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio.* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A crise agrária.* São Paulo: Nova Cultural, 1982.

HOBSBAWM, E. J. *Rebeldes primitivos:* estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário do Rio Grande do Norte 1995-1996.* Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. *Sinopse preliminar do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECNÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE. *Anuário estatístico do Rio Grande do Norte 2001.* Natal: IDEMA, 2001.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA et al. *Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó* (diagnóstico v.1). Caicó: [s. n.], 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Estatuto da Terra*. Brasília: INCRA, 1983.

_____. *Incra:* um instrumento de governo para a execução da reforma agrária. Brasília: INCRA, 1999.

_____. *Relatório de gestão 2002:* desempenho acumulado-2000/2002. Natal: INCRA, 2002.

_____. *Plano regional de reforma agrária*: PRRA – RN 2003/06. Natal: INCRA, 2004.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* Brasília: Linha Gráfica, 1998.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE, Jader Ferreira. *Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte.* 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

LEITE, Sérgio et al. *Impactos dos assentamentos:* um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.

LOPES, Valter. MST/RN prevê novas ocupações. *Tribuna do Norte*, Natal, p.2, 25 maio 2003.

MACHADO, Adriano. Oh yes, nós temos papaya. *ARCO*, Brasília, v.1, ano 1, p.18-21, dez. 2001.

MARINHO, D. N. C; ROSA, S. L. C; SCHMIDT, B. V (Org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.* Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno prudentino de geografia,* Presidente Prudente, SP, n. 19/20, p.26-41, nov.1997.

MARTINEZ, Paulo. *Reforma agrária:* questão da terra ou de gente? São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na nova república.* São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Expropriação e violência:* a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *O cativeiro da terra.* 7. ed. São Paulo: Hucitec,1998.

_____**.** *Reforma agrária*: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____ (Coord.). *Travessias:* a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil:* história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MELLO, Maria Conceição D'incão. *O bóia-fria*: acumulação e miséria. 5. ed. Petrópolis:Vozes, 1977.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina:* outros poemas para vozes. 34. ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MINC, Carlos. *A reconquista da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília: Horizonte, 1980.

MST: povo organizado é garantia de conquista. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,* São Paulo, p. 1-16, dez 2003/ jan 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. *Geografia do Brasil*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. MST: terra, sobrevivência e inclusão social. In: *Milton Santos:* cidadania e globalização. LUCCI, E. A. et al. (Org.). Bauru: AGB/, 2000. p.211-217.

_____. *A geografia das lutas no campo*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. *Agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia.* São Paulo: Contexto, 2001.

PANINI, C. *Reforma agrária:* dentro e fora da lei. São Paulo: Paulinas, 1990.

PESSOA, Dirceu (Coord.). *Política fundiária no Nordeste*: caminhos e descaminhos. Recife: Massangana /Fundação Joaquim Nabuco, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária.* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

REYDON, Bastiaan Philip (Org.). *Intervenção Estatal no Mercado de terras*: a experiência recente no Brasil. Campinas: NEAD/MDA, 2000.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, Pedro (Org.). *A questão agrária hoje.* 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares do. *Colonos do vinho:* estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço.* São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Aldenôr Gomes da. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil. In: BARBOSA, J. S. C. (Org.). *Globalização trabalho meio ambiente:* mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. 21. ed. Recife: UFPE, 1999.

SILVA, José Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A modernização dolorosa.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *O que é questão agrária*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Paulo Roberto Palhano. Luta pela terra: em busca da cidadania. *Vivência*, Natal, v.11, n.1-2, p.59-74, jan. /dez., 1997.

_____. *Novo momento de luta pela terra:* quando o patrão sai de cena. 1995, 286f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

SOUZA, Baltazar Macaíba de. *A emergência do movimento dos sem terra no RN:* 1989 a 1994. 1995.170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia:* conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira.* São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

STÉDILE, J. P; GORDEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Scritta, 1993.

_____; FERNANDES, Mançano. *Brava gente:* a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STERTZ, Marilene. *O rádio nos assentamentos rurais.* In: MELO, José Marques de; PERUZZO; Cicília M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org..). *Mídia, regionalismo e cultura.* São Bernardo do Campo: UMESP, 2003. p. 149-171.

TELES, Marcelo Leandro de Souza. *MST e a luta pela terra no Rio Grande do Norte:* acampamento cajueiro. 1999, 58f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1999.

TEÓFILO, Edson. *A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil.* Brasília: NEAD, 2002.

VEIGA, José Eli. *A reforma que virou suco.* Uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *O que é reforma agrária*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. *Cidades imaginárias:* o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed.Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de difusão de tecnologia*, Brasília, v.2, n.1, jan./abr. 1985. p. 13-78.

_____. (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável:* dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres – Unicamp, 2004.

WEINBERG, Mônica. Radicalzinho x radicalzão. Revista Veja, São Paulo, n.31, p. 42-44, 04 ago. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário para coleta de dados com as lideranças dos Assentamentos Rurais do RN.

ASSENTAMENTO: _____.
MUNICÍPIO:_____.
NOME DA LIDERANÇA_____.
FUNÇÃO/ASSOCIAÇÃO:_____.
SEXO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO: a) ☐ masculino b) ☐feminino

1. Teve acampamento na formação do Assentamento:
a)☐sim b)☐não

1.1.Tempo de duração do acampamento:
a)☐0-1 ano b)☐1-2 anos c)☐2-3 anos d)☐+3 anos

2. Articulação principal do Assentamento com alguma ONG ou Movimento Social:
A)☐Sim B)☐Não
a)☐CPT b)☐MST c)☐MLST d)☐AACC e) ☐Cooperativa
f)☐STR g)☐Outras:_____

3. Número inicial de famílias no Projeto: _____.

3.1. Número de famílias que desistiram do Projeto: _____.

3.2. Número de famílias atualmente / com substituição: _____.

4.Atividades econômicas encontradas no Assentamento segundo a sua importância (1,2,3,4.):

a)☐ Agricultura de subsistência b)☐ Corte de lenha c)☐ Produção irrigada
d)☐ Caeira e)☐ Criação de animais f)☐ Outros:_____

4.1. Assistência técnica:A) ☐ sim B) ☐ não
Órgão: a)☐INCRA b)☐AACC c)☐CPT d)☐ Cooperativa e)☐Outro:_____
Periodicidade: a)☐ Boa b)☐ Regular c)☐ Péssima

4.2. Os assentados também trabalham fora do Assentamento:
a)☐ Sim b)☐ Não
a)☐ em outra propriedade rural:_____ b)☐ na zona urbana do município

c) ☐ em outro município:_____
4.3. Produtos agrícolas cultivados em ordem de importância:

a) ☐ feijão b) ☐ milho c) ☐ mandioca d) ☐ macaxeira
e) ☐ batata doce e) ☐ algodão f) ☐ outros: _____

4.4. Rebanho que prevalece em ordem de importância:

a) ☐ bovino b) ☐ caprino c) ☐ ovino d) ☐ suíno
e) ☐ galináceos f) ☐ asininos g) ☐ outros: _____

4.5. Uso de irrigação:
a)☐ sim b)☐ não Tipo:_____ Cultivo:_____

5. Infra-estrutura do Assentamento e serviços:

5.1. água encanada: a) ☐ sim b)☐ não
Fonte de abastecimento de água mais utilizada no Assentamento:

a)☐ poço tubular b)☐ açude ou barreiro c)☐ carro-pipa
d) ☐ cisterna coletiva e)☐Outras: _____

5.2. energia elétrica: a) ☐ sim b)☐ não

5.3. Destino do lixo pela maioria da população:
a)☐ coletado b)☐ Enterrado c)☐ Jogado d)☐ Queimado
e) ☐ Outro:_____

5.4. Existência de orelhão público: a)☐ sim b)☐ não

5.5. Existência de iluminação pública: a)☐ sim b)☐ não

5.6. Existência de posto de saúde: a)☐ sim b)☐ não

5.7. Atendimento médico do Programa de saúde da família (PSF):
a) ☐ sim b)☐ não

5.8. Existência de agente de saúde: a)☐ sim b)☐ não
Periodicidade da visita: a)☐ semanal b)☐quinzenal c) ☐mensal d)☐bimestral
e)☐Outra:_____

5.9.Existência de estabelecimento de ensino: a)☐ sim b)☐ não

a)☐ Ensino infantil b)☐ Ensino fundamental 1 e 2 ciclos c)☐ Ensino fundamental 3 e 4 ciclos
d)☐ Ensino médio e)☐Programa de alfabetização para adultos

5.10. Presença de igreja: a)☐ sim b)☐ não
Tipo: a)☐ evangélica b)☐ católica c)☐ outros:_____

5.11. Existência de áreas de lazer? a)☐ sim b)☐ não
a)☐ praça pública b)☐ quadra de esportes c)☐ clube d)☐ campo de futebol e) ☐ outros:_____

5.12. Existência de estabelecimentos comerciais: a)☐ sim b)☐ não
a)☐ bar b)☐ mercearia c)☐ barraco d)☐ vendedor ambulante e)☐ outros:_____

6. Participação política do assentado:

6.1.Número de assentados sindicalizados (%):_____.

6.2. Frequentam as reuniões regularmente:
a)☐não b) ☐sim - Especificar o local das reuniões:
a) ☐ sede própria construída b) ☐ casa antiga da fazenda c) ☐ escola
d) ☐ outro local: _____

6.3. Participação feminina no assentamento: _____.

6.4. Filiação partidária da liderança: a) ☐ não b) ☐ sim Partido: _____.

OBS:_____
_____
_____.

Responsável:
_____
_____
_____Data:____/_____/_____

APÊNDICE B - Formulário para coleta de dados com as famílias dos Assentamentos Rurais do RN.

MUNICÍPIO:_____.
NOME DO ASSENTAMENTO: _____
ENTREVISTADO: _____.
NATURALIDADE: _____.

CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

1. Condição habitacional:
A☐ Própria B☐ Cedida por outra pessoa C☐ Outra condição: _____
Tipo de construção da habitação:
A☐ Taipa B☐ Alvenaria C☐ Taipa e alvenaria D☐ Outro:_____
Número de cômodos existentes no domicílio:
A☐ Até 2 B☐ de 2 a 4 C☐ de 4 a 6 D☐ de 6 a 8 E☐ + de 8

2. O domicílio tem energia elétrica: A☐ Sim B☐ Não

3. O domicílio tem água encanada: A☐ Sim B☐ Não
3.1. Fonte de abastecimento principal do domicílio:
A☐ Açude ou barreiro B☐ Poço tubular C☐ Carro-pipa (Cisterna coletiva ou chafariz) D☐ Cacimba ou cacimbão E☐Adutora
F ☐ Outra:_____

3.2. Banheiros existentes no domicílio: A☐ 01 B☐ 02 C☐ de 03

3.3. Apresentam chuveiro e vaso sanitário: A☐ sim B☐ não
C☐ só o vaso sanitário

4. O escoadouro do vaso sanitário é ligado a:
A☐ Esgoto B ☐ Fossa comum C☐ Vala a céu aberto
D ☐ Outro:_____

5. Destino do lixo domiciliar:
A☐ Coletado B☐ Enterrado C☐ Jogado à céu aberto
D☐ Queimado E☐ Outro:_____

6. Bens de consumo existentes:

A☐ rádio
B☐ aparelho de som
C☐ televisão
D☐ filmadora
E☐ microcomputador
F☐ videocassete
G☐ telefone celular
H☐ máquina fotográfica
I☐ geladeira e/ou freezer
J☐ fogão a gás

K☐ antena parabólica
L☐ liquidificador
M☐ batedeira
N☐ ferro elétrico
O☐ multiprocessador
P☐ máquina de lavar
Q☐ ventilador
R☐ automóvel
S☐ moto
T☐ bicicleta

ASPECTOS POPULACIONAIS

1. Tempo de residência:

A☐ menos de um ano B☐ de um a 3 anos C☐ de 3 a 5 anos D☐ de 5 a 7 anos E☐ + de 7 anos

1.1. Onde morava antes de ser assentado:

A☐ na zona urbana do mesmo município B☐ em outro local da zona rural C☐ no local/ assentamento
D☐ em outro município E☐ em outro Estado
F☐ outro: _____

2. Aspectos demográficos:

2.1.Número de pessoas que constituem a família: ____ Feminino: ____Masculino: ____

2.2. Faixa etária:

a) 0 – 7 M ☐ F ☐ b) 8-14 M☐ F ☐
c) 15-18 M ☐ F ☐ d) 19-25 M☐ F ☐
e) 26-35 M ☐ F ☐ f) 36- 45 M ☐ F ☐
g) 46-55 M ☐ F ☐ h)56 – 65M☐ F ☐
i)+ de 65 M ☐ F ☐

2.3.Mortalidade infantil:

Filhos nascidos vivos: a)☐ homens b)☐ mulheres c)☐ total
Filhos vivos atualmente: a)☐ homens b)☐ mulheres c)☐ total
Filhos nascidos mortos: a)☐ homens b)☐ mulheres c)☐ total

3. Educação:

3.1. Grau de escolaridade da pessoa entrevistada:

a) ☐ analfabeto b) ☐ 2º grau completo
c) ☐ 1º grau incompleto d) ☐ 3º grau incompleto
e) ☐ 1º grau completo f) ☐ 3º grau completo
g) ☐ 2º grau incompleto g) ☐ estuda atualmente/ EJA

3.2. Número de filhos freqüentando a escola.

a) ☐ nenhum b) ☐ 01 c) ☐ 02 d) ☐ 03 e) ☐ = /+ de 04

3.3. Está integrado em algum Programa/bolsa do Governo Federal:
a)☐ Sim Especificar:_____ b)☐ Não

4. Quadro econômico:

4.1. Está trabalhando atualmente além da agricultura: a) ☐ Sim PROFISSÃO:_____ b) ☐ Não

4.2. Ramo de trabalho que está integrado:
a)☐ agropecuária b)☐ agroindústria c)☐ comércio d)☐ indústria

e) ☐ serviços f) ☐ outro: _____

4.3. Renda familiar mensal:
a) ☐ sem renda b) ☐ – de 01 c) ☐ 1 salário d) ☐ 1 a 2 e) ☐ 3 a 4 f) ☐ + de 4

4.4. Pessoas que participam da renda familiar possivelmente além do entrevistado:
a) ☐ cônjuge b) ☐ filho (a) c) ☐ parente aposentado
d) ☐ outro:_____

5. Base alimentar:

a)☐feijão b)☐arroz
c)☐ovos d)☐leite
e)☐cuscuz f)☐ aves
g)☐verduras h)☐carne bovina
i) ☐frutas j)☐peixe
k) ☐rapadura l)☐ pães e bolachas
m)☐doces n)☐ farinha
o) ☐ macarrão p ☐ batata doce /macaxeira
q) ☐café r)☐ outros

Local de realização das compras:
a)☐feira livre b)☐supermercado c)☐em outro município
d)☐ na mercearia do próprio assentamento e) ☐ Outro local:_____

6. Grau de politização e participação em organizações:

a) Filiado (a) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais: a) ☐ sim b)☐ não c) ☐ sim, a outro tipo
b) Participação em associações além da existente no assentamento: a) ☐ sim b) ☐ não Especificar:_____
c) Faz parte de cooperativa: a)☐ sim b)☐ não
Especificar: _____

d) Organizações não-governamentais: a) ☐ Sim b)☐Não
Especificar:_____
e) Tem filiação partidária: a) ☐ sim - Partido: _____ b) ☐ não

f) Na sua opinião o que é mais necessário para melhorar as condições de vida da comunidade?

_____
_____.

g) Na sua opinião a vida da família melhorou após o Assentamento? Justifique a resposta.

_____
_____.

h) Como você avalia a reforma agrária implantada? Justifique a resposta.

a) ☐ótima b) ☐ boa c) ☐regular d) ☐ ruim e) ☐ não sabe f) ☐ não quis opinar

_____
_____
_____.

OBS:_____
_____
_____.

Responsável:

_____
_____
_____Data:____/_____/_____

APÊNDICE C - Microrregiões e Municípios do RN com a existência de Assentamentos Rurais criados até 2002.

Microrregiões	**Municípios**	**Nº de PAs**
Angicos	Afonso Bezerra, Angicos, Lajes, Pedra Preta, Pedro Avelino.	11
Agreste Potiguar	Ielmo Marinho, Nova Cruz, Riachuelo, São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Pedro, Senador Eloi de Souza, Serra Caiada.	09
Baixa Verde	Bento Fernandes, Jandaíra, João Câmara, Parazinho, Poço Branco.	29
Borborema Potiguar	Barcelona, Japi, Lagoa de Velhos, Santa Cruz, Sítio Novo, Tangará.	10
Chapada do Apodi	Apodi, Caraúbas, Gov. Dix-Sept Rosado	30
Litoral Nordeste	Maxaranguape, Pedra Grande, Pureza, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros, Rio do Fogo.	25
Macaiba	Ceará-Mirim, Macaíba, São José de Mipibu	17
Macau	Galinhos, Guamaré, Macau.	08
Médio Oeste	Paraú, Janduís, Upanema, Campo Grande.	14
Mossoró	Areia Branca, Baraúna, Mossoró.	39
Pau dos Ferros	Itaú	01
Seridó Oriental	São José do Seridó	01
Umarizal	Umarizal	01
Vale do Assu	Assu, Carnaubais, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael.	23
Serra de Santana	Bodó, Cerro Cora, Florânia, Lagoa Nova, Santana do Matos, Tenente Laurentino Cruz.	14

Fonte: Elaborado a partir dos dados básicos do INCRA –RN, 2003.

APÊNDICE D - Relação dos Assentamentos selecionados para pesquisa de campo.

Microrregiões	**Municípios**	**Assentamentos**	**Área(ha)**	**Ano**	**Fam.**
Angicos	Afonso Bezerra/Pendências	Alto da Felicidade	12.109	1997	364
	Lajes/Jandaíra	Boa Vista	3.611	1999	140
	Pedra Preta	São Pedro	5.908	1995	150
Agreste Potiguar	Nova Cruz	José R. Sobrinho	1.931	2001	60
	Riachuelo/Bento Fernandes	Lagoa Nova I	7.231	1998	240
Baixa Verde	Bento Fernandes	Espinheiro	2.503	1998	125
	João Câmara	Marajó	1.536	1991	52
		Vivará	1.475	1999	60
Borborema Potiguar	Japi/Monte das Gameleiras	Barbaço	3.764	1996	211
	L. de Velhos/Serra Caiada	Potengi	8.541	1997	240
	Tangará/São J.de Campestre	Ronda	2.844	1997	102
Chapada do Apodi	Apodi	Sítio do Góis	1.744	1998	60
Litoral Nordeste	São Miguel do Gostoso	Antônio Conselheiro	3.780	1998	157
	Touros	Lagoa do Sal	234	1987	13
		Zabelê	10.042	1993	337
Macaiba	Ceará-Mirim	Primeira Lagoa	558	2000	36
	Ceará-Mirim/IelmoMarinho	São Sebastião	3.117	1999	240
	São José de Mipibu	Vale do Lírio	360	1998	62
Macau	Macau	Sebastião Andrade	4.550	1997	128
Médio Oeste	Upanema/Governador Dix-Sept Rosado	Monte Alegre	4.415	1998	160
Mossoró	Mossoró	Hipólito	6.685	1987	137
		Solidão	993	1999	20
Pau dos Ferros	Itaú	Paraná	960	1998	30
Seridó Oriental	São José do Seridó	Seridó	1.920	1989	63
Umarizal	Umarizal	Remédio	1.483	1998	50
Vale do Assu	Ipanguaçu/ Afonso Bezerra	Santa Maria	5.163	1995	206
Serra de Santana	Cerro Corá	Santa Clara II	3.476	2001	166

Fonte: Elaborado a partir dos dados básicos do INCRA - RN, 2003.

* Fam: Leia-se número de famílias cadastradas pelo no assentamento.

APÊNDICE E - Municípios do RN com Assentamentos rurais do INCRA criados até 2002.

Municípios	**Nomes dos Assentamentos**	**Nº de PAs**
AfonsoBezerra	Progresso, Paraíso II, Alto da Felicidade.	02
Angicos	Bonfim	01
Apodi	São Bento, Portal da Chapada, Taboleiro Grande, Paulo Canapum, Sítio do Góis, Moacir Lucena, São Manoel, Canto de Varas, Laje do Meio, Frei Damião, Paraíso, Vila Nova, Milagre, Soledade, Aurora da Serra.	15
Areia Branca	Serra Vermelha, Ponta do Mel, Casqueira, Santos Reis.	04
Assu	Palheiros I e II, Nova Trapiá, Novo Pingos.	03
Baraúna	Catingueira, Poço de Baraúna, Poço Novo, Rancho do Pereiro, Santa Clara,Tiradentes, Olho D'agua da Escada, Ouro Verde, Formosa	09
Barcelona	União	01
Bento Fernandes	Madalena, 7 de Junho, Liberdade, Canadá, Espinheiro, Barreto, Santa Tereza	07
Bodó/L. Nova	Serrano	01
Campo Grande/Janduís	Bom Futuro	01
Caraúbas	8 de Março, 1º de Maio, Maravilha, Petrolina, Santa Agostinha, Ursulina	06
Carnaubais	Canto Comprido, Vassouras, Cavaco, Pau D'arco, Santa Luzia, Ligação, Alto das Graças, Canto das Pedras, Nova Descoberta, Morada do Sol.	10
Ceará-Mirim	Vale Verde, São José, São Sebastião, Primeira Lagoa, Águas Vivas, Padre Cícero, Nova Esperança II, São João, Rosário, Espírito Santo, Novo Horizonte II, Nova Vida II.	12
Cerro Corá	Santa Clara II, São Francisco, Santa Rosa, Umburanas.	04
Florânia	Serra Nova	01
Galinhos	Pirangi	01
Guamaré	Santa Maria III, Umarizeiro, Lagoa de Baixo, Santa Paz.	04
Governador Dix-Sept	Areias, Três Marias, Riachão, Bom Sucesso dos Militares, Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição, Terra Nova, Osmar	09

Rosado	Vicente da Costa, Tião Carlos.	
Ielmo Marinho	Lagoa Nova II	01
Ipanguaçu	Arapuá, Santa Maria.	02
Itaú	Paraná	01
Jandaíra	Santa Inês, Guarapes	02
Japi	Casinhas, Barbaço	02
João Câmara	Marajó, Boa Sorte, Santa Terezinha, Modelo, Brinco de Ouro, Xoá, Serra Verde, Lageado, Laginha, Baixa do Novilho, Vivará, Santa Luzia III	12
Lag. de Velhos	Potengi	01
Lagoa Nova	Santana, José Milanês	02
Lajes	03 de Agosto, Boa Vista	02
Macaíba	Eldorado dos Carajás, José Coelho Silva, Caracaxá	03
Macau	Sebastião Andrade, Encruzilhada, Venâncio Zacarias.	03
Maxaranguape	São José de Maxaranguape	01
Mossoró	Novo Espinheirinho, Jurema, Sítio Carmo, Sussuarana, Santa Elza, Solidão, Vingt Rosado, Maracanaú, São José II, São Cristóvão, Boa Fé, São Romão, Barreira Vermelha, Oziel Alves, Quixaba, Faz Nova, Hipólito, Lorena, Cabelo de Negro, Cordão de Sombra, Mulunguzinho, Lagoa do Xavier, Favela, Recreio, São José, Independência.	26
Nova Cruz	José Rodrigues Sobrinho	01
Paraú	Estrela do Oeste	01
Parazinho	Amazonas, São Francisco II, Bom Trabalho, 1º de Junho.	04
Pedra Grande	Boca do Campo, Bom Sucesso.	02
Pedra Preta	São Pedro	01
Pedro Avelino	Feijão, Nova Conquista, Nova Esperança, Novo Horizonte, Bom Jesus	05
Pendências	Mulungu, Alto da Felicidade	02
Poço Branco	Uberlândia, Santa Luzia II, Nossa Senhora da Piedade, Surubim	04
P. do Mangue	Rio Doce, Rosado, Planalto do Mel, Planalto	04
Pureza	Canafístola, São Luiz, Meu Rancho.	03

Riachuelo	Lagoa Nova I	01
Rio do Fogo	Zumbi/Rio do Fogo.	01
Santa Cruz	Alto da Colina	01
Santa Maria	Santa Maria II	01
Sant. do Matos	Cícero Anselmo, Acauã, Serra do Meio, Palestina, Jatuarana	05
São Bento do Norte	Caju Nordeste, São Miguel, Santa Vitória, Baixa da Quixaba, 25 de Julho.	05
São José de Mipibu	Vale do Lírio, Gonçalo Soares.	02
São José do Seridó	Seridó	01
São Miguel do Gostoso	Ouro Branco, Canto da Ilha de Cima, Antônio Conselheiro, Arizona.	04
São Paulo do Potengi	Pedra Branca, Passagem do Juazeiro.	02
São Rafael	Serrote, Entresantos	02
São Pedro	Bela Vista	01
Serra Caiada	Três Corações	01
Sen E Souza	Passagem do Juazeiro	01
Sítio Novo	Pedra de São Pedro	01
Taipu	Jerusalém, Taboleiro do Barreto, Logradouro.	03
Tangará	Ronda, Uirapuru, Três Voltas, Santa Rita.	04
Ten.Laurentino	Nossa Senhora das Vitórias	01
Touros	Colorado, São Sebastião II, Lagoa do Sal, Zabelê, Chico Mendes, Quilombo dos Palmares, Zumbi.	07
Umarizal	Remédio	01
Upanema	Monte Alegre, Lagoa Vermelha, Bom Lugar, Nova Vida, Esperança, Baixa do Dutra, Sabiá, São Manuel II, Salgado, Sombreiro, São Sebastião III.	11
TOTAL		232

Fonte: Elaborado a partir dos dados básicos do INCRA - RN, 2003.